



Relatório de **Insustentabilidade** **2021**



Sumário

Capítulo 1:

Quanto Vale?

10

Capítulo 2:

No rastro da destruição

22

Capítulo 3:

Quando o Lucro Vale
mais que a Vida

36

Capítulo 4:

Descompromisso com o Planeta

67

Capítulo 5:

Enriquecendo poucos às custas
da destruição de muitos

81

Bibliografia

91





Carta da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV)

Há pouco mais de uma década, a Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (AIAAV) vem denunciando diversas violações às comunidades atingidas nos territórios onde Vale S.A. opera. O que temos constatado é que os crimes socioambientais causados pela mineradora não são falhas ou acidentes, como a Vale costuma justificar: eles são parte intrínsecas de seus megaprojetos.

A chegada da Vale nos territórios é propagandeada, com o apoio do Estado, como algo positivo, com uma narrativa de que a mineração contribuirá para o desenvolvimento local, trará mais empregos, crescimento econômico etc. No entanto, como este Relatório nos mostra, são inúmeros os impactos negativos causados. Direta e indiretamente, a instalação de uma mina, como início e parte de uma cadeia de impactos, altera significativamente a paisagem original e os modos de vida com abertura de estradas, trilhos, minerodutos para escoar os minérios para os mercados mundiais.

As comunidades tradicionais, quando não expulsas, são expostas à destruição de recursos naturais como terra, florestas, cursos d'água, flora e fauna com os quais historicamente viveram em comunhão, construindo suas culturas e modos de vida.

Muitas vezes, essas comunidades são expropriadas de suas terras e (só com muita luta) reassentadas em outro lugar, processo que dilacera culturas e relações, ao mesmo tempo em que obriga essas comunidades a se reinventarem em condições muito adversas. Quem não é expulso do próprio território, fica obrigado a conviver diariamente com a contaminação e a poluição das águas e do ar, o que vêm adoecendo comunidades inteiras.

O Estado, que deveria atuar como regulamentador da atividade minerária, em prol dos direitos humanos e da natureza, promove mais e mais investimentos em mineração, aceitando as práticas do modelo mineral e permitindo que o setor se autorregule. Além disso, a mineradoras como a Vale são concedidos incentivos fiscais e uma série de isenções e subsídios que são facilitados pela frouxidão na fiscalização, nos licenciamentos e no controle ambiental, favorecendo projetos econômicos que intensificam ainda mais as injustiças ambientais.

Neste triste contexto de pandemia de COVID-19, a Vale, desde o início, tem atuado para manter os seus lucros às custas da vida de seus trabalhadores e trabalhadoras. A relação entre a mineração e a incidência de COVID-19 é algo que estamos acom-

panhando e monitorando com bastante atenção na AIAAV. Em março, logo no início da pandemia, o Ministério de Minas e Energia (MME) do Brasil emitiu a Portaria 135/GM, que declarou todos os segmentos do setor mineral como serviço essencial. Essa portaria foi depois endossada pelo governo federal por meio do Decreto 10.329/2020.

Por ocasião disso, nos juntamos a diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil na construção da Campanha *Mineração não é essencial, a vida sim!*, denunciando que a essencialidade atribuída ao setor buscava, mais uma vez, colocar o lucro acima de tudo. As empresas do setor continuaram operando, com o respaldo do Governo Federal, a despeito da recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do próprio Ministério da Saúde, que defendiam o isolamento social afim de que fossem evitadas aglomerações como medida mais eficaz para reduzir a disseminação do vírus.

Por meio desta Campanha, reivindicamos que, ao invés de tomar uma decisão que colocasse em risco a saúde das trabalhadoras e trabalhadores e suas famílias, o governo deveria promover um amplo debate, planejando uma redução controlada e temporária das atividades minerárias. Igualmente, deveria coordenar uma política de regulação de estoques, estabelecendo escalas e ritmos de extração, planos remunerados de capacitação e formação das trabalhadoras e trabalhadores que ficassem em casa, apoio às pequenas e médias empresas mineradoras e o controle da mineração ilegal, o que não aconteceu.

No que diz respeito a transparência na forma de atuação da Vale, as decisões e acordos junto ao Estado são feitas sem a participação da sociedade civil. No Brasil, temos visto, sobretudo, neste (des)

governo de Bolsonaro, o aprofundamento de uma agenda anti-direitos, sustentada pela falta de acesso à informação, pela criminalização dos movimentos sociais e de lideranças etc. Também são inúmeras as denúncias de violências contra defensoras e defensores de direitos humanos neste período de intenso sucateamento dos programas de proteção.

Enquanto Articulação, temos entendido que, para alterar esta correlação de forças, é preciso somar esforços em diferentes esferas. Na esfera político-governamental, por exemplo, é preciso eleger governos democráticos, que se aproximem de pautas e interesses sociais e que se comprometam com uma reforma radical da legislação ambiental e com a garantia dos direitos humanos. Na esfera social, tomamos como eixo central os processos de organização e atuação em rede, direcionando esforços para embasar as denúncias apresentadas por grupos e pessoas diretamente atingidas como forma de fortalecer suas estratégias jurídicas e políticas.

Ao longo dos anos, temos denunciado muitos desastres provocados pela Vale sobre a vida de comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, camponesas, populações urbanas empobrecidas, trabalhadoras e trabalhadores em diferentes partes do Brasil e do mundo. Coordenamos nossas estratégias de ação reivindicando que se proíba ou que sejam impostas restrições às atividades minerárias. Em parceria com outras organizações, num espaço que chamamos *inter redes*, temos amadurecido o entendimento sobre a necessidade de criação de territórios livres de mineração. Neste sentido, defendemos a reparação integral dos direitos violados e dos danos socioambientais como um processo de transição.

Por reparação integral, consideramos tanto a dimensão da violação dos direitos humanos e ambientais, como o direito fundamental das vítimas. Isso implica numa luta política por reconhecimento e afirmação enquanto atingidas e atingidos, considerando aqui não somente as vítimas diretas, mas também as vítimas indiretas (familiares) e as vítimas coletivas, como povos indígenas e outros povos tradicionais e “vítimas em potencial” (referentes ao tecido social).

A partir do diálogo com atingidas e atingidos na Bacia do Paraopeba, em Minas Gerais, temos adotado a ideia de *atingidas e atingidos para além da lama*, com o objetivo de trazer para o conjunto da sociedade uma reflexão crítica para irmos além, literalmente, da lama, abrindo possibilidades de ampliar o diálogo para denunciar os impactos e violações da Vale no mundo.

A reparação que defendemos perpassa pela promoção de políticas e legislação que responsabilizem empresas e o Estado pelos danos materiais e imateriais oriundos da atuação desta mineradora. Defendemos uma reparação econômica, moral, psíquica e social dos trabalhadores e trabalhadoras da mineração que são frequentemente os mais afetados pelos impactos inerentes do processo. O mesmo vale para as pessoas que tenham sido afetadas, direta ou indiretamente, por ações das empresas e/ou do Estado que resultaram em abusos aos direitos humanos.

A reparação que defendemos deve ser capaz de melhorar substancialmente as condições de vida, contribuir à coesão social e ampliação das possibilidades de autodeterminação da sociedade local quanto aos caminhos que deseja traçar para superar a dependência econômica da mineração.

A Vale não está atenta ou empenhada em solucionar os danos às comunidades ou garantir seus direitos à reparação. Por isso, as organizações da sociedade civil, seja no Brasil ou no âmbito internacional, assumem papéis importantes de defesa e prestação de serviços para tornar visível a grave injustiça perpetrada pela atuação do setor, que permanece tendo como único interesse o lucro dos seus acionistas e um bom rendimento no jogo da financeirização da natureza e da vida.

A luta contra as mineradoras exige da sociedade civil uma atuação coletiva e organizada, num processo permanente de mobilização e afirmação do desejo de autonomia e soberania dos territórios. Nisso temos nos empenhado. Congregamos, em torno da AIAAV, movimentos sociais, sindicalistas, ambientalistas, ONGs, associações comunitárias e acadêmicas, do Brasil e de outros países em que a Vale atua, com o fito de fortalecer redes de enfrentamento dos impactos da lógica extrativista promovida pela transnacional.

Isso pressupõe um processo de organização política e de construção ampla de alianças a nível nacional e internacional. Para tal, é preciso investir em uma contra narrativa capaz de mobilizar a opinião pública em favor da legitimidade da reivindicação, reconhecidamente justa e necessária à sociedade e às gerações futuras.

Por tudo isso, este Relatório de Insustentabilidade da Vale foi feito. Não é mais possível aceitar a massiva e enganosa propaganda de que a Vale é uma empresa preocupada em “gerar prosperidade para todos e cuidar do planeta”.

Boa leitura!





Relatório de Insustentabilidade da Vale 2021

A Vale se orgulha em afirmar, nas suas propagandas e documentos oficiais¹, que sua “gestão de riscos e impactos busca considerar todos os temas relacionados aos direitos humanos nas atividades da empresa, por meio da identificação, elaboração e implementação de controles de detecção, preventivos e mitigatórios”. No caso de ocorrência de conflitos sociais, a Vale insiste que “busca uma atuação preventiva, por meio das diretrizes de relacionamento da empresa, efetuando a gestão dos impactos de suas operações, na gestão dos riscos associados e no estabelecimento de relações de confiança e cooperação entre empresa e comunidades”. Por fim, no que diz respeito à saúde e à segurança de seus trabalhadores(as) e das comunidades vizinhas aos seus empreendimentos, a Vale reporta que sua estratégia sempre “se fundamenta em três pilares: prevenção de lesões e doenças crônicas; prevenção de fatalidades; prevenção de acidentes catastróficos”.

Como os casos apresentados neste relatório demonstram, sob o discurso da “responsabilidade social” construído às custas de muito dinheiro gasto com propaganda e marketing, as atitudes e práticas da Vale nos territórios mostram-se bem distantes do seu discurso oficial. Ao redor do mundo, as operações da Vale se

caracterizam pela truculência e pela ganância, levando ao desrespeito sistemático dos direitos humanos, ao autoritarismo na gestão dos inúmeros conflitos e no relacionamento com as comunidades e seus trabalhadores e trabalhadoras, ao total descompromisso com o planeta e a natureza. A verdadeira faceta da Vale, tal qual ela se apresenta nos territórios em que minera, em que mantém siderúrgicas, por onde seus trilhos e vagões correm e nos portos e mares que transportam suas cargas, não aparece nos seus relatórios de sustentabilidade e muito menos nos seus relatórios de administração. Com o Relatório de Insustentabilidade da Vale pretendemos preencher essa lacuna, sistematizando, num só documento, boa parte das denúncias, relatos, multas e processos relacionados à Vale em todo o mundo. Nosso objetivo é mostrar que as ações da Vale estão muito distantes do discurso oficial de sustentabilidade apresentado pela empresa. Suas operações são cercadas de ilegalidades, destruição e morte. A única sustentabilidade que interessa à mineradora é aquela que se refere aos seus lucros: custe o que custar. Os episódios de Mariana e Brumadinho ilustram isso muito claramente.

O Relatório de Insustentabilidade da Vale é uma resposta ao Relatório de Sustentabilidade publicado anualmente pela empresa para divulgar para acionistas e

¹ Os trechos a seguir foram extraídos do Relatório de Sustentabilidade 2019 publicado pela própria Vale no início de 2020.

sociedade em geral os seus “bons resultados”. Como a Vale esclarece, seu Relatório de Sustentabilidade do ano de 2019 foi preparado de acordo com os padrões desenvolvidos pela Global Reporting Initiative (GRI), organização internacional independente sem fins lucrativos que se financia prestando serviços comerciais e organizando eventos corporativos. Desde 1997, a GRI desenvolve padrões para orientar empresas na elaboração de seus relatórios de sustentabilidade, identificando o conjunto de indicadores socioeconômicos que devem ser relatados pelas empresas. A GRI, contudo, não checa as informações que a empresa reporta, verificando se elas são verdadeiras ou não. Nem averigua se a empresa omite informações importantes sobre suas operações que, embora reais, poderiam prejudicar sua imagem de “empresa sustentável”. Não custa enfatizar que tudo é voluntário, de modo que o descumprimento ou omissão não resultam em nenhuma sanção para a empresa. Hoje, portanto, cabe à Vale definir, produzir e montar os indicadores de sustentabilidade que a avaliam.

Em seu Relatório de Sustentabilidade, a Vale declara ainda estar comprometida com os 10 Princípios do Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelo Conselho Internacional de Mineração e Metais (CIMM). Além disso, afirma guiar-se pelos Princípios Orientadores da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Empresas e Direitos Humanos, ressaltando que suas metas corporativas são definidas visando à concretização da Agenda 2030 da ONU e em respeito aos Direitos dos Povos Indígenas e à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Com as informações contidas nesse relatório, pretendemos demonstrar como os relatórios da Vale são falhos e enviesados, não guardando nenhuma correspondência com as ações da empresa nos territórios por ela explorados. Este relatório é fruto de um trabalho coletivo, resultado de anos de esforços e de monitoramento das operações da Vale dentro e fora do Brasil. Não é o primeiro e não será o último! Relatórios semelhantes foram publicados em 2010, 2012 e 2015². É reflexo do trabalho articulado de comunidades, advogados(as), movimentos sociais, organizações sociais, pesquisadores(as) e grupos de pesquisa, comunicadores(as) e educadores(as) populares, no Brasil e no mundo, condensados em torno da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale). Funciona como um espelho, que reflete aquelas dimensões das operações da Vale que a mineradora tenta ocultar da imprensa, dos seus acionistas, investidores e da sociedade em geral. Além de documentar a truculência e os crimes da Vale, pretendemos que este relatório seja um instrumento de luta para o fortalecimento das comunidades e territórios atingidos pela atuação predatória da Vale. Ao mesmo tempo, pretendemos demonstrar as fragilidades dos atuais mecanismos de auditoria e controle, nacionais e internacionais, das corporações cujas ações seguem blindadas à fiscalização e punições.

2 Estão disponíveis no site da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale.



Materialidade

O Relatório de Insustentabilidade da Vale foi construído pela Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale a partir de pesquisas e materiais apresentados por comunidades, organizações e movimentos sociais que atuam em territórios atingidos pelos empreendimentos e atividades da Vale. Nosso Relatório foi escrito a muitas mãos. Muitas pesquisadoras e pesquisadores, professoras e professores e grupos de pesquisa nos auxiliaram com informações, achados de pesquisa e conversas sobre as operações da Vale. Agradecemos em particular ao Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), ao Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais (Organon), ao Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPSA), ao Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH-UFJF/GV), à Rede de Pesquisa Rio Doce, ao Grupo de Pesquisa sobre Mudança Social no Sul e Sudeste do Pará (GEPEMSSP), ao Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (GEMAP/CPDA/UFRRJ). Foram também muitas as organizações sociais, movimentos sociais, institutos, sindicatos, entre outros grupos da sociedade civil organizada, que abrilhantaram nosso trabalho com análises, pesquisas comprometidas e relatórios minuciosos sobre as situações das comunidades e dos trabalhadores(as) que convivem com as operações da Vale.

Agradecemos em particular à Justiça nos Trilhos, à Justiça Global, ao Movimento pela Soberania Popular na Mineração, ao Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, ao Coletivo Margarida Alves, ao Conselho Indigenista Missionário, ao Sindicato Metabase Inconfidentes, à Associação de Apoio e Assessoria Jurídica às Comunidades (AAJC), à Associação Acadêmica para o desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), à Justiça Ambiental Moçambique, à União Provincial dos Camponeses (UPC).

Dedicamos esse relatório, principalmente, às comunidades e aos trabalhadores(as) que, mesmo sofrendo com as pressões e as ameaças da Vale na pele, não desistiram de lutar pela vida e pela natureza. É preciso resistir e enfrentar esse monstro que abre buracos, destrói a natureza e rouba nossos bens comuns. Incluímos aqui, sobretudo, grupos, comunidades, sindicatos e organizações do Brasil (Minas Gerais, Espírito Santo, Pará, Maranhão, Rio de Janeiro), do Canadá e de Moçambique. Todas as informações sistematizadas foram retiradas de notícias de jornal, de revistas, de relatórios, de artigos, de pareceres, de documentos governamentais e de peças de processos relacionados à Vale (todo esse material será referenciado ao longo do texto), bem como de entrevistas com *experts*, comunidades e ativistas.

Quanto Vale?

- 11 **A Vale: os lucros acima da vida**
- 14 **A Pandemia da COVID-19: transformando crise em oportunidades**
- 19 **Linha do tempo**



A Vale: os lucros acima da vida

Em 2020, em plena pandemia mundial da COVID19, a Vale alcançou o terceiro lugar no mercado global da mineração (com um valor de mercado de 54 bilhões de dólares)³ segundo o *website* especializado no setor de mineração *Mining.com*. Ficou atrás apenas das anglo-australianas BHP e da Rio Tinto. Os números que entusiasмам os acionistas e o mercado, revelam também uma história permanente de saqueio dos recursos naturais, de destruição ambiental e de exploração de trabalhadores e trabalhadoras. **Diferentemente do que a Vale diz na propaganda, ela não é nem brasileira e nem patrimônio nacional.**

A trajetória da Vale se confunde com a história recente do Brasil. Num esforço nacionalista e de industrialização do país, a então Companhia Vale do Rio Doce (CRVD) foi criada em 1942 pelo Presidente Getúlio Vargas, por meio da incorporação pelo governo federal das estrangeiras Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia e da Itabira Mineração, ambas com atuação em Minas Gerais. Em estreita relação com o Estado brasileiro, a Vale já “nasceu voltada para fora”⁴, direcionando sua produção para o atendimento da demanda global por minério durante a Segunda Guerra Mundial. Num primeiro momento, sua pro-

dução voltou-se para a Inglaterra e para os Estados Unidos, e, a partir de 1970, junto a um esforço de ampliação da sua infraestrutura produtiva e logística, a empresa estatal passou de forma crescente a exportar para os mercados asiáticos, em particular, o Japão. De 1955 a 1975, as exportações de minério de ferro e de pelotas da Vale cresceram 1.957%!⁵

Assim, a Vale se constituiu como um monopólio nacional. Logo ampliou suas operações para além da mineração, por meio de subsidiárias na produção de celulose, fertilizantes, serviços de navegação e logística, siderurgia, pesquisa etc. O peso da empresa na economia brasileira era tamanho que, na década de 1980, ainda sob um governo militar e num período de crise e endividamento do Estado, além de reforçar sua atuação no eixo sul, a Vale expandiu suas operações para o eixo norte, inaugurando a exploração das minas de ferro de Carajás e de bauxita na região do rio Trombetas no estado do Pará. O Projeto Grande Carajás previa a ampliação da exploração de minério na região, a construção de uma hidrelétrica (Tucuruí), de uma estrada de ferro (Carajás), de um porto (Itaqui, no Maranhão) e a instalação de polos siderúrgicos ao longo da linha férrea, que corta os estados do Pará e Maranhão.

3 Segundo o [Mining.com](#), em março de 2020.

4 KURY (1982) apud Armando Dalla Costa no texto A Vale no Novo Contexto da Internacionalização das Empresas Brasileiras, de 2009.

5 Padilha (2020).

—
“Em 4 de abril de 2021, ao concluir inquérito aberto em 2019 a CVM acusou dois ex-executivos da Vale, o ex-presidente da empresa, Fabio Schvartsman e o ex-diretor-executivo de ferrosos e carvão da Vale, Gerd Peter Poppinga, de não terem cumprido com os seus deveres para com acionistas e investidores no episódio do rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).”

Em 1997, no âmbito do Plano Nacional de Desestatização (PND) do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e em meio a muita resistência e protestos populares, a Companhia Vale do Rio Doce foi privatizada por R\$ 3,3 bilhões, num processo polêmico e que resultou em diversos questionamentos judiciais. No momento prévio à privatização, a empresa reduziu seu quadro de trabalhadores por meio de um programa de demissões voluntárias, retirou direitos, enxugou salários e ampliou a terceirização⁶. Em 2007, dez anos após a privatização, cerca de 107 ações, entre ações populares e ações civis públicas, ainda correm na justiça questionando a venda da empresa. As maiores contestações são de subdimensionamento e subvaloração de suas reservas minerais e de conflito de interesses da empresa avaliadora, a Merrill Lynch, que era sócia de um dos interessados na compra da Vale (a Anglo American), segundo relatório técnico elaborado pela Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa e Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ). Ganhou o leilão de privatização o Consórcio Brasil, liderado pela CSN e com presença da Litel Participações S.A., Elétron (do Grupo Opportunity) e Sweet River (do canadense National Bank). Esse grupo passou a compor a Valepar, sociedade de propósito especial que se tornou a acionista majoritária da Vale. Além dos sócios do Consórcio Brasil, o BNDESPar (braço financeiro do BNDES) e o Investvale (club de investimento dos funcionários da Vale) passaram também a integrar a Valepar.

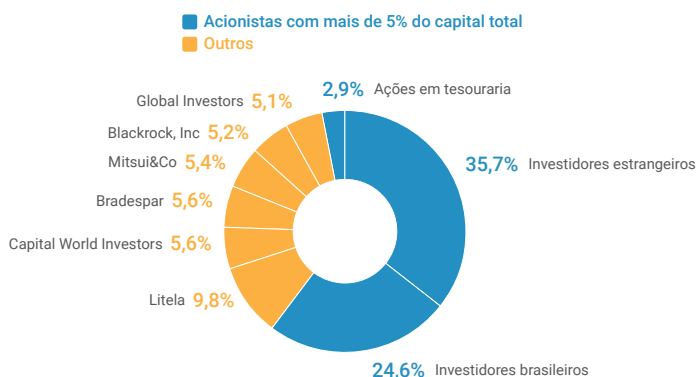
Acompanhando os preços favoráveis do minério de ferro nos anos 2000 e buscando manter sua posição líder no mercado internacional, a Vale avançou aceleradamente nos territórios com amplo apoio do Estado brasileiro (por meio de financiamento público e fartas isenções fiscais). Por se tratar de mineração, cresceram rapidamente também os efeitos negativos, resultando em violações de direitos humanos, devastação ambiental, poluição e reprodução das desigualdades sociais. Os crimes dos rompimentos de barragens em Mariana (2015) e Brumadinho (2019) não são casos isolados, mas resultado do *modus operandi* da Vale nos territórios. Não foram os primeiros e, infelizmente, não serão os últimos.

Para aproximar sua imagem à de outras mineradoras globais, em 2009, a empresa mudou seu nome de Companhia Vale do Rio Doce para Vale S.A. A fim de alinhar sua estrutura corporativa e de governança com a de mineradoras como a BHP e a Rio Tinto, a Vale implementou mudanças também em sua governança visando tornar-se uma “verdadeira corporação” (*True Corporation*). Em 2017, foi firmado um novo acordo de acionistas. Este novo acordo se consolidou em novembro de 2020 com a dissolução do antigo grupo controlador formado pelos fundos de pensão das estatais (Banco do Brasil - Previ, Petrobras – Petros entre outros), mais BNDES (BNDESPar), Mitsui e Bradesco. Como resultado, sua composição acionária tornou-se mais pulverizada, o que significa que mais e novos investidores passaram a controlar a empresa, que deixou de ter um controle definido. Destaca-se, nisso tudo, o ingresso de novos investi-

6 MOURA, E.; SOARES, P.; VIEIRA, V.; GODEIRO, N. Vale do Rio Doce: nem tudo que reluz é ouro. Da privatização à luta pela reestatização. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

dores estrangeiros, em especial, de fundos de investimento e gestoras de ativos, como a Capital Research Global Investors, Capital International Investors, Black Rock, Standard Life Aberdeen, Capital World Invest, Invesco, Orbis Allan Gray entre outros. Somando-se as participações menores, estima-se que estrangeiros já detenham, em 2021, 55% da companhia⁷, o que pode ser percebido no gráfico a seguir.

Composição Acionária da Vale (janeiro de 2021)



Fonte: Vale

Como parte dos arranjos para o novo acordo, não está claro, ainda, qual será o destino das ações de classe especial (*golden shares*). Em 1997, na sua privatização, o governo federal brasileiro assegurou 12 *golden shares* que lhe conferem poderes de intervenção nas decisões da empresa, sobretudo, no que concerne à mudança de sede social do país,

à possibilidade de venda ou de encerramento de qualquer etapa de produção e comercialização nos sistemas mina/ferrovia/porto etc. Essas ações dão à União um direito único de intervenção em decisões estratégicas da Vale. É importante mencionar que, até o momento, a União nunca se fez valer do direito garantido pelas *golden shares*. Em 2020, o governo federal consultou o Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os meios para extinguir as *golden shares*, mas o TCU confirmou que sua extinção estaria condicionada ao aval do Congresso Nacional, incluindo a decisão do montante da compensação financeira devida.

A extinção das *golden shares*, a nova composição acionária e a atual estrutura de governança corporativa da Vale representam o aprofundamento da privatização e da desnacionalização da companhia. Refletem também o aprofundamento da financeirização na sua lógica operacional, alinhando suas atividades produtivas à criação de valor para os acionistas e para a busca de resultados financeiros. Daqui para a frente, quando você assistir às propagandas da Vale narrando o seu compromisso com as florestas, com as comunidades locais e com um futuro sustentável, lembre-se que o real compromisso da empresa é com a busca de lucros e com a distribuição de dividendos aos seus acionistas. Custe o que custar.

Missão

Extrair até a última gota de recursos naturais, custe o que custar.

Visão

Ser a empresa mineradora global número um em extração de recursos naturais, com *expertise* para que nem as exigências ambientais nem os direitos humanos elevem nossos custos ou atrapalhem nossa missão.

Valores

Os lucros são a nossa única razão de ser

Explorar ao máximo os trabalhadores

Extraímos recursos até a exaustão

Vale tudo para engrossar as exportações

Fazer lucros às custas de mais pobreza

Os territórios à Vale pertencem,
por bem ou por mal

⁷ O setor público reduziu seu peso na companhia: o BNDES e fundos de pensão vêm vendendo sua participação na Vale. Para maiores informações, ver matéria do Estado de São Paulo, de Fernanda Guimarães, intitulada "Estrangeiros avançam na Vale e já são donos de 55% das ações da mineradora", de 06/04/21.



A Pandemia da COVID-19: transformando crise em oportunidades

Como uma boa corporação, a Vale tem aproveitado bem a crise provocada pela pandemia de COVID-19 para ampliar seus lucros e melhorar sua imagem. Desde os primeiros sinais da pandemia, ainda em março de 2020, a Vale e outras empresas do setor se apressaram para garantir a “essencialidade da mineração”, o que lhe permitiu seguir operando normalmente. A pandemia, ao mesmo tempo, abriu oportunidades para a empresa melhorar sua imagem corporativa.

Segundo a Iniciativa Monitor de Doações COVID-19, o setor de mineração foi o terceiro maior doador no Brasil, contribuindo com R\$ 588 milhões (9% do total). A Vale, sozinha, foi responsável pela doação de R\$ 500 milhões aplicados na compra de 5 milhões de kits de testes rápidos para COVID-19 vindos da China e de equipamentos de proteção individual. A doação foi anunciada com euforia durante a coletiva diária sobre as ações públicas contra a pandemia conduzida pelo Ministério da Saúde.

No Brasil, o Decreto no. 10.282 de 20 de março foi publicado estabelecendo os serviços públicos e as atividades essenciais a serem mantidos na pandemia. A mineração não estava incluída na primeira publicação. Cinco dias após o anúncio da doação da Vale e após a realização de reuniões entre entidades representativas do setor da mineração, como o Instituto Brasileiro de Mineração, e o Ministério de Minas e Energia (MME), o Decreto Presidencial no. 10.329/2020 de 28 de abril foi aprovado. Ele incluía a mineração dentre as atividades essenciais (incluindo pesquisa e lavra como atividades essenciais). Para o Observatório da Mineração⁸, o MME assegurou que o que tornava a “mineração um serviço essencial é a sua própria essencialidade”. Alegam que a mineração seria imprescindível porque forneceria insumos para o setor de alimentos, remédios, embalagens, peças e equipamentos. Em entrevista ao Observatório da Mineração, Bruno Milanez (professor da Universidade Federal de Juiz de Fora) aponta que, ao decidir que a mineração é uma atividade essencial, o MME fez uma exceção à regra. A mi-

⁸ ANGELO, M. (Observatório da Mineração, 2020).

neração é uma atividade de grandes escalas, com uma longa cadeia de extração, processamento, estoques, logística e transformação. O planejamento da redução da atividade minerária ao essencial acompanharia a redução observada na demanda por produtos minerais durante a pandemia. Ademais, no Brasil, boa parte da produção minerária é voltada para exportação (80% do ouro e do cobre e 70% do minério de ferro). Isso por si só já coloca em xeque a essencialidade da mineração. Ao mesmo tempo não está clara a essencialidade de minérios, como o ouro, no combate a uma crise sanitária.

Com as operações a pleno vapor justificadas pela sua “essencialidade”, a Vale fechou o ano de 2020 com um lucro de R\$ 27 bilhões, revertendo o prejuízo de R\$ 4,9 bilhões de 2019. Esses resultados lhe permitiram distribuir, ao longo do ano, R\$ 34,2 bilhões em dividendos aos seus acionistas (R\$ 12,4 bilhões como retorno dos lucros do primeiro semestre de 2020 e R\$ 21,8 bilhões referente aos resultados do segundo semestre). Tomando como base esses números, a doação da Vale pareceu ser um bom negócio: representou somente 1,85% dos exorbitantes lucros obtidos durante a pandemia e ainda lhe gerou um retorno incalculável em imagem. Esse foi um traço recorrente na atuação das mineradoras durante a pandemia. Em junho de 2020, um grupo de organizações e o Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração lançou o relatório “Vozes da Terra: como a indústria da

Propaganda da Vale com as Principais Ações de Apoio ao Combate à COVID 19

Fonte: TAFFARELLO et al. (2020)

Para trazer os kits de testes e equipamentos de proteção individuais (EPI) para profissionais de saúde, fretamos **13 aviões**, que trouxeram **600 toneladas** de produtos direto da China. Um total de **116 de nossos empregados** estiveram mobilizados para esta operação, no Brasil e na China.



5 milhões de kits de teste rápido foram doados ao Governo Federal

15,8 milhões de EPIs para o Ministério da Saúde

- 2,54 milhões de máscaras N-95
- 10,7 milhões de máscaras cirúrgicas descartáveis
- 2,3 milhões de aventais
- 216 mil luvas
- 4,5 mil óculos



mineração global está se beneficiando da pandemia de COVID-19”, que mostra as práticas operadas pelas empresas para lucrarem com a pandemia⁹.

O crescimento nos lucros foi obtido às custas da saúde e do aumento dos riscos a que estão expostos os seus trabalhadores. A Vale informa no seu Relatório de Administração de 2020 que, por conta da pandemia, implantou o trabalho remoto (Programa Jornada Vale) e que, nesse ano, mais de 15 mil empregados atuaram em teletrabalho (21% de sua força de traba-

lho). O pessoal administrativo segue em casa, mas as aglomerações de operários são rotina na produção (minas, estações rodoviárias, fábricas, alojamentos e refeitórios etc.)¹⁰. A empresa alega que criou protocolos básicos de segurança como o uso de máscara, higienização das mãos e aferição de temperatura. Mas isso não tem sido suficiente. Em 26 de março de 2020, vídeos e fotos obtidos por reportagem do The Intercept Brasil e do Observatório da Mineração mostravam empregados e terceirizados da Vale aglomerados e em contato direto no Pará e em Minas



Principais ações de apoio aos estados no combate à COVID-19

3 Hospitais de Campanha

foram construídos em Parauapebas (PA), Açailândia (MA) e na cidade do Rio de Janeiro;

3 hospitais foram reformados

em Minas Gerais (Belo Horizonte) e no Pará (Parauapebas);

R\$ 2 milhões

doados ao Instituto Estadual do Cérebro, que passou a ser referência no Rio de Janeiro para a internação e tratamento da COVID-19.

US\$ 1 milhão

foi destinado ao edital “Vale COVID-19” de apoio a soluções inovadoras, com o objetivo de reduzir impactos da COVID-19. Parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein e a Rede Mater Dei de Saúde.

14,5 milhões

de insumos doados diretamente às instituições, entre kits de teste e EPIs para os seis estados onde a empresa atua (MA, PA, RJ, MS, ES e MG).

10 mil famílias indígenas

receberam a doação de kits de limpeza, em MG, MA, ES, PA.



Curiosidade

Todos os equipamentos doados foram acondicionados em **25.975 caixas** que juntas pesam o equivalente a **308 carros** populares.

⁹ Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (2020).

¹⁰ Zucarelli (2020).

Gerais¹¹. Representantes dos trabalhadores alertaram para a necessidade de paralisação das atividades, sem sucesso. Algumas ações judiciais conseguiram interromper por alguns dias a mineração, mas logo perderam efeito. O Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais (MPT-MG), por exemplo, chegou a interditar as operações em Itabira (em especial, nas minas de Conceição, Cauê e Periquito). No relatório de inspeção, o MPT-MG identificou irregularidades que colocavam em risco a vida e a saúde dos trabalhadores. Em reportagem de junho de 2020, o Observatório da Mineração lembrava que dos 361 casos de COVID-19 confirmados no município de Itabira, pelo menos 188 eram de funcionários da mineradora¹².

A Vale, assim, tornou-se um vetor disseminador da COVID-19, o que sobrecarrega os serviços públicos de saúde e coloca em risco a vida de funcionários, terceirizados e comunidades. A análise dos dados do SUS sobre a disseminação de COVID-19 no Brasil mostra que, em Minas Gerais, dos 30 municípios com maior contaminação de COVID-19 por 100 mil habitantes, cinco possuem operações da Vale: Congonhas, Itabira, Mariana, Nova Lima e Itabirito (todos com indicadores que são o dobro ou mais do observado na capital, Belo Horizonte).

O mapa ao lado, elaborado pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale com dados de Minas Gerais (regiões de Itabira e Ouro Preto), mostra que, até 22 de fevereiro de 2021, os municípios com mais casos de contaminação por COVID-19 eram justamente aqueles em que havia mineração.

Propaganda da Vale com as Principais Ações de Apoio ao Combate à COVID 19

Fonte: TAFFARELLO et al. (2020)



De um lado, a Vale ressalta seu papel no combate à pandemia com doações e muito *marketing*, de outro, a empresa segue negando os direitos mais básicos às comunidades impactadas pelos rompimentos de barragens. Na bacia do rio Paraopeba, após o derramamento causado pela Vale, muitas comunidades seguem sem acesso à água potável. Inúmeros pedidos foram judicializados por parte dos atingidos e do Ministério Público de Minas Gerais, da Defensoria Pública de Minas Gerais, do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União solicitando que a empresa forneça água às famílias. Em decisão judicial de 31 de maio de 2019, ficou determinado que a Vale deveria fornecer água

em quantidade e qualidade adequadas às pessoas atingidas que se manifestassem de forma coletiva ou individualmente. Mas isso não foi cumprido. Petição do Ministério Público de Minas Gerais, da Defensoria Pública de Minas Gerais, do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União de 22 de junho de 2020, confirma que, até aquele momento, **no auge da primeira onda da pandemia, milhares de pessoas nas comunidades seguiam sem acesso à água, agravando o risco a que essas famílias estavam expostas e ameaçando a saúde pública da região.**

Parauapebas, no Pará, também vivencia um surto de COVID-19 e um colapso no seu sistema de saúde. Na

11 Os registros foram feitos no Corredor Norte da Vale, no Pará, onde existem as operações do S11D, Carajás, Salobo 3 e Sossego (em Marabá, Parauapebas e Canãa) e em Minas Gerais (em Congonhas, Ouro Preto e Mariana).

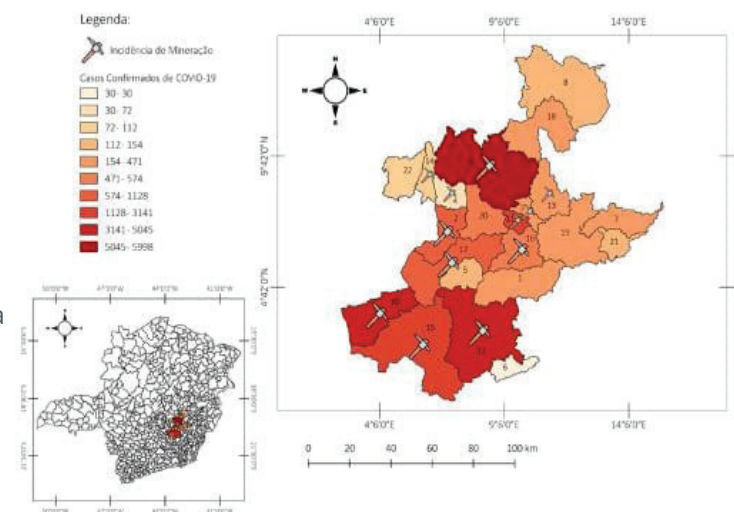
12 Angelo (Observatório da Mineração, 3 de junho de 2020).

imprensa, matérias denunciavam a dificuldade enfrentada pelos funcionários da Vale para diagnosticarem a doença e fazerem testes, bem como as tentativas da empresa para mascarar os contágios no ambiente de trabalho. Esse foi o caso, por exemplo, do funcionário Evaldo Fidelis¹³, de 35 anos, que só conseguiu fazer o teste de COVID-19 no hospital Yutaka Takeda, da Vale, 10 dias após o início dos sintomas e depois de muita insistência. Segundo Evaldo, a medicina do trabalho da Vale só ligou para ele 15 dias após os primeiros sintomas. Assim, trabalhadores seguiram se contaminando, disseminando a doença e, muitas vezes, não tendo direito ao diagnóstico correto. Edvaldo diz: “senti que ficaram me enrolando para ver se eu desistia”. A situação era tão grave que, em 25 de maio de 2020, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Parauapebas encaminhou um ofício para a Vale cobrando informações sobre a gravidade e a extensão da pandemia na cidade e, em especial, informações sobre o contingente de trabalhadores da Vale contaminados pela COVID-19.

A manutenção das operações da Vale no Pará tem sido associada também à ampliação da incidência de COVID-19 em indígenas da etnia Xikrin. A terra indígena Xikrin do Cateté, cercada por empreendimentos da Vale (ver a página x), tinha, em junho de 2020, o segundo maior número de mortes entre todas as 65 áreas indígenas no Pará. De um lado, esses indígenas apresentam maiores fatores de risco para a COVID-19 (diabetes, pressão alta e doenças cardíacas), vul-

nerabilidade associada à contaminação por metais pesados do rio Cateté em decorrência das atividades minerárias da Vale em Onça Puma. Por outro lado, o município mais próximo à entrada da TI Xikrin do Cateté é Parauapebas, que passou por uma enorme explosão de casos de COVID-19. Os indígenas, que dependem do município para buscar serviços médicos, para fazer compras, ir ao banco, estavam se contaminando ao circularem pela cidade. As mortes por conta de COVID-19 acometiam justamente os mais velhos, chamados guerreiros, que são as lideranças e os responsáveis pela manutenção das tradições culturais¹⁴.

Os dados públicos corroboram a sensação do Sr. Evaldo e esclarecem a situação vivenciada pelos Xikrin: em junho de 2020, no ápice da primeira fase da pandemia, das 499 mortes (notificadas) no Sudeste do Pará, 475 estavam localizadas em municípios que possuíam mineração e dos 17.732 casos confirmados, 92% dos casos localizavam-se em municípios minerários¹⁵. Em 14 de março de 2021, dos doze municípios no Pará com maiores índices de contaminados por COVID-19 a cada 100 mil habitantes, cinco eram sede de minas da Vale (Parauapebas, Canãa dos Carajás, Ourilândia do Norte e Curionópolis). Em 25 de março de 2021, novamente, a subseção Parauapebas da OAB e a Associação Médica de Carajás (AMC) encaminharam um pedido oficial à Vale de paralisação temporária das operações de minério de ferro no município, tendo em vista o acelerado contágio da população com a COVID-19 e o total colapso do sistema de saúde.



Municípios

1- Avinópolis; 2- Barão de Cocais; 3- Bela Vista de Minas; 4- Bom Jesus do Amparo; 5- Catas Altas; 6- Diogo de Vasconcelos; 7- Dionísio; 8- Ferros; 9- Itabira; 10- Itabirito; 11- João Monlevade; 12- Mariana; 13- Nova Era; 14- Nova União; 15- Ouro Preto; 16- Rio Piracicaba; 17- Santa Bárbara; 18- Santa Maria de Itabira; 19- São Domingos do Prata; 20- São Gonçalo do Rio Abaixo; 21- São José do Goiabal; 22- Taquaraçu de Minas.

Fonte: Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais (informações referentes ao dia 11/01/2021).

Elaboração: Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Sara Abreu; Data 11 de janeiro de 2021.

13 Angelo (Observatório da Mineração, 27 de maio de 2020).

14 HOEFMEISTER, N.; WENZEL, F. Uma Morte a cada Quatro Dias: povo Xikrin é o mais afetado pela COVID 10 no Pará. A Pública, 17 de junho de 2020.

15 MAM. Eixo Carajás, no Sudeste do Pará, tem números alarmantes de contaminação pela COVID 19. Veja balanço. Pará: MAM, 18 de junho de 2020.

Em Moçambique, a Vale também aproveitou a pandemia para dar uma impulsionada na sua imagem, aprovando, em abril de 2020, uma ajuda humanitária de US\$ 2 milhões para combate à COVID-19. Isso chegou a lhe render um certificado de mérito emitido pelo governo provincial de Tete. Entre março e abril de 2020, a Vale tratou de fretar aviões para repatriar cerca de 700 funcionários brasileiros e seus familiares que estavam baseados em Moçambique. Mas isso não impediu que a mina de carvão continuasse em plena operação¹⁶. Os dias de pandemia, por outro lado, não têm sido fáceis para as comunidades vizinhas à mina de Moatize: ao mesmo tempo em que precisam se manter em isolamento social, presas em casa, essas comunidades são obrigadas a conviver, diariamente, com a poeira do carvão e com o medo de permanecerem em casa enquanto a Vale segue com explosões para a retirada do carvão.

No auge da pandemia, quando tentam sair de casa para fugir das explosões, moradores vizinhos à mina relatam que são repreendidos duramente pela polícia que se encarrega de garantir que todos fiquem em casa. A preocupação da Vale é, antes de tudo, com os seus lucros e com a melhoria da sua imagem. Enquanto ela enaltece suas boas ações na pandemia, trabalhadores e comunidades que convivem diariamente com as suas operações são submetidos a riscos graves de contaminação por COVID-19 e têm os mais básicos direitos negados.

Municípios do Pará com maior índice de contaminação por COVID por 100 mil habitantes (15 de março de 2021)

	Nome	População 2000	Casos acumulados por 100 mil
	Pará	8.690.745	4.451
	Belém	1.499.641	5.200
1	Jacareacanga	7.590 (5)	22.381
2	Parauapebas	213.576	16.998
3	Canaã dos Carajás	38.103	16.810
4	Faro	7.070	12.705
5	Ourilândia do Norte	33.335	11.385
6	Tucumã	40.136	10.896
7	Vitória do Xingu	15.279	9.773
8	Brejo Grande do Araguaia	7.368	9.770
9	Curionópolis	17.846	9.365
10	Óbidos	52.306	9.199
11	Redenção	85.563	8.929
12	Oriximiná	74.016	8.906

Fonte: Painel COVID 19 Brasil

“Como o governo federal não tem política de saúde, a mineradora aproveitou esse vácuo e viu a oportunidade de doar e trazer aviões da China, sua maior compradora de minério, com o poder que tem. Nos holofotes, para quem está de fora, tá tudo a mil maravilhas, mas o trabalhador que tá na mina é que sabe a verdade. Tem que ficar calado doente, se falar sofre boicote”

Trabalhador da Vale no Pará¹

¹ Matéria do Observatório da Mineração intitulada Infecção por Covid-19 explode entre trabalhadores da Vale no Pará e cidade entra em colapso (27 de maio de 2020).

Municípios de Minas Gerais com maior índice de contaminação por COVID por 100 mil habitantes (15 de março de 2021)

	Nome	População 2000	Casos acumulados por 100 mil
	MG	29.771.656	4.549
	BH	2.512.070	4.911
1	Araporã	6.931	19.202
2	Itabirito	52.446	17.002
3	Extrema	36.951	15.564
4	Santa Rita do Itueto	5.457	12.807
5	Pirapetinga	10.772	12.556
6	Nova Lima	96.157	12.217
7	Itueta	6.063	12.097
8	Santana do Paraíso	35.369	11.952
9	Uberlândia	699.097	10.707
10	Itapeva	9.881	10.672
11	Vazante	20.642	10.296
12	Conceição do Mato Dentro	17.503	9.976
13	Rio Paranaíba	12.335	9.591
14	Camanducaia	21.801	9.164
15	Ibitiura de Minas	3.492	9.117
16	Lajinha	19.918	8.869
17	Mariana	61.288	8.860
18	Santa Rita de Minas	7.268	8.819
19	Ubaporanga	12.493	8.724
20	Antônio Prado de Minas	1.587	8.698
21	Lagoa Formosa	18.111	8.642
22	Bandeira	4.766	8.634
23	Tombos	7.850	8.589
24	Alvarenga	3.844	8.549
25	Itabira	120.904	8.524
26	Capinópolis	16.234	8.489
27	Durandé	7.870	8.456
28	Congonhas	55.309	8.261
29	Jaguarapu	3.142	8.075
30	Coronel Fabriciano	110.290	8.074

Fonte: Painel COVID 19 Brasil

¹⁶ Lusa (2020).

Linha do tempo

2015

Mar

Vale é investigada e autuada por trabalho escravo em Itabirito (MG)

309 motoristas que levavam minério de ferro por uma estrada particular que liga duas minas da companhia trabalhavam em condições degradantes e sob ameaças.

A Vale teve uma mina interditada e foi autuada por 32 infrações trabalhistas por submeter motoristas a condições análogas às de escravo em Itabirito (MG)

Nov

Rompimento da barragem em Mariana

19 mortos

Vistoria realizada pela ANTT confirma problemas nas vias de atravessamento da EFC ao longo do Corredor de Carajás

Ataque de seguranças privados da Vale contra agricultores em Canaã (Pará)

2016

Nov

Ano de inauguração do projeto S11D

Guardas contratados pela Prosegur (presta serviços de segurança privada para Vale) atacaram trabalhadores rurais com armas de fogo na Fazenda São Luiz, em Canaã (PA), onde havia um acampamento com 300 famílias, que acabaram sendo despejadas

2017

**Manifestação em Moçambique
contra cercamento de terras
pela Vale acaba com uma
pessoa perseguida e morta**

Hussen António foi baleado em sua casa, perto de onde corria um protesto organizado por residentes do bairro Nhanchere, arredores do município de Moatize, exigindo a abertura de acessos para o interior da área concessionada à Vale, onde retiram lenha e pasto para o seu gado

2018

**14 mil dormentes feitos com
madeira nativa Amazônia são
apreendidos em pátio da Vale
S.A em Açailândia (Maranhão)**

Mai

8

Auto de infração lavrado com multa de 4,3 milhões

**Queda de passarela em construção
sobre a EFC no povoado de Capim-açu,
município de Arari, Maranhão**

**Rompimento da barragem
em Brumadinho**

2019

**Os indígenas Xikrin do Cateté
abrem novo processo contra as
operações da Vale na mina Salobo**

25

Jan

259 mortos e 11 desaparecidos

10

Jul

Não foram feitos estudos do componente indígena no processo de licenciamento e os indígenas não tiveram seu direito à Consulta desrespeitado, descumprido, portanto, a Convenção 169 da OIT

2020

Fev

Navio é afundado no Maranhão

Abr

11

Morre primeiro trabalhador da Vale de COVID 19

Set

Navio Wakashio bateu num recife de corais com derramamento de cerca de mim toneladas de óleo

O navio Wakashio, controlado pela Mitsui, partiu da Chinar (Tianjin) carregado de combustível rumo ao Brasil, onde atracaria no Porto de Tubarão, operado pela mineradora Vale. Aqui, o navio se abasteceria com minério de ferro que seria transportado até a China. A Mitsui é uma das acionistas da Vale e sua sócia em inúmeros empreendimentos.

Crianças se ferem com bomba enterrada em assentamento construído pela Vale em Cateme (Moçambique)

27

Nov

Uma morreu e 4 ficaram gravemente feridas.

O assentamento foi construído em cima de um antigo campo minado.



Foto: Daniela Fichino, Justiça Global

No rastro da destruição

- 23 O rompimento da barragem em Mariana e a contaminação do rio Doce
- 31 O rompimento da barragem em Brumadinho e a contaminação do Rio Paraopeba

O rompimento da barragem em Mariana e a contaminação do rio Doce

A Vale afirma que “todas as atividades executadas em operações realizadas na Vale são respaldadas por procedimentos específicos voltados não só à sua realização, como à identificação dos perigos e riscos associados, bem como à definição dos controles críticos que permitam a manutenção dos riscos em níveis toleráveis”¹⁷. Os desastres provocados pelos rompimentos das barragens de Fundão, em Mariana, e B-I, em Brumadinho, ambas em Minas Gerais, provam o contrário. Seus efeitos e consequências devastadoras permanecerão por um bom tempo. Os danos não só não têm sido reparados ou compensados, como vêm se multiplicando e potencializando, com os próprios “processos de reparação” que produz novos danos.

Nenhum dos dois desastres pode ser chamado de “acidente”. Suas causas e explicações são as escolhas tecnológicas e políticas da Vale com relação a como extrair e dispor os rejeitos oriundos da mi-

17 Relatório de Sustentabilidade 2019, Vale S.A.



▲ Portal de entrada para o município de Barra Longa (MG)

▼ Destruição provocada pelo rompimento da barragem de Fundão, Mariana (MG)

Créditos: Daniela Fichino, Justiça Global, novembro 2015





Paracatu de Baixo, distrito de Mariana (MG), novembro de 2015

Créditos: Daniela Fichino, Justiça Global

“Desde bebezinho, já se aprendia a nadar no rio [Doce ou no Watu], agora, eles tomam banho numa caixa-d’água de mil litros. Todos serão educados para não esquecer o que a Vale fez no rio. Enquanto eles tiverem sangue correndo nas veias, vão lutar.”¹

Shirley Krenak, indígena da etnia Krenak e atingida pela Vale

1 Fala citada em “Do banho no rio, restou aos índios a caixa-d’água”, notícia publicado pelo ISA.

neração. Procurando melhorar seus resultados no mercado, a Vale segue intensificando a extração de minério de maneira a manter seus ganhos e compensar, nos momentos necessários, as desvalorizações nos preços internacionais. Essas práticas corporativas orientadas ao lucro a qualquer custo ampliam os riscos socioambientais assumidos, garantem ganhos em receitas para a Vale e transferem os danos para toda sociedade¹⁸.

“Um aspecto menos debatido, contudo, diz respeito ao mundo de negócios e oportunidades que esses desastres inauguram”¹⁹. Se o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, inaugurou um modelo de governança neoliberal de conflitos e deu origem a um verdadeiro mercado e indústria da reparação, cujo marco é a Fundação Renova; o rompimento da Barragem B-I em Brumadinho resultou na celebração de um acordo entre o Estado de Minas Gerais e a Vale, que foi selado sem a participação das vítimas e deu por quitados todos os tipos de danos difusos (a maioria deles, crimes contra o meio ambiente) e coletivos, antes mesmo desses danos terem sido mensurados. Cheques em branco, que legitimam a atuação criminosa da mineradora.

No dia 5 de novembro de 2015, a barragem de Fundão, operada pela mineradora Samarco, uma *joint venture* entre a Vale e a gigante BHP Billiton (anglo-australiana considerada a maior mineradora do mundo no segmento de metais ferrosos), se rompeu no município de Mariana, em Minas Gerais. Em

poucos minutos, 44 milhões de metros cúbicos de rejeitos alcançaram o distrito de Bento Rodrigues, destruindo-o completamente. A lama se alastrou soterrando casas dos distritos de Paracatu de Baixo, Camargos, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Pedras e Campinas e chegando ao rio Doce.

No dia seguinte, 6 de novembro, a enxurrada de lama chegou ao município vizinho, Barra Longa, causando igualmente a destruição das plantações e atingido a área central do município, além dos povoados de Barretos e Gesteira. Embora a lama só tenha chegado a Barra Longa 14 horas depois do rompimento da barragem, a população desta cidade não foi informada pela mineradora ou o governo sobre o ocorrido. A lama destruiu casas, igrejas, escolas, currais, pontes, plantações e criações²⁰.

A lama percorreu 682 km através dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, cruzando 45 municípios em Minas Gerais e Espírito Santo até chegar na foz do rio Doce no dia 21 de novembro de 2015, 16 dias após o rompimento, onde adentrou o mar por 168 km² a partir da vila de Regência Augusta. Dada a extensão da mancha, os municípios capixabas de São Mateus e Aracruz foram atingidos pela costa. Ao contaminar o mar, a lama intoxicou também o Complexo de Abrolhos, um patrimônio natural brasileiro²¹. 20 pessoas morreram, 13 eram trabalhadores(as) terceirizados(as) da Samarco, os demais moradores das primeiras comunidades atingidas. Uma das vítimas fatais deste desastre era um bebê ainda em gesta-

18 Conforme analisaram e demonstram Milanez et al (2015)

19 Segundo Andréa Zhouiri (professora e pesquisadora da UFMG) em coluna da Folha de São Paulo (09 de fevereiro de 2021).

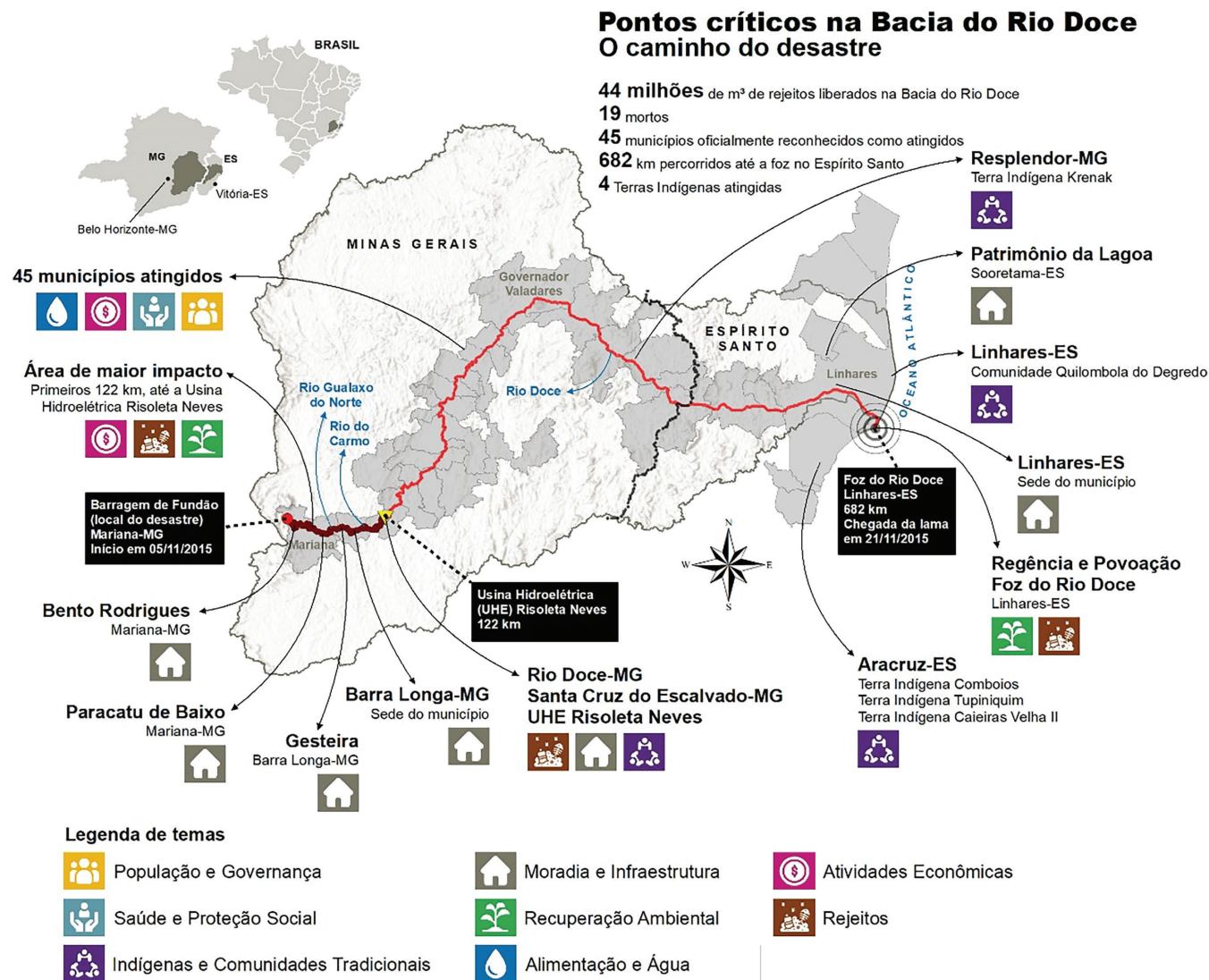
20 Justiça Global (2016).

21 Segundo Miguel Ângelo em matéria do Observatório da Mineração de 4 de julho de 2018.

ção. Sua mãe sofreu aborto após perder um filho afogado na lama. Mais de 1.200 pessoas ficaram desabrigadas. O mapa a seguir apresenta o percurso da lama, identificando pontos críticos, os locais onde se encontram povos e comunidades tradicionais e patrimônios históricos e culturais atingidos pelo desastre.

A primeira atitude da Vale foi negar qualquer responsabilidade sobre o ocorrido. Contudo, as investigações da Polícia Federal revelam que o dinheiro que deveria ser investido pela Samarco na manutenção da barragem de Fundão foi desviado para elevar a produção de minério²², aumentando o risco do empreendimento.

“O relatório da Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP, publicado em agosto de 2016, revela que aconteceram três incidentes graves, anteriores à ruptura de novembro de 2015, por conta do método de construção da barragem, conhecido como alteamento a montante, quando parte do rejeito tóxico (lama) é utilizado na própria estrutura e ampliação da barragem. Trata-se do método mais barato na construção desse tipo de barragens. Uma “improvisação” feita pela Samarco, em 2012, na ombreira esquerda da barragem, na área onde aconteceu o rompimento, está relacionada às causas da tragédia. A empresa tinha que fechar e concretar um duto, antes de continuar o “alteamento” da barragem (para receber ainda mais rejeitos de minérios), porém, para ganhar tempo e ‘manter as operações neste período, o alinhamento da barragem na ombreira esquerda foi recuado da sua posição anterior. Isto colocou o aterro diretamente sobre a lama previamente de-



Mapa do desastre em Mariana

Fonte: Site da Ramboll, auditoria do rio Doce

22 Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (2020).

positada. Com isso, todas as condições necessárias para desencadear a liquefação estavam presentes', afirma um trecho do relatório que foi assinado por Norbet Morgenstern, Steven Vick, Cássio Viotti e Bryan Watts, referências internacionais em análise de construção de barragens e mineração".²³

A barragem da Vale apresentava muitos problemas. A primeira licença de operação da barragem de Fundão foi obtida pela Samarco em 2008 e, no momento do rompimento, estava em processo de renovação. Naquela ocasião, a análise de risco realizada pela Vale classificava a possibilidade de rompimento da barragem no grau mais baixo: improvável!²⁴ Além disso, a Samarco descumpriu a legislação de segurança de barragens: não tinha um sistema de alarme sonoro e não disponibilizou pessoas treinadas para assessorar a comunidade em casos de emergência. Sem um plano de emergência efetivo, a população de Bento Rodrigues se organizou de forma autônoma para fugir do lamaçal.

Mais de 3 mil tipos de danos apurados e milhões de pessoas atingidas

Com o rompimento da barragem de Fundão, o rio Doce foi assoreado e matas ciliares foram destruídas. Morreu um rio, junto com ele morreram plantas e animais. A história de muitos territórios que estavam próximos à barragem acabou na lama. Segundo laudos técnicos do IBAMA, o rio foi

contaminado por metais pesados e componentes com alto potencial tóxico como: Alumínio, Bário, Cálcio, Chumbo, Cobalto, Cobre, Cromo, Estanho, Ferro, Magnésio, Manganês, Níquel, Potássio e Sódio²⁵. Um mês após o desastre, cerca de 9 milhões de toneladas de peixes foram encontrados mortos na beira do rio Doce. Pelo menos 1.469 hectares de terras ficaram destruídos. Estima-se que 3,2 milhões de pessoas residem na bacia do rio Doce, todas elas são potencialmente atingidas²⁶.

Passados cinco meses do rompimento da barragem, os rejeitos de Fundão ainda vazavam pela bacia do rio Doce. A represa da Usina Hidrelétrica de Candonga (localizada no município Rio Doce, MG) foi usada como barreira para conter parte da lama, colocando em risco também a estrutura dessa barragem (não construída para esta finalidade) e o fornecimento de energia elétrica para toda região. Pressionada a apresentar uma solução, a Samarco decidiu construir uma barragem (Nova Santarém) e um dique (S4) na área de Bento Rodrigues para conterem a lama. Fez isso sem apresentar estudos ou laudos técnicos e, é claro, sem consultar os atingidos. Pequenas batalhas judiciais foram travadas para interromper a obra, que alagaria grande parte do distrito de Bento Rodrigues e alterava ainda mais a paisagem e ordenamento territorial local sem passar por nenhum mecanismo de controle social. Foi através de um decreto do governador de Minas Gerais (Fernando Pimentel) de 2016 que a questão foi resolvida em

"De que forma você traz um morto à vida?"¹

Dejanira Krenak, indígena e matriarca da etnia Krenak e atingida pela Vale

1 Fala citada em "O rio morreu", notícia publicada por Uma gota no oceano.

favor da Samarco. Os atingidos se posicionaram contra, porém, não foram escutados. Atualmente, Bento Rodrigues está alagado. Importante lembrar que nas eleições de 2014, a Vale havia doado R\$ 19,32 milhões para o Partido dos Trabalhadores (PT), colaborando com as campanhas da Presidenta Dilma Roussef e Fernando Pimentel²⁷. Essa aliás, é uma prática antiga da mineradora que costuma financiar campanhas de quase todos os partidos e candidatos.

A lama prejudicou decisivamente as atividades econômicas e a geração de energia em toda bacia. Nos dias que se seguiram ao desastre, vários municípios entraram em estado de calamidade pública em decorrência do desabastecimento de água ou energia. Pescadores, ribeirinhos, agricultores, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, moradores das cidades, pequenos comerciantes ficaram impedidos de trabalhar por conta da lama. Relatórios da Fundação Getúlio Vargas (FGV)²⁸ demonstram uma sobrecarga dos serviços públicos

23 Guimarães (2019).

24 Milanez et al (2015).

25 Observatório dos Conflitos Ambientais em Minas Gerais (2020).

26 Milanez et al (2015).

27 Milanez et al (2015).

28 Ministério Público Federal, Pareceres e Relatórios do Caso Samarco.

de assistência social, saúde, segurança e educação. Nos anos posteriores ao derramamento, epidemias de dengue se proliferaram e intensificaram ao longo da bacia do rio Doce. A matriz de danos²⁹ construída pela Cáritas, assessoria técnica independente dos atingidos do município de Mariana, identificou mais de 3 mil tipos de danos provocados pelo rompimento somente em Mariana. Hoje, dos 19 territórios atingidos pela Vale, em 14 o trabalho de levantamento dos danos e construção autônoma de projetos de reparação sequer teve início.

A demora no processo de reparação vem causando sérios danos à saúde dos atingidos. A poeira de rejeitos que assola o município de Barra Longa, onde ficaram depositados grandes volumes de rejeitos, é somente um dos muitos exemplos. Como denunciado pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA), em 2016, uma criança de pouco mais de um ano sofria com sérios problemas alérgicos e respiratórios e necessitava de medicações e atendimentos médicos constantes devido a esta poeira. Cinco anos depois do desastre, moradores de 45 municípios mineiros e capixabas ainda continuam com a renda comprometida. As famílias que foram obrigadas a saírem de suas casas ainda vivem em moradias temporárias alugadas pela Samarco, pois o reassentamento da Vale não avançou. Algumas famílias já se mudaram duas, três ou mais vezes enquanto aguardam o reassentamento. O prazo estipulado para a entrega das novas casas era o primeiro semestre

de 2019, porém, em fevereiro de 2021, a Fundação Renova ainda não havia concluído os projetos, descumprindo o prazo estipulado pela justiça³⁰.

Os reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, além de atrasados, estão sendo planejados segundo um modelo urbano, apesar de se tratar de comunidades rurais. “O terreno da Lavoura que foi escolhido para a reconstrução de Bento pertence à siderúrgica Arcelor Mittal. Trata-se de um vasto território com plantações de eucalipto, o que pode ter comprometido a qualidade do solo e da água. Além disso, a área abriga um aterro sanitário a céu aberto, o que também compromete as condições ambientais para possível aproveitamento agrícola posterior”³¹. Como as famílias poderão seguir na agricultura num terreno assim?

Alcoolismo, depressão e angústia são outros dos danos relacionados ao derramamento e à lentidão no processo de reparação. As pessoas e grupos que cobram da Vale compensação sentem uma pressão constante para negociarem seus direitos com as empresas, e seus batalhões de advogados. “O tratamento institucional dado aos atingidos por parte da empresa e instituições do Estado constitui um dos principais fatores que engendram o sofrimento social dos afetados pelo desastre”³². Como lutar contra essa gigante poderosa que é a Vale?

29 Uma matriz de danos é um documento que procura enumerar e precificar os diferentes tipos de danos diretos e indiretos (sinérgicos, aparecem ao longo do tempo, mantendo relações com um dano provocado diretamente pelo rompimento) e danos da reparação (causados justamente pela reparação).

30 Alves (2021).

31 Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (2020).

32 Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (2020).



Casas e carros destruídos pelo rompimento da barragem em Mariana

Créditos: Daniela Fichino, Justiça Global



Bento Rodrigues, distrito de Mariana (MG), novembro de 2015

Créditos: Daniela Fichino, Justiça Global

Racismo ambiental

As profundas assimetrias étnico-raciais que organizam a sociedade brasileira gestam uma enorme desigualdade de poder entre as partes envolvidas neste conflito. A ausência seletiva de controle e de fiscalização por parte do Estado deixa caminho aberto para as mineradoras definirem os destinos dos territórios e das pessoas que nele vivem. O racismo ambiental, estruturante e institucionalizado, faz com que barragens de rejeitos perigosas, construídas com métodos mais baratos (mas mais arriscados) para tratamento e armazenamento de rejeitos, sejam direcionadas normalmente para aqueles territórios que abrigam populações pobres, pretas e indígenas.

Em Bento Rodrigues, aproximadamente, 85% da população é negra, o distrito se encontra a pouco mais de 6 km da barragem de rejeitos rompida. Paracatu de Baixo tem 80% de população negra, está a pouco mais de 40 km do epicentro do desastre. O povoado de Gesteira, afastado aproximadamente 62 km da barragem de Fundão, apresenta 70,4% da população negra e o município de Barra Longa tem 60,3% de população negra, dista cerca de 76 km da barragem³³. O rompimento da barragem atingiu a população de Minas Gerais como um todo, mas prejudicou e destruiu de formas mais severas as vidas de pessoas pretas e indígenas.

Ao todo, quatro terras indígenas foram atingidas: Krenak, Comboios, Tupiniquim e Caieiras Velha II, além da Comunidade Quilombola do Degredo, em

Linhares, no Espírito Santo. Todos esses povos e comunidades tradicionais brigam não somente por medidas de reparação e compensação, mas para que suas crenças e as relações afetivas e culturais com o rio sejam consideradas nas negociações com a mineradora. Como bem explica Ailton Krenak:

“Watu, que é como nós chamamos aquele rio, é uma entidade; tem personalidade. Ele não é um ‘recurso’ como os pilantras dos engenheiros da Vale, administradores do Governo, da Agência Nacional das Águas, do Comitê de Bacias sugerem. [...] Mesmo que a empresa seja condenada a suprir aquela gente com água mineral naquele lugar, parece que você está colocando uma pessoa num balão, botando soro nela, oxigênio, e ela vai ficar em coma como o rio. O rio está em coma. De certa maneira, essa prontidão que as pessoas estão vivendo na margem do rio agora deixa elas no mesmo estado simbólico de coma em que o corpo do rio está.”³⁴

Para o povo Krenak, a morte do Watu (o rio Doce) significa o assassinato de um parente, é contra este fato que os indígenas lutam. O assassinato do rio é também o genocídio dos humanos que com ele vivem em comunhão, é a perda do território de recriação e reinvenção cultural. Contra todas as formas de discriminação que acompanham o processo de (não)reparação, os Krenak realizaram, em 13 de novembro de 2015, o bloqueio da Estrada de Ferro Vitória-Minas, da Vale.

Outra importante vitória nessa luta contra as maiores mineradoras do mundo foi conquistada pelos quilombolas de Degredo, em Linhares (ES) que

conseguiram formar sua própria assessoria técnica. Serão os próprios quilombolas de Degredo que se encarregarão de garantir a participação efetivamente informada da comunidade e de desenvolver os projetos de reparação. Como afirma Simony Silva de Jesus, coordenadora-geral da Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo de Degredo (Asperqd), “a figura da assessoria técnica é essencial na luta das comunidades [...] é muito fácil chegar na comunidade e contar algo que ela não entende. É muito fácil coletar amostras e dizer que está tudo bem. É preciso ajudar as pessoas a entender os acordos firmados e que não estão sendo respeitados. Muita coisa está sendo distorcida. As informações não chegam”. A estrutura desta assessoria foi pensada para fortalecer a comunidade, o dinheiro da reparação ficará no território: a taxa administrativa da Associação irá para um fundo a ser investido no próprio território e os bens adquiridos pela Assessoria serão doados para comunidade. “A gente quer inspirar outras comunidades a saírem da tutela, a falarem por si mesmas”, afirmou Simony³⁵.

A indústria da reparação e a gestão neoliberal dos conflitos socioambientais

Um modelo de governança bastante singular foi criado para lidar com os impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão. Em março de 2016, Samarco, Vale, BHP Biliton, governo federal e governos de Minas Gerais e do Espírito Santo assinaram um Termo de Transação e Ajustamento de Condu-

33 Milanez et al (2015).

34 Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais (2020).

35 Couzemenco (2020).

ta (TTAC), conhecido como “acordão”. Construído sem a participação dos atingidos, esse acordão estabeleceu que R\$ 4,4 bilhões fossem pagos, nos próximos três anos, para compensar os prejuízos socioambientais. Além disso, previu a constituição de um fundo de R\$ 20 bilhões para recuperação da bacia em até 15 anos. Este TTAC criou uma estrutura de governança *sui generis*: a Fundação Renova, uma entidade privada recém-criada pela Samarco, Vale e BHP, ganhou permissão para gerir este fundo bilionário.

*Foi a Renova que ficou responsável por elaborar e implementar 42 programas de reparação, mitigação, compensação e indenização até 2030. Ela se encarregou também do cadastro dos atingidos (no final das contas, as empresas decidiam quem mereceria ou não reparação)*³⁶. Dessa forma, todo o processo de gestão da reparação passou para o controle (ainda que indireto) das três mineradoras responsáveis pelo desastre. Um parecer da Fundação Getúlio Vargas sobre a atuação da Renova aponta para algumas das muitas violações aos direitos dos atingidos cometidas por esta Fundação: “falta de transparência e acesso à informação; insuficiência no reconhecimento de danos pelo desastre; inexpressiva participação social na sua construção; ausência de comunicação com os programas relativos aos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Passados cinco anos, o “acordão” entre Samarco, Vale, BHP e Estado patina, depois de muitos altos e baixos, tendo sido inclusive suspenso e depois anulado³⁷. Uma estrutura de governança complexa foi gestada à medida que novos pequenos acordos foram sendo feitos para adequar o primeiro “acordão”. A Ramboll Group A/S foi contratada para avaliar e monitorar os Programas de Reparação Socioambiental e Socioeconômica e o Instituto Lactec para fazer o diagnóstico socioambiental. O Fundo Brasil de Direitos Humanos coordena o trabalho de assessorias técnicas independentes (14 ainda não foram efetivadas, de um total de 19³⁸) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) atua como *expert do Ministério Público Federal, realizando diagnósticos socioeconômicos*.

*Como muitos de seus termos não foram cumpridos, o “acordão” está em xeque. Milhares ou milhões de famílias ainda não conquistaram o direito de serem reconhecidas e cadastradas como atingidas, os projetos de reassentamento não têm nem previsão de serem entregues às famílias que foram forçadas a deixar suas casas e a participação informada dos atingidos não está garantida. Passados cinco anos desde o rompimento, as famílias atingidas seguem sem ter direito à reparação integral. Em outubro de 2020, o Ministério Público Federal solicitou à Justiça Federal a retomada imediata da ação civil pública contra a Vale, que pede R\$ 155 bilhões em reparação*³⁹.

Diante de sua total incompetência, das muitas evidências de corrupção e após suas contas serem reprovadas por quatro vezes pelo Ministério Público de Minas Gerais, a Renova pode ser extinta a qualquer momento⁴⁰. A Fundação é acusada, dentre muitos outros problemas, de estar sendo utilizada pela Vale e BHP numa engenhosa manobra fiscal: as doações feitas por estas duas mineradoras à Renova estariam sendo registradas “como dívida contraída pela Samarco, que se compromete a devolver o dinheiro às suas controladoras”⁴¹. Ou seja, no final, o dinheiro da reparação volta para as já bilionárias Vale e BHP, uma fraude que permitiria a ambas tomarem de volta, pelo menos, R\$ 1,5 bilhão⁴².

A corrupção não para por aí. Como denunciou o Observatório da Mineração, “Mônica Bermudes Medina Pretti, promotora de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo (MPES) e coordenadora do Grupo de Trabalho de Recuperação do Rio Doce (GTRD), é sobrinha de Sérgio Bermudes, advogado da Vale e irmã de um advogado da Samarco”, o que configura conflito de interesses. Vale e BHP são também acusadas pelo Ministério Público Federal de agirem ilegalmente em conluio com advogados e um juiz no Espírito Santo. Dentre muitas outras irregularidades, os danos morais devidos aos atingidos foram limitados, por um juiz, a R\$ 10 mil por pessoa. Ao aceitarem esse valor, as vítimas eram coagidas a abrirem

36 Vitti (2019).

37 Em julho de 2016, o acordo foi suspenso pelo STJ, em seguida, foi anulado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

38 Somente os municípios mineiros de Mariana, Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Xopotó e o município capixaba Degredo estão assistidos

39 Angelo (Observatório da Mineração, matéria de 1 de outubro de 2020).

40 Angelo (Observatório da Mineração, matéria de 25 de fevereiro de 2021).

41 Angelo (Observatório da Mineração, matéria de 5 de novembro de 2020).

42 Angelo (Observatório da Mineração, matéria de 27 de julho de 2020).

mão de um processo de US\$ 6,3 bilhões, que corre no Reino Unido contra a BHP (movido por mais de 200 mil pessoas e que é considerada a maior ação judicial da história daquele país)⁴³. Advogados também participam do esquema, eles lucram com as ações individuais movidas pelos atingidos abocanhando, pelo menos, 10% das indenizações recebidas na forma de comissões e honorários⁴⁴. Assim, esses advogados já teriam ganhado, no mínimo, R\$ 70 milhões⁴⁵.

Não bastasse, a ação criminal que “pede a condenação de 21 réus pelos crimes de inundação, desabamento, lesão corporal e homicídio com dolo eventual (quando se assume o risco de matar) segue sem prazo [para ser concluída]. A denúncia apresentada em 2016 pede que os réus sejam submetidos a júri popular. Só 5 dos 21 réus originais continuam res-

pondendo ao processo, todos ligados à Samarco e nenhum à Vale e BHP. Nenhuma das 140 testemunhas foram ouvidas até hoje. As audiências foram sistematicamente adiadas e as empresas têm feito de tudo – com sucesso – para adiar os trabalhos”⁴⁶.

Enquanto as famílias aguardam sem esperança que seus direitos sejam garantidos, em 11 de dezembro de 2020, a Samarco retomou suas operações em Mariana, incluindo a extração de minérios⁴⁷. A licença para operar já tinha sido obtida desde 2019, não obstante o rompimento e o crime socioambiental cometido pela mineradora. A mineradora prevê a produção de oito milhões de toneladas de minério de ferro por ano neste complexo. Os moradores seguem aguardando, sem sucesso, a compensação por todas as perdas que sofreram devido à mineração.

43 Angelo (Observatório da Mineração, matéria de 5 de novembro de 2020).

44 Angelo (Observatório da Mineração, matéria de 11 de março de 2021).

45 Angelo (Observatório da Mineração, matéria de 17 de março de 2021).

46 Angelo (Observatório da Mineração, matéria de 5 de novembro de 2020).

47 Pimentel (O Globo, 11 de dezembro de 2020).

O rompimento da barragem em Brumadinho e a contaminação do Rio Paraopeba

Em 25 de janeiro de 2019, pouco mais de três anos depois do desastre na bacia do rio Doce, outra barragem da Vale se rompeu. Dessa vez, foi a barragem de rejeitos de minério de ferro B-I da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho. Ao romper, ela soterrou outras duas barragens a B-IV e a B-IVA. Esse desastre liberou cerca de 13 milhões de m³ de rejeitos no rio Paraopeba, provocando a morte de 272 pessoas (incluindo 2 bebês em gestação), do próprio rio, da vegetação e das terras ao seu redor. Até hoje, 11 pessoas ainda estão desaparecidas. Dentre as vítimas, 240 eram trabalhadores e trabalhadoras a serviço da Vale – 123 empregados diretos e outros 117 terceirizados⁴⁸. Isso torna este desastre o maior acidente trabalhista da história da Vale e um dos maiores da história do Brasil.

48 Conforme dados divulgados pela empresa em seu Relatório de Sustentabilidade 2019.



Foto: Daniela Fichino, Justiça Global

“Um desastre horroroso, um prejuízo incomparável, um descaso tremendo porque há dois anos a gente espera uma solução e nada. [...] Para mim, mudou tudo, porque o nosso rio a Vale matou.”¹

Euler Moreira (Dom Zé), 72 anos, quilombola da Pontinha (Paraopeba, MG) e atingido pela Vale

1 Canofre e Anizelli (Folha de São Paulo, 25 de janeiro de 2021).

Apesar dos discursos oficiais, após Mariana, a Vale seguiu cometendo os mesmos erros, negligenciando a segurança de suas atividades e ampliando a mineração a qualquer custo, até que mais um desastre

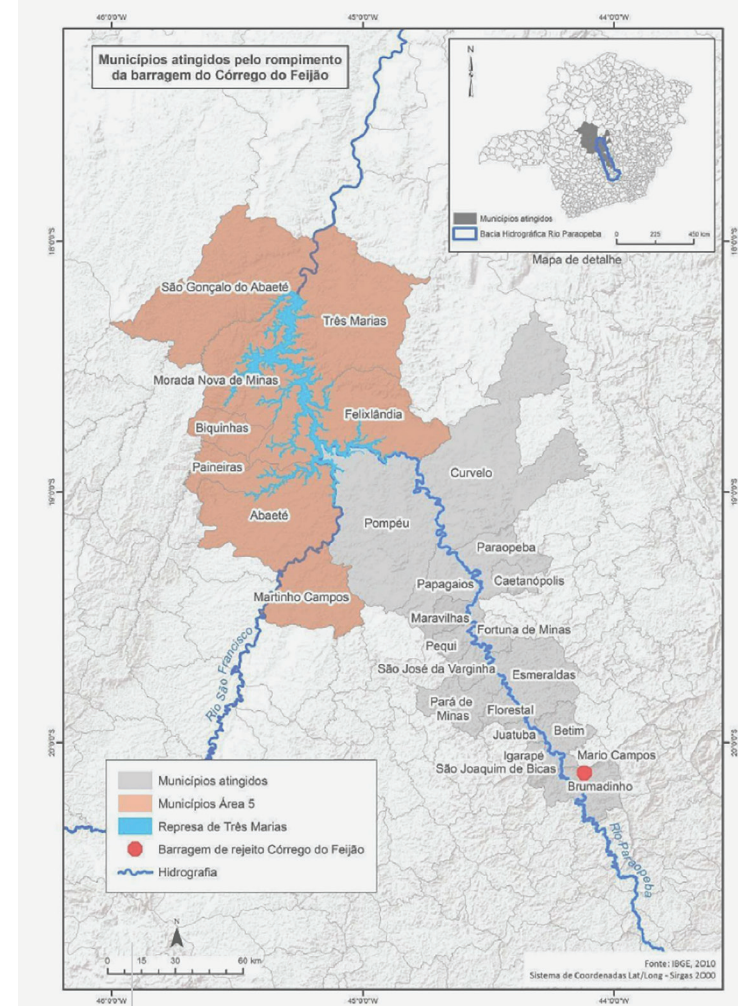
acontecesse. Desastre que poderia (e deveria) ter sido evitado. Em 26 de fevereiro de 2021, a Polícia Federal finalmente apresentou laudo concluindo que: a Vale foi negligente com as condições de risco da barragem B-I ao pular etapas no processo de avaliação de sua estabilidade, o que acabou por provocar o seu rompimento. Em outubro de 2018, uma empresa terceirizada foi chamada para analisar as condições da barragem B-I. “A empresa contratada entregou à mineradora um diagnóstico em dezembro do mesmo ano [2018], mas, antes de processar e analisar os resultados, a Vale deu início a perfurações verticais na barragem. [...] A realização de perfurações verticais foi o gatilho para a liquefação que provocou o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho”⁴⁹, uma operação que começou 5 dias antes do rompimento. Fato é que a barragem B-I já acumulava uma série de problemas estruturais desde que começou a ser construída em 1976, antes mesmo de ser adquirida pela Vale em 2001⁵⁰. Esse acúmulo de falhas, não corrigidas pela Vale ao longo dos anos, e a inação do poder público gestaram uma situação de insegurança que culminou no desastre.

A lama tóxica soterrou outras duas barragens atingindo Brumadinho e carregando consigo casas, plantações, memórias, afetos. O lamaçal seguiu por mais de 250 km pela calha do rio Paraopeba até ser contido na represa de Retiro Baixo (entre Pompéu e Curvelo). Ainda é incerto o grau de contaminação do lago da Usina Hidrelétrica de Três Marias. Ainda não conhecemos a totalidade das pessoas atingidas ou os territórios atingidos. O mapa a seguir

demonstra a extensão da destruição, os municípios destacados em laranja compõem a Região 5, onde está o lago de Três Marias, que até hoje não é reconhecida como área atingida pela empresa.

Consta nos autos da Ação Civil Pública (nº 5000053-16.2019.8.13.0090) do Ministério Público de Minas Gerais, Defensoria Pública de Minas Gerais, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União desde 29 de abril de 2019 que, para além dos danos ambientais e materiais mais visíveis, há impactos na saúde da população que podem se expressar em doenças dermatológicas, em particular nas pessoas que vivem próximas ao rio (manchas na pele, alergias, feridas) até enjoos e distúrbios mentais, como dificuldade de sono, angústia, depressão, transtorno pós-traumático, luto coletivo.

Em se tratando das economias locais, todas as formas de agricultura foram afetadas, seja pela perda das lavouras, animais e áreas de cultivo, pelas restrições de acesso à água do rio – o que tornou muitos agricultores reféns da entrega de caminhões-pipa por parte da Vale, que atrasam ou simplesmente não chegam – ou pela incerteza quanto à contaminação das águas e solos que utilizam para produzir, o que coloca dúvidas sobre a qualidade e contaminação (ou não) de seus produtos. A pesca foi outra atividade duramente afetada, seja para o lazer, para a geração de renda para pescadores e piscicultores ou mesmo para garantia da segurança e soberania alimentar e nutricional de quem vive do rio. A água do rio segue imprópria para qualquer forma de uso⁵¹. Num desastre dessa proporção, muitas são as formas de afetação, como



Mapa do desastre de Brumadinho

Fonte: Instituto Guaicuy (2020).

49 Mansur (O Globo, 26 de fevereiro de 2021).

50 Milanez et al (2019) detalham cada uma delas.

51 Segundo resultados apresentados em laudo publicado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM, 2020).

demonstrou o caso do rompimento no rio Doce. A ação civil pública acima citada estima que, só as comparações socioeconômicas, custarão R\$ 100 bilhões.

Apesar da extensão territorial do desastre, a Vale, não raro, nega-se a reconhecer certos grupos como atingidos. Somente quem mora em até 1km da margem do rio teve direito ao recebimento de pagamentos emergenciais para suportar a demora e virulência do processo judicial. Estes pagamentos são administrados pela Vale, que é quem, ao cabo, detém o poder de negar as solicitações dos atingidos com base em justificativas como “ausência de documentação necessária”. Recusas de cadastros, morosidade na avaliação dos documentos, cortes inesperados, redução dos valores pagos à metade foram algumas das estratégias utilizadas pela Vale para não pagar o que devia. Inicialmente previstos para durarem de abril a dezembro de 2019, esses pagamentos emergenciais foram sendo prorrogados mês a mês na Justiça, gerando incertezas e instabilidade na vida dos atingidos. Apesar de terem sido mantidos ao longo de 2020, os cortes efetuados representaram uma redução de 58%⁵². No final das contas, a Vale economizou R\$ 474,55 milhões com pagamentos emergenciais, num período em que a empresa viu o preço de suas ações quase triplicar (passando de R\$ 34,10 em 23 de março de 2020 para R\$ 101,98 em 11 de janeiro de 2021).

Mais um exemplo de racismo ambiental

A análise das características de raça e renda da população atingida nos primeiros 10 km do percurso da lama (desde o Córrego do Feijão até o bairro rural de Pires, na proximidade da cidade de Brumadinho, já banhado pelo rio Paraopeba) mostra uma maior presença de população negra: 63,8%, percentagem populacional superior às médias municipal de Brumadinho (52,5%) e estadual de Minas Gerais (54,6%), inclusive nas áreas rurais (respectivamente, 59,8% e 59,5%). Em Parque Cachoeira e Córrego do Feijão, áreas mais imediata e severamente atingidas, os percentuais de população negra chegavam a 70,5% e 58,8%, respectivamente⁵³.

Mais uma vez, os grupos atingidos pelo crime da Vale eram pretos e indígenas. Os povos e comunidades tradicionais da bacia do Paraopeba, que enfrentam desigualdades históricas de acesso a direitos fundamentais, como à saúde, educação, cidadania, , sofrem hoje em dobro com os danos provocados pelo desastre. Sete comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultura Palmares (Marinhos, Rodrigues, Ribeirão, Sapé, Pontinha, Beira Córrego e Retiro dos Moreiras), os indígenas das etnias Pataxó Hã-Hã-Hãe e Kaxixó e povos de terreiro⁵⁴ sofrem o luto pela morte do rio Paraopeba, que, além de fonte de vida e renda, é também território de criação e recriação de suas culturas, espaço de comunhão com o sagrado. Suas cosmovisões e formas de ser e existir



Rastro de destruição deixado pela lama da Vale em Brumadinho

Créditos: Daniela Fichino, Justiça Global



Servidos de lama

Créditos: Daniela Fichino, Justiça Global

52 Esses valores são declarados pela Vale na minuta do acordo celebrado com o Estado de Minas Gerais, em 2019, os pagamentos emergenciais somaram R\$ 1.124.511.707,89, em 2020, R\$ 649.959.865,11.

53 Milanez et al (2019).

54 Limitamo-nos a citar os povos e comunidades auto identificados e que já tenham pleiteado o reconhecimento como atingidos pelo desastre em Brumadinho. É possível que existam outros povos e comunidade tradicionais atingidos na região.

no mundo estão, portanto, prejudicadas pela irresponsabilidade organizada da Vale, que já anuncia novos desastres envolvendo barragens de rejeitos.

Essas comunidades são vítimas do racismo da empresa e do Estado brasileiro, que se vale de critérios arbitrários para negar acesso a medidas de reparação, como os pagamentos emergenciais, a comunidades inteiras. Como o direito dos povos e comunidades tradicionais à Consulta e Consentimento Prévia, Livre e Informada não foi respeitado, tal qual previsto pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e ratificado pelo Brasil desde 2002, o processo mesmo de reparação constitui-se como uma enorme violação. Esta norma supralegal estabelece o direito de povos e comunidades tradicionais serem consultados previamente todas as vezes que um projeto, uma medida administrativa, um empreendimento ou mesmo uma pesquisa venha a impactar, direta ou indiretamente, seus territórios e seus modos tradicionais de viver. Mais de dois anos se passaram e as Consultas não foram feitas na bacia do Paraopeba.

A pandemia de COVID-19 veio para acentuar as já profundas desigualdades estruturantes do acesso a direitos na nossa sociedade herdeira da escravidão preta e indígena. Como as reuniões entre instituições do Estado e atingidos ocorrem de forma virtual, muitos desses povos e comunidades tradicionais ficam excluídos do processo de reparação, pois vivem, majoritariamente, em

territórios rurais com pouco ou nenhum acesso à comunicação digital. Enquanto os indígenas Kaxixó ainda brigam pelo direito a uma assessoria técnica, quilombolas lutam pela sua emancipação e para se livrarem da tutela de instituições brancas na condução do processo de reparação. Tal qual a Comunidade Quilombola de Degredo, os quilombolas do rio Paraopeba também demandam do Estado o direito a uma assessoria técnica autônoma⁵⁵.

“O big business Brumadinho”: bom para a política e melhor ainda para Vale

Não bastassem todas essas violações, em 4 de fevereiro de 2021, foi fechado um acordo que vinha sendo negociado em sigilo pela Vale, governo de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais, Defensoria Pública de Minas Gerais e Ministério Público Federal, sob mediação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Sem a participação das(os) atingidos(as), o acordo, que estipula os valores a serem gastos com as reparações, foi fechado sem que os danos sejam sequer conhecidos – mais do que isso, o acordo extinguiu a possibilidade de produção de provas periciais que identificariam as coletividades atingidas e a parte importante dos danos⁵⁶.

Após 5 meses de barganha, a Vale conseguiu economizar R\$ 20 bilhões (o valor inicialmente proposto pelo governo de Minas era R\$ 56 bilhões) e se livrar de duas ações civis públicas pela bagatela de R\$ 37

bilhões. Na verdade, a Vale vai desembolsar apenas R\$ 31,4 bilhões durante os próximos 10 anos, pois R\$ 6,28 bilhões já foram gastos em 2019 e 2020 e serão descontados do valor negociado. Esse acordo considera quitados os valores devidos para reparação ambiental e tudo o que diz respeito a direitos coletivos no eixo socioeconômico. Apesar de a Ação Civil Pública que trata dos danos individuais e as ações individuais indenizatórias cíveis e criminais continuarem rolando na Justiça, o acordo entre a mineradora e o Estado de Minas Gerais enfraquece as ações dos atingidos. O acordo, por outro lado, fez muito bem para a Vale que viu “suas ações subirem 4,3% no dia do acordo. Uma imagem de quitação de compromissos gerados com o desastre é passada, assegurando-lhe confiabilidade perante o mercado”⁵⁷.

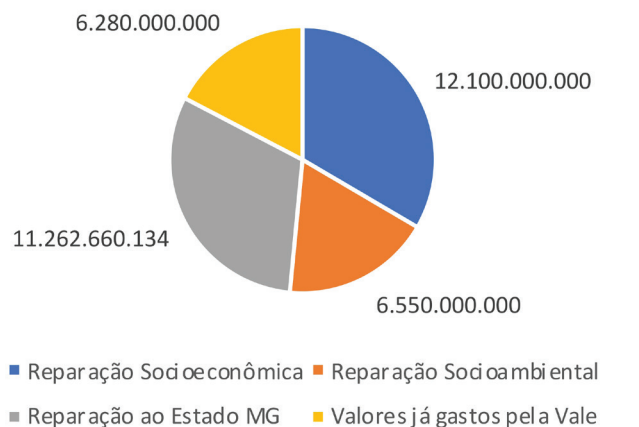
Em meio a uma crise econômica de proporções desconhecidas, o Estado de Minas Gerais viu no desastre de Brumadinho a oportunidade para angariar fundos e executar verdadeiras “obras faraônicas”, como a expansão da linha de metrô de Belo Horizonte e do anel rodoviário também na capital, que custarão R\$ 4,95 bilhões e lhe trarão retornos políticos. Este segundo é um projeto “antigo e alvo de questionamentos por incidir sobre duas unidades de conservação e distritos que vivem do turismo histórico e ecológico, podendo comprometer o manancial hídrico que abastece a capital mineira. O projeto é também de interesse das mineradoras por possibilitar o transporte do minério a partir da região”⁵⁸.

55 Gomes (Brasil de Fato, 1 de abril de 2021).

56 Conforme apontado na Ação de Descumprimento de Ação Fundamental 790, apresentada pela Defensoria Pública da União em 9 de março de 2021. Disponível em: Defensoria Pública da União (09 de março de 2021).

57 Andréa Zhouri em coluna da Folha de São Paulo de 9 de fevereiro de 2021.

58 Andréa Zhouri em coluna da Folha de São Paulo de 9 de fevereiro de 2021.



Distribuição dos valores no teto do acordo (valores em R\$)

Fonte: TJMG, 4 de fevereiro de 2019.

Organização: Jessica Siviero

A “participação” dos atingidos está limitada a apontar quais projetos de políticas públicas julgam prioritários, eles “terão que ‘escolher’ entre a ‘implementação de pistas de skate’ e o ‘Desenvolvimento Local por meio de Compras Públicas Municipais’”⁵⁹. A generosa quantia de R\$ 2 bilhões (!) foi destinada para que as comunidades atingidas definam “livremente” os projetos que querem em seus territórios. Se eles serão executados ou não é outra história! Isso vai depender do que a Vale, o governo, promotores e defensores públicos julgarem como prioridade, dado que o valor acordado está aquém do necessário para devida e justa reparação.

Apesar de assegurar R\$ 4,4 bilhões para serem gastos nos próximos meses ou anos com os paga-

mentos emergenciais aos atingidos, o acordo cortou pela metade o valor estimado (R\$ 9,4 bilhões) como necessário para quitação dos passivos já existentes (montante devido a quem nunca conseguiu acessar os pagamentos emergenciais) e para instauração de um programa de transferência que permita às famílias sua reprodução econômica.

Este acordo violou especialmente os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Além da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho não ter sido aplicada, ao prever regularização fundiária na bacia do Paraopeba sem garantir o reconhecimento e demarcação dos territórios tradicionalmente ocupados (nenhum dos quilombos da calha do Paraopeba estão titulados!), o acordo encurta o caminho para que grilagens e esbulhos historicamente praticados por fazendeiros, grandes proprietários rurais e personalidades políticas locais sejam legitimados.

A Vale, por outro lado, além de se livrar das incertezas que acompanham ações judiciais, vai gerir boa parte dos recursos e projetos socioambientais previstos no acordo, além de alguns outros do eixo socioeconômico, como o “Projeto para Brumadinho” e os “Projetos para bacia do Paraopeba”. Como o acordo não prevê a gestão e controle social dos projetos e obras a serem executados, a Vale terá enorme liberdade para agir sobre os territórios, privatizando e terceirizando o processo de reparação, ditando seus ritmos e formas de execução. Ela poderá, inclusive, escolher quem terá ou não acesso à compensação.

Com o acordo, Ministério Público de Minas Gerais, Defensoria Pública de Minas Gerais e Ministério Público Federal tornam-se portadores e controladores de um fundo bilionário. Este conflito e seus desfechos consagram, portanto, um modelo ultra neoliberal de gestão dos conflitos socioambientais. Além de implementar o modelo de conciliação e mediação - não há rito processual ordinário, promotores e defensores públicos sentam-se à mesa para dialogar com a Vale sobre o destino dos atingidos, procurando chegar a um consenso com esta empresa sobre o que ela deve ou não como reparação -, o Judiciário entregou para a iniciativa privada o poder de elaborar, planejar e implementar políticas públicas, o que deveria ser prerrogativa exclusiva do Estado. “Ao interceptar o caminho da reparação às vítimas em Brumadinho, o interesse político se casa ao financeiro e revela a faceta cruel da necropolítica (que delibera sobre quais vidas serão sacrificadas) associada ao necrocapitalismo (que define quais vidas serão mais lucrativas) no Big Business Brumadinho”⁶⁰.

59 Conforme apontado na Ação de Descumprimento de Ação Fundamental 790, apresentada pela Defensoria Pública da União em 9 de março de 2021. Disponível em: Defensoria Pública da União (09 de março de 2021).

60 Andréa Zhouri em coluna da Folha de São Paulo de 9 de fevereiro de 2021.

Quando o Lucro Vale mais que a Vida

- 37 **A Vale: uma empresa global**
- 39 **A Priorização da Mineração nas Economias Locais e o Comprometimento das suas Perspectivas de Futuro**
- 42 **Vale Tudo para Controlar a Terra**
- 45 **“Sentados numa Montanha de Dinheiro”: quando a extração mineral vale mais do que vida**
- 50 **Um Vizinho Mortal**
- 53 **A Quem Serve o Trem do Desenvolvimento?**
- 56 **Processar e Perseguir: a estratégia de diálogo da Vale**
- 58 **Terceirizar para Melhor Explorar**
- 61 **Aterrorizar para se apropriar: novas estratégias para expandir complexos minerados**
- 64 **A Vale destrói a Vida das Mulheres**



A Vale: uma empresa global

A Vale é uma empresa global presente em 27 países, incluindo Canadá, Reino Unido, Omã, Moçambique, Paraguai, Malásia, Indonésia e Nova Caledônia. A mineradora segue como uma das líderes no mercado global de ferro, pelotas de minério de ferro e níquel e a maior produtora de manganês no Brasil. Por se tratar de uma empresa de *commodities* minerais, cujo mercado depende diretamente do preço, e que se volta sobretudo para a exportação, as operações da Vale baseiam-se no sistema mina-ferrovia-porto-navios, o que lhe permite encurtar o tempo entre a extração e o mercado internacional (e com isso reduzir o custo da mina ao porto).

No Brasil, a atuação da mineradora se concentra em dois sistemas principais: o sul e o norte. O sistema sul é a área mais antiga de lavra, o quadrilátero ferrífero em Minas Gerais. Lá, a Vale está há mais de 80 anos. É composto por quatro complexos mineradores: Itabira, Mariana, Minas Centrais e Minas do Oeste (que englobam mais de 15 minas); pela estrada de ferro Vitória-Minas; e pelo porto de Tubarão em Vitória/Terminal de Guaíba. O sistema norte teve sua exploração iniciada nos anos 1980 e é onde se localiza a maior reserva de minério de ferro de alto teor do planeta, o Complexo Minerador de Carajás (entre São Felix do

Xingu e Marabá). É composto pelas minas, pelo ramal ferroviário que liga a mina S11D à estrada de ferro Carajás, pela estrada de ferro Carajás e pelo Terminal Marítimo de Ponta Madeira, no Maranhão. Somente no Brasil, a Vale possui 1.630 concessões de mineração, o que lhe garante o controle de 53.977 km², uma superfície maior que a do estado do Rio Grande do Norte ou que a de um país como a Croácia⁶¹.

Em Moçambique, a Vale opera a mina de Moatize, de carvão siderúrgico, que é escoado para o mercado internacional por meio da ferrovia de Nacala até o Terminal de Nacala-a-Velha. Além disso, a empresa possui minas e operações de níquel no Brasil, no Canadá, na Indonésia e em Nova Caledônia. Possui também inúmeras parcerias em siderúrgicas (Terminium e Pecém), bem como opera centrais hidrelétricas (no Brasil e Canadá) e plantas de energia eólica.

No seu Relatório de Sustentabilidade de 2019, a Vale afirma que “ao longo de 2019, manteve sua atuação na área de Sustentabilidade, por meio de iniciativas de mitigação e compensação dos impactos de suas atividades, além do desenvolvimento de ações ambientais e de criação de valor para as comunidades”. O relatório segue com inúmeras informações sobre as boas ações da Vale, apresentando dados

61 Saes (Le Monde Diplomatique, 25 de março de 2019).

e fotos que pintam o retrato de uma empresa que, antes de tudo, preocupa-se com o meio ambiente e com as comunidades à sua volta, projetando-se como um exemplo para o setor mineral.

Essa, no entanto, está longe de ser a “cara” da Vale nos territórios, seus velhos conhecidos. O poeta Carlos Drummond de Andrade, natural de Itabira, berço da Vale, conheceu a empresa de perto e passou a sua vida denunciando em seus poemas a faceta predatória e ladra da Vale. Num trecho do poema “A Montanha Pulverizada” (1973), o autor lamentava o sumiço da serra que outrora era sua, do seu pai e do seu avô. Saudoso, lamentava: “(...) Esta manhã acor- do e não a encontro. Britada em bilhões de lascas, deslizando em correia transportadora, entupindo 150 vagões, no trem-monstro de 5 locomotivas – trem maior do mundo, tomem nota – foge minha serra, vai deixando no meu corpo e na paisagem mísero pó de ferro, e este não passa”. Desde es- ses tempos, muita coisa mudou. A face agressiva e destruidora da Vale, contudo, permanece a mesma.

A privatização, a financeirização, as mudanças tecno- lógicas e as recentes flexibilizações regulatórias para o setor mineral tiveram como contrapartida a acele- ração da extração mineral, acompanhada do apro- fundamento da expropriação de comunidades de suas terras (serras e águas), da destruição completa da natureza e da exploração dos seus trabalhadores. Dessa perspectiva, os crimes de Mariana, em 2015, e de Brumadinho, em 2019, não podem ser conside- rados casos isolados ou acidentes. Pela magnitude e visibilidade que alcançaram, os dois episódios são casos extremos que revelam o *modus operandi* tru- culento e predatório da Vale na sua sede por lucros e por minerais, dentro e fora do Brasil. É essa história



Atuação global

Fonte: Relatório de Sustentabilidade 2019

que contaremos aqui. Descreveremos a Vale não como ela se insinua para seus acionistas, mas como ela se apresenta em ação, nos territórios, frente a comunidades, trabalhadores e demais seres vivos que cruzam seu caminho e que têm a sua existência ameaçada pela sua sede desenfreada por lucros.



A Priorização da Mineração nas Economias Locais e o Comprometimento das suas Perspectivas de Futuro

A mineração, pelo peso que representa nas economias locais e pelos fortes impactos que gera em termos demográficos, econômicos e ambientais, promove a especialização produtiva do município e atrofia as economias locais. Estudos têm identificado esse fenômeno como uma minério-dependência expressa no poder que as empresas mineradoras, como a Vale, têm sobre a economia e a política de pequenos municípios. Fortemente articuladas com o poder público local, que dependem sobremaneira dessas atividades (por doações a campanhas e pela maior parte das receitas públicas das pequenas economias virem da mineração), essas empresas se tornam muito poderosas, sendo capazes de definir, pautar e condicionar os destinos desses territórios e suas populações. Essas corporações adquirem um grande poder para intervir e moldar a realidade local de acordo com os seus interesses.

O peso da mineração se expressa nas economias locais, em especial, em três aspectos: pela importância que a Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM, discutiremos mais a

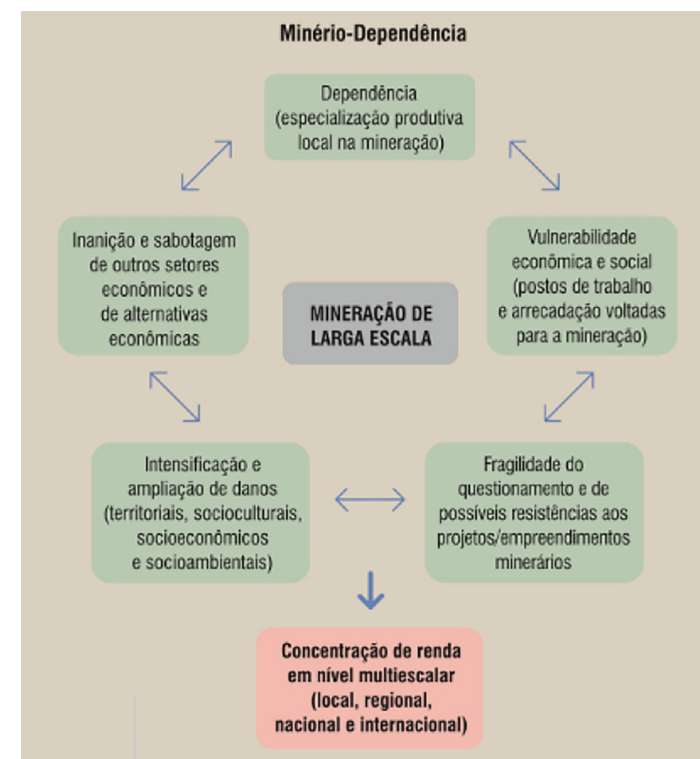
frente, no capítulo 5) ganha no orçamento público local; pelo papel que a mineração tem na geração de postos de trabalho formais; e pela anulação de outras atividades, cuja participação se reduz na medida que a mineração vai ganhando peso. Se, por um lado, essas empresas têm um grande poder, por outro, o peso da mineração nas receitas públicas e nos empregos acaba tornando a população e o poder público mais tolerantes com os impactos negativos da mineração, associando o desenvolvimento local com os interesses das mineradoras. Esse ciclo, por sua vez, leva à especialização produtiva e à redução do espaço de outras atividades (e das atividades que anteriormente eram desenvolvidas naquele espaço). A própria ação das mineradoras (com o inchaço das cidades, uso e contaminação de águas, destruição de solos, poluição sonora) vai impondo limites a outras atividades como o turismo, agricultura entre outros. A minério-dependência age num círculo vicioso: essas economias se tornam crescentemente dependentes da mineração até que os recursos se esgotem e as mineradoras saiam em busca de

novas reservas⁶². Como são atividades que geram empregos normalmente situados em faixas salariais mais baixas e pouco especializadas e que geram parques encadeamentos econômicos, sendo normalmente, voltadas para a exportação de produtos não beneficiados, a mineração acaba contribuindo para a reprodução de uma sociedade cada vez mais desigual e predatória dos recursos naturais.

Tádzio Coelho⁶³, pesquisador da Universidade Federal de Viçosa (UFV), ao analisar as dinâmicas econômicas dos municípios de Mariana e Brumadinho destaca a importância do setor extrativo mineral na geração de empregos formais. Aponta, contudo, que a maior parte dos empregos gerados se situava nas faixas com menores salários (abaixo de 5 salário-mínimos). Adicionalmente, estudos demonstram que, em particular naquelas áreas de expansão recente da produção, como no sistema norte, a maior parte dos empregos situados em faixas com salários mais altos não são preenchidos com população local, mas com pessoas de outras regiões. Em contrapartida, ao mesmo tempo que a mineração cresce e ganha peso nas economias locais, outras atividades acabam perdendo espaço, culminando numa especialização produtiva. Em Mariana, por exemplo, na medida em que a mineração se fortalecia, em 2011, período em que a mineradora ampliou sua atuação na região (ampliação da barragem de Fundão), a área agrícola sofreu uma forte queda, o que se aprofundou em 2015-6, momento logo após o rompimento da barragem.

Simone Contente⁶⁴, pesquisadora da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, ao pesquisar a implementação do projeto S11D em Canaã dos Carajás, mostra como os grandes projetos minerários controlados pela Vale ganharam peso na economia local de 2002 a 2019. O poder da Vale é tão grande que foi ela quem conduziu, por meio da consultoria Diagonal, e em parceria com o governo local, o Plano Diretor do município que determina o planejamento urbano da cidade. Adicionalmente, a pesquisadora destaca que não obstante o aumento da produção do município e as melhorias no IDH, observou-se também em Canaã dos Carajás um aumento importante na desigualdade social. Ao passo que Canaã dos Carajás se firma como o segundo maior produtor de minério de ferro no Brasil e como um dos municípios em que as exportações de minério de ferro crescem mais acentuadamente, uma parte expressiva da população segue com renda familiar abaixo de meio salário-mínimo e sendo dependente de políticas de transferência de renda (Bolsa Família). Em contrapartida, em Canaã dos Carajás crescem as internações por doenças respiratórias e infecciosas⁶⁵, o que pode se relacionar com a proximidade entre as áreas de mineração e os núcleos urbanos e vilas rurais.

Ao bloquear a diversificação econômica e ao gerar uma sociedade bastante desigual, a forte intervenção da mineração no território e a dependência que gera nas pequenas economias bloqueiam alternati-



Ciclo da Minério-Dependência

Fonte: Coelho (2020)

vas de desenvolvimento econômico local, comprometendo seriamente o futuro desses municípios.

62 Coelho (2020).

63 Coelho (2020).

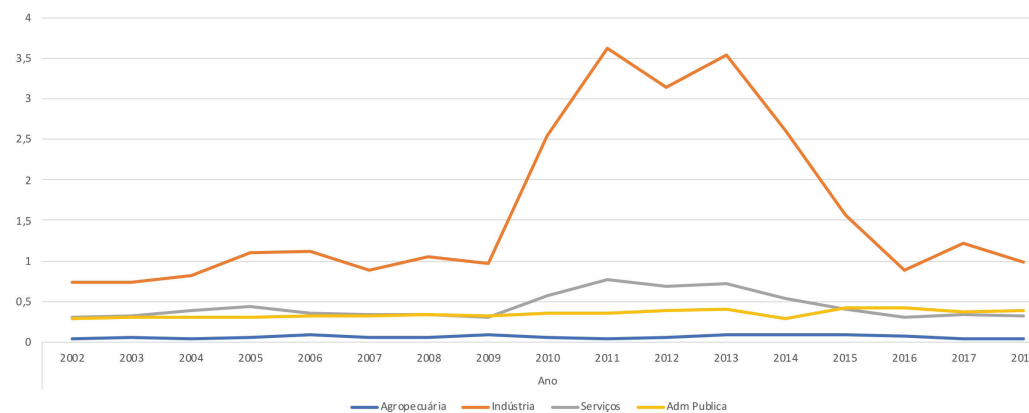
64 Padilha (2020).

65 Segundo dados do Datasus de 2005, Canaã apresentou 33,4% mais internações que os demais municípios mineradores.

Trocamos Favores para Garantir os Interesses da Vale

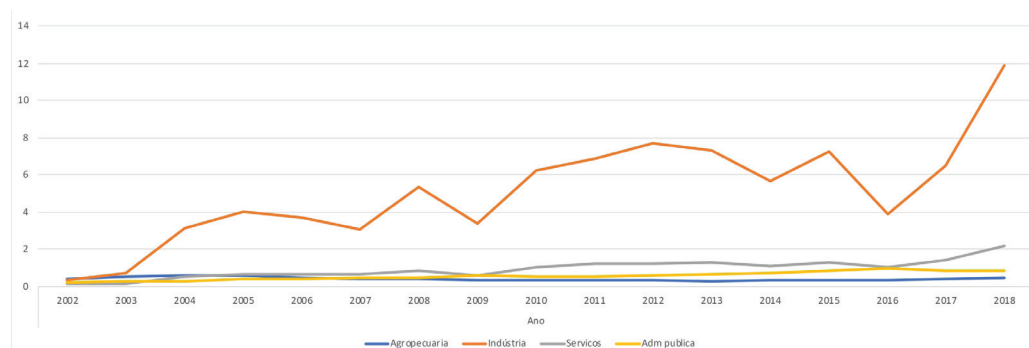
Essa dependência econômica abre espaço para subordinação dos poderes públicos locais aos mandos e desmandos da Vale. Como parte das suas estratégias de consolidação e legitimação, a Vale troca melhorias na infraestrutura dos municípios afetados por suas atividades por apoio político. Em março de 2015, a Vale anunciou que tinha doado cerca de R\$ 1,5 milhão (de um custo total de R\$ 1,9 milhão) na construção de um terminal rodoviário em Ourilândia do Norte. O convênio assinado com a prefeitura local também previa a pavimentação de cerca de três quilômetros de ruas num dos bairros do município¹. Críticos apontam que essas “benesses” têm servido para blindar a Vale das inúmeras críticas feitas a sua atuação na região, que tem causados sérios problemas de saúde aos indígenas da Terra Indígena Xikrin do Cateté.

¹ Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.



Mariana - Participação no Valor Adicionado Bruto (preços correntes, participação em %)

Fonte: IBGE



Canaã dos Carajás - Participação no Valor Adicionado Bruto (preços correntes, participação em %)

Fonte: IBGE



Vale Tudo para Controlar a Terra

Com um meio rural marcado pela desigualdade e pela existência de muitas terras públicas, a região norte caracteriza-se por ser palco de muitos conflitos fundiários no Brasil. A área do Grande Carajás é a maior reserva de minério de alto teor de ferro no mundo (além de outros metais como cobre, níquel e bauxita), e, por isso, se tornou foco de um grande interesse da Vale. O peso do sistema norte é reforçado com as perspectivas de redução da produção do sistema sul no médio prazo. Relatos apontam que a empresa tem trabalhado para cercar e garantir o domínio territorial em Carajás, reservando área para as suas operações e para a expansão futura de suas atividades. Como essa mesma região é também ocupada por pequenos posseiros, que dependem diretamente da terra para viver e manter suas famílias, os conflitos fundiários vêm se multiplicando na região, em grande parte acompanhados pelo exercício da violência.

Numa mesma área existem lotes em diferentes situações (recortes variados): titulados, grilados por posseiros e depois regularizados com obtenção dos títulos, até lotes de assentados que estão em nome da União (e que só podem ser transacionados com auto-

rização do governo). Pela complexidade da situação fundiária no Pará, quando a Vale efetua aquisições de terra, ela negocia direto com os proprietários/posseiros/ocupantes. Isso dificulta a montagem de um quadro claro de todas as áreas que a Vale adquiriu. Há indícios de que empresa teria comprado muitas terras, incluindo terras públicas e sem títulos, o que configuraria prática ilegal⁶⁶, tornando a Vale parceira na grilagem. Nos vários processos que correm na Justiça, há indícios de que alguns terrenos da mineradora foram adquiridos ilegalmente (grilados). O Programa Terra Legal, por exemplo, encontrou 15 áreas em situação suspeita que teriam sido regularizados pelo programa e vendidos, antes do tempo exigido por lei (10 anos), para a Vale. Levantamento do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã de Carajás aponta que há indícios de que a empresa já teria negociado 199 lotes em assentamentos na região. O presidente do Sindicato de Canaã calcula que, só em Canaã dos Carajás, a Vale já tenha comprado mais de 50% da área total do município⁶⁷. A Vale amplia o seu domínio territorial, mas os terrenos adquiridos são, em grande parte, de procedência duvidosa.

66 Padilha (2020).

67 Bedinelli, matéria do El País intitulada “Os Sem Terra Desafiam a Gigante Vale na Amazônia” de 11/12/2016.

Situações como essas foram comuns em diferentes momentos do processo de instalação do projeto S11D no Pará. Para viabilizar a instalação e a operação do projeto, a Vale teve que intervir e reassentar a Vila do Mozartinópolis (ou do Racha Placa). De acordo com as negociações coletivas com as famílias e o INCRA, a Vale se comprometeu a realizar o reassentamento da Vila na fazenda Recreio (na Gleba Xikrin). Essa fazenda foi comprada pela Vale. Boa parte das terras compradas pela Vale, porém, eram de domínio público e não poderiam, portanto, ter sido comercializadas ou compradas pela mineradora. Como a empresa oferece ao Estado como compensação às suas operações uma área que já é pública? Em 2014, contudo, não obstante o impasse, o INCRA autorizou a continuidade da transferência da Vila e foi criado o assentamento União Américo Santana.

O segundo caso se deu com a constituição do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos (PARNA), em 2017. Para constituir a área de proteção integral, a Vale teve que doar ao Estado terras na Serra da Bocaina para serem incorporadas à Floresta Nacional de Carajás (Flona). Decidida em avançar com a exploração minerária, a empresa seguiu comprando áreas de fazendas entre 2008 e 2009 para servirem como área de reserva. Logo descobriu-se que boa parte da Fazenda São Luís, comprada pela Vale, era terra pública grilada. Para complicar a situação, em 2015, parte dessas áreas de domínio público foi ocupada por famílias de sem-terra (acampamentos Dina Teixeira e Grotão do Mutum). A Justiça Federal determinou que as famílias saíssem daquela área (por meio de uma ação de reintegração de posse), alegando que a mesma tinha vocação ambiental e, por isso, não poderiam ser destinadas a um assentamento ru-

“Já era noite quando começamos a ouvir os tiros. Todo mundo saiu correndo para se esconder. Quando baixava o barulho das balas, eu só ouvia as crianças chorando, perdidas no meio do mato. Pensei que ia morrer.”

Declaração de Viviane Oliveira, presidente da FETRAF à Repórter Brasil¹

¹ Angelo (Repórter Brasil, matéria de 27 de junho de 2020).

ral. Ficaria a cargo do Incra reassentar as famílias em novas áreas a serem doadas pela Vale. A área pública, comprada ilegalmente pela Vale, e que havia sido ocupada por essas famílias (que tiveram que sair por determinação judicial) foi usada pela Vale como parte das compensações para o S11D. Devido às irregularidades com relação à terra oferecida pela Vale, que era grilada e que logo já era do Estado, o processo de desapropriação da fazenda São Luís foi arquivado. A União destinou a terra à constituição do Parque, mas deu por quitada a condicionante ambiental da Vale (ainda que as áreas “doadas” já fossem da União!). Ficou, ainda, a cargo do ICMBIO a resolução dos conflitos e indenizações pendentes. Segundo documento da CPT, em denúncia formalizada no Ministério Público Federal, dos 79.029 ha totais de PARNA dos Campos Ferruginosos, a Vale alega ter doado como condicionante ambiental 12 mil ha. Contudo, os dados demonstram que 5 mil ha desse montante eram de terras públicas ilegalmente compradas pela

Vale. As propagandas do S11D, contudo, omitem isso e continuam propagandeando que a Vale doou ao município e ao país uma enorme área de preservação ambiental como condicionante ambiental.

É possível doar a alguém uma coisa que já lhe pertencia? É aceitável que isso “quite” condicionantes? Ao aceitar esse tipo de transação e “desonerar” a Vale de suas condicionantes, o Estado brasileiro legitima a grilagem de terras e a atuação criminosa da mineradora.

Esses casos, não raro, envolvem muitos conflitos. Em junho de 2020, em plena pandemia da COVID-19, a Vale e a Prosegur (empresa privada contratada para cuidar da segurança da mineradora) atacaram um grupo de agricultores acampados em uma área da Fazenda Lagoa, em Parauapebas. A área em que estava o acampamento vem sendo disputada na justiça entre os agricultores e a Vale, que tinha uma liminar em seu favor. Como a liminar não era definitiva, a Vale não poderia seguir com a reintegração de posse ou despejo das famílias. Contudo, em junho de 2020, em plena pandemia, seguranças da Vale atacaram os agricultores que ocupavam a área quando os mesmos tentavam fazer uma ligação clandestina de energia elétrica. No ataque, os guardas privados usaram balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo, ferindo pelo menos 20 dos 150 agricultores e causando muito terror. A Vale e a Prosegur alegam que seus guardas agiram em legítima defesa, muito embora nenhum segurança tenha ficado ferido. Em entrevista para a televisão local, o delegado que cuidou do caso na época afirmou que houve um excesso por parte da empresa, uma reação desproporcional e que os seguranças seriam indiciados por lesão corporal⁶⁸.

Esse não foi o primeiro, e nem será o último conflito entre seguranças da Vale e posseiros na região. Em março de 2017, em Canaã dos Carajás, dois homens foram agredidos com socos, pontapés, *spray* de pimenta e coronhadas por ao menos oito seguranças da empresa Prosegur, a serviço da Vale. Pai e filho estavam consertando uma cerca que separa seu terreno da área da mineradora, quando as agressões começaram. A Vale alegou que os dois agricultores estavam invadindo seu terreno e que, novamente, os seguranças agiram em legítima defesa. A violência constitui-se, assim, um traço permanente nas operações da Vale no território.



Senhora ferida por seguranças da Vale em Parauapebas

Fonte: Sales (2020)



Marcas de bala de borracha em agricultor após ataque de seguranças da Vale

Fonte: reprodução Twitter MST

A Violência como Método

O uso da violência como forma de controle do território e de “disciplinamento” das pessoas é um traço recorrente nas operações da Vale. Há 25 anos, em 17 de abril de 1996, 21 trabalhadores rurais foram assassinados pela Polícia Militar do Pará em El Dorado de Carajás (mais de 60 ficaram feridos e 7 ainda seguem desaparecidos). As investigações do massacre indicam que a Vale apoiou e financiou a ação da PM. A mineradora tinha um convênio com a PM que envolvia o repasse de recursos pela mineradora para melhor estruturar a polícia e tropas foram levadas ao local do crime em ônibus cedidos pela empresa. Adicionalmente, a Vale colaborava com a PM ao repassar informações sobre os movimentos sociais e lideranças de trabalhadores rurais que atuavam na região. Como a Vale tinha medo de que os conflitos por terra e a organização dos trabalhadores rurais aumentassem nas suas áreas de operação, a mineradora infiltrava espiões para obter informações privilegiadas que eram logo repassadas para a PM.



“Sentados numa Montanha de Dinheiro”: quando a extração mineral vale mais do que vida

Os projetos mineradores caracterizam-se pela grande magnitude e por causarem sérias intervenções nos territórios em que são implementados, destacam-se em especial os impactos negativos sobre o meio ambiente (poluição de águas, desmatamento, contaminação do solo, poeira, destruição do solo e de montanhas, morte de animais etc.) e as populações (poluição de lençóis freáticos, rios e mares, poluição sonora, poeira, danos à saúde, deslocamentos forçados etc.). Não bastassem os impactos e a destruição que é percebida nos locais de extração dos minérios e de processamento industrial (explosões, contaminação de cursos de água e lençóis freáticos, poeira, desmatamento, morte de animais, destruição de solos, aumento da desigualdade social etc.), como voltam-se sobretudo para a exportação, os empreendimentos da Vale necessitam de uma eficiente estrutura logística que os conecte com os mercados globais. Essa estrutura logística inclui a mina, a ferrovia, portos e navios. Hoje a Vale tem estruturas logísticas no Brasil, Indonésia, Moçambique, Omã, Malásia e China.

Em Açailândia, no Maranhão, ao longo da estrada

ferro Carajás, encontramos a comunidade de Piquiá de Baixo que vive coberta de pó de minério de ferro e com a poluição de um parque siderúrgico alimentado pela Vale. Há cerca de 300 famílias que convivem diariamente com o pó emitido por cinco siderúrgicas (Viena, Fergumar, Pindaré, Simasa e Gusa do Nordeste) que se instalaram ali ainda nos anos 1980. As siderúrgicas recebem e processam o minério de ferro produzido pela Vale em Carajás, o que torna a empresa co-responsável pelos impactos gerados na vida dessas famílias. Desde a chegada das empresas, os moradores denunciam o crescimento na incidência de doenças respiratórias, oftalmológicas e dermatológicas; a ocorrência de queimaduras graves e fatais derivadas do mau acondicionamento de resíduos do processo produtivo de ferro gusa (finos de carvão) que não raro se localizam muito próximas às residências; dificuldades de acesso aos serviços de saúde especializado, ausência de infraestrutura básica; e o medo constante da ocorrência de acidentes. Ao mesmo tempo, convivem com a falta de acesso à informação sobre os poluentes que se fazem presentes no seu dia a dia, além de enfrentarem restrições à liber-

dade de expressão, pois o poder da Vale e das siderúrgicas dificulta que sejam feitas críticas à poluição ambiental e à atuação dessas empresas. Ao longo de muitos anos de luta da comunidade de Piquiá de Baixo, contudo, quase nada foi feito pelas empresas e pelo Estado para atender às demandas das famílias.

Após anos e anos convivendo com a poluição e o desrespeito, em 2010, com a judicialização do caso o Ministério Público do Estado do Maranhão iniciou negociações entre a Associação Comunitária dos Moradores de Piquiá (ACMP) com as siderúrgicas e a Vale que culminaram na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com vistas a viabilizar o reassentamento coletivo de toda a comunidade. Esse foi um importante passo para se fazer justiça. Em 2018, após muita luta e da constante negação da Vale e das siderúrgicas locais em assumir a responsabilidade pela poluição causada, o processo de reassentamento dessas famílias entrou em sua etapa final (e iniciou-se a construção do novo bairro Piquiá da Conquista)⁶⁹. As siderúrgicas compraram um terreno a oito quilômetros de distância para o reassentamento das famílias de Piquiá de Baixo. A construção das casas veio de um financiamento do programa Minha Casa, Minha Vida, da Caixa Econômica Federal. As obras começaram em novembro de 2018. A maior parte foi custeada pelo Estado brasileiro. Apenas 28% foi pago pela Vale e pelas siderúrgicas, as quais fizeram o repasse por meio do Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do Estado do Maranhão (SIFEMA). As empresas seguem negando sistematicamente a sua responsabilidade nos danos causados à comunidade de Piquiá de Baixo. As obras do reass-

“Na frente de nossas casas passa a estrada de ferro Carajás, ao redor existem indústrias de ferro gusa e, do lado, o entreposto de minério da Vale. É triste morar num local onde praticamente toda a população tem chance de ter doenças de pulmão, garganta e problemas respiratórios.”

Fala de moradora de Piquiá de Baixo¹

1 Ortiz (2014, matéria intitulada Piquiá, um povoado coberto por pó de ferro na Amazônia do O Eco).

sentamento, hoje, estão paradas devido aos cortes nos recursos do Programa Minha Casa, Minha Vida e à defasagem de preços devido à inflação (o orçamento aprovado é de abril de 2017, mas as obras só foram iniciadas em novembro de 2018) e à diferença entre os preços praticados e a tabela de referência (SINAPI). Para cobrir a defasagem, a Associação de Moradores de Piquiá de Baixo estima que faltarão cerca de R\$ 10 milhões, valor que está sendo negociado com os governos municipal e estadual e com a própria Vale. Em novembro de 2020, na 45a Sessão Ordinária do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas, o Estado brasileiro foi cobrado pelas violações de direitos em Piquiá de Baixo, assim como foi cobrado também pela tomada de medidas em relação aos crimes ambien-



Comunidade de Piquiá de Baixo: a Poluição já faz parte da paisagem

Foto: Francesco Natali, Arquivo Justiça nos Trilhos

tais nas comunidades de Brumadinho e Mariana. Todos esses crimes foram cometidos pela Vale. Hoje as comunidades seguem aguardando compensações e a restauração do meio ambiente. A Vale, por sua vez, com um exército de advogados, segue tentando atrasar, minimizar ou se esquivar do pagamento justo de compensações para aqueles que perderam tudo devido a sua conduta predatória e truculenta.

Moçambique vive uma situação muito semelhante a do Brasil. A Vale chegou ao país em 2004, quando assinou um memorando de entendimento com o governo moçambicano para explorar carvão mineral na mina de Moatize (em Tete), obtendo uma concessão de quase 24 mil hectares de terra. A licença para a exploração foi concedida em 2007, as obras de construção da mina ocorreram em 2008.

69 FIDH e JnT (Relatório Piquiá foi à Luta, 2019).

A mina de Moatize começou a operar no final de 2011, tendo capacidade de extração de 11 milhões de toneladas de minério por ano; em 2014, o projeto sofreu expansão (Moatize II), passando a ter capacidade produtiva de 22 milhões de toneladas anuais (início de operação da expansão em 2013). Em 2018, a mina de Moatize produziu cerca de 12 milhões de toneladas de carvão e a Vale tinha planos de ampliação da produção até 15 milhões em 2020. O escoamento da produção depende de duas linhas férreas que carregam o carvão para portos: a Linha de Sena que conecta a mina ao Porto da Beira (início de operação em 2011); e o Corredor de Nacala que foi restaurado e que conecta a mina ao terminal de Nacala-a-Velha, no Porto de Nacala (corta todo o norte Moçambique, passando por Malawi, com início de operação em 2016). Em Moçambique, a implantação do Corredor de Nacala resultou de uma parceria entre a Vale e a empresa pública moçambicana Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), resultando em concessões de 30 anos para o Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLN) e Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN).

A chegada da Vale alterou de maneira intensa o dia a dia das comunidades que viviam na área concessionada à Vale. A terra em Moçambique é do Estado. Em 2007, foi selado o acordo entre a Vale e o Governo moçambicano, que garantia a exploração do carvão por 25 anos (renováveis por igual período)⁷⁰. Iniciaram-se as remoções das famílias que viviam na área em que a mina seria instalada. Segundo relatório da Justiça Ambiental apresentado na ocasião do Tribunal Permanente dos Povos em Johannesburgo

Lar Doce Lar

O início da construção do bairro Piquiá da Conquista trouxe um grande alívio para a ACMP e para as famílias de Piquiá de Baixo. Contudo, a cada ano, a espera pelo reassentamento revela-se cruel e dramática¹. Enquanto o assentamento não sai do papel, as famílias permanecem convivendo com a poluição e os riscos impostos pelas siderúrgicas e pela cadeia produtiva do ferro gusa.

Além da poluição do ar e do mau acondicionamento dos resíduos do processo produtivo, essas famílias têm que conviver com o trânsito constante de caminhões carregados de rejeitos industriais e de ferro gusa incandescente (1.300°C). Os caminhões transitam em áreas muito próximas às casas dos moradores, o que deixa todos apreensivos com a possibilidade de acidentes. Em 2016, no Inquérito Civil Público no 02/2016, o Ministério Público do Maranhão concluiu que o plano emergencial para esse tipo de transporte era “generalista e superficial”, não identificando os procedimentos que deveriam ser adotados em casos de acidentes. É exemplo disso um acidente que ocorreu com um dos caminhões da empresa Gusa Nordeste em 04 de abril de 2018: o caminhão tombou em um local público carregado de ferro gusa incandescente, que furou o caminhão e escorreu pela BR-222. Numa outra situação, em 27 de janeiro de 2018, um caminhão carregado de rejeito tóxico da produção de ferro gusa (lama) tombou em frente à Escola de Piquiá. O laudo técnico ambiental número 000/2018 da Secretaria do Meio Ambiente do Maranhão caracterizou esse episódio como crime ambiental derivado do “transporte de um resíduo perigoso sem a devida autorização” expondo a população e o meio ambiente a riscos.



Acidente com Caminhão Transportador de Ferro Gusa (4 de abril de 2018)

Foto: João Paulo, Acervo Justiça nos Trilhos

1 FIDH e JnT (Relatório Piquiá foi à Luta, 2019)

70 CIP (2021).

em 2018, uma camponesa moçambicana relatou que o governo e a Vale chegaram em sua comunidade e disseram que eles precisavam sair e deixar suas terras porque “eles estavam sentados no topo de uma montanha de dinheiro”⁷¹. E assim foi feito.

Na instalação da mina, foram removidas 1.365 famílias: 716 foram para um assentamento rural em Cateme e 289 para um assentamento urbano, chamado 25 de Setembro. Os reassentamentos, realizados entre 2009 e 2010, estavam repletos de problemas e de casos de desrespeito às famílias. As principais denúncias eram: separação de famílias; identificação das famílias que iam para áreas rurais e urbanas de forma arbitrária, pouco transparente e não justificada; alocação das famílias em áreas com terras insuficientes, pouco férteis e sem acesso à água potável; incapacidade das famílias produzirem nas terras com impactos na sua segurança alimentar; descumprimento com relação ao tamanho dos lotes e ao formato das casas; e má condução de projetos de apoio à produção e de geração de renda prometidos pela Vale.

A maior reclamação, contudo, relacionava-se com os formatos e a qualidade das casas providas pela Vale, bem como quanto à localização dos assentamentos. Com relação às casas, não foram poucos os relatos de que as mesmas apresentavam problemas de infraestrutura: vieram com rachaduras, encanamentos de água estavam com defeito, não tinham eletricidade e seu modelo não respeitava os hábitos e a cultura das famílias: as casas tinham banheiros internos o que incomodava as famílias

que entendem que os banheiros externos eram mais higiênicos e as casas não tinham varandas ou áreas livres, importantes na sociabilidade das famílias (muitas pessoas diziam que se sentiam presas, como se estivessem em cadeias, pelas casas serem todas fechadas como um caixote). Com relação ao local, não foram poucos os relatos de que as terras concedidas para a produção eram inférteis ou pouco aptas à produção, que as famílias não tinham acesso à água, que eram distantes dos mercados locais onde poderiam vender suas mercadorias. A mudança dessas famílias para locais distantes dos cemitérios onde estão enterrados seus ancestrais foi traumática também. Ademais, devido à falta de diálogo da Vale na hora de realizar os reassentamentos, as tensões e os conflitos entre as comunidades reassentadas pela Vale e famílias que já habitavam os locais onde os reassentamentos foram implantados também aumentaram. Essas famílias reassentadas fizeram muitos protestos. Na prática, contudo, a Vale não fez nada para atender às suas demandas. Há muitos relatos de que a Vale diz que vai atender, faz cadastros e mais cadastros, mas ao fim nada muda. Não raro, durante os protestos, a polícia é chamada para “conter” as manifestações com muita violência.

As empresas siderúrgicas de Açailândia, que processam o minério da Vale, não possuem licenças de operação regularizadas. Segundo informações do governo do Maranhão, as empresas não atendem em sua totalidade aos condicionantes exigidos pelo órgão ambiental. A Gusa do Nordeste, por exemplo, opera com licença ambiental vencida desde 24 de julho de 2012. Boa parte dessas plantas siderúrgicas, contudo, segue processando o minério que é recebido pela Vale. Essa constatação vai de encontro com a política institucional da Vale (Política de Direitos Humanos) que afirma que a empresa respeita e promove os direitos humanos, prevenindo impactos e violações, nas atividades da empresa e ao longo de sua cadeia produtiva.

“Os reassentamentos promovidos pela Vale desrespeitaram importantes costumes culturais dessas famílias, negando espaços para suas cerimônias e ritos de passagem e destruindo os cemitérios em que essas comunidades enterraram seus ancestrais.”

Antônio Zacarias, da Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC)¹

1 Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale (2020)

A Vale é um Campo Minado

Em 27 de novembro de 2020, em Cateme, uma criança morreu e outras quatro ficaram gravemente feridas quando brincavam na área de lavoura de seu avô, dentro do reassentamento concedido pela Vale. As crianças estavam próximas ao local onde sua mãe e avô trabalhavam na lavoura, quando viram um objeto enterrado: era uma antiga mina de guerra. Organizações locais dizem que, ao contrário do que a Vale afirma, nenhuma assistência foi prestada às vítimas e a sua família. O trágico ocorrido deixa claro o total descompromisso da Vale para com essas famílias: ao realizar os reassentamentos a empresa nem mesmo se preocupou em desminar o terreno das áreas doadas, o que é bem preocupante, na medida em que em Moçambique é muito comum a existência no meio rural de minas, resquícios da guerra civil¹.

¹ Angelo (Observatório da Mineração, matéria de 21/12/2020).



Menina que sofreu o acidente com mina terrestre em Cateme

Fonte: AAAJC



Reassentamento de Cateme

Fonte: Arquivo AIAAV



Estrada de Ferro no Reassentamento de Cateme

Foto: Karina Kato (GEMAP/UFRJ)



Um Vizinho Mortal

Se a situação das famílias reassentadas não tem sido fácil, pior é o que vêm enfrentando as famílias que não tiveram o direito ao reassentamento e que convivem com as operações na mina. A Vale e o governo alegam que essas famílias, ainda que morem na área concedida à empresa, não residem na zona operacional (mina e lavra). Por isso não teriam direito ao reassentamento. Esse é o caso de Bagamoyo, Nhantchere, Porto Seco, Primeiro de maio e Liberdade. A Vale reconhece que cerca de 1.349 famílias estão nessa situação, mas organizações de Moçambique estimam um número superior. Entre a nuvem de poeira, rejeitos e explosões de dinamite realizadas na mina, o dia a dia dessas famílias tem sido um inferno⁷². São hoje obrigadas a conviver diariamente com os impactos negativos da exploração da mina a céu aberto: a poeira que permanece suspensa no ar, o bloqueio do acesso a áreas que antes usavam para pastagem e agricultura, o fechamento do acesso à água e à lenha, o bloqueio de antigos caminhos que utilizavam para se locomover etc. Ao mesmo tempo, essas famílias, não conseguem acesso a um serviço de saúde preparado para o atendimento de doenças e quadros clínicos típicos do convívio com a mineração e pós de carvão (não há um mecanismo no setor

da saúde para interpretar a relação entre as doenças respiratórias e a exposição aos resíduos da mineração)⁷³. Ademais, as casas em que vivem essas famílias têm hoje muitas rachaduras e infiltrações, resultantes da proximidade e da trepidação derivada das explosões de dinamite feitas diariamente pela Vale. Essas famílias se sentem inseguras nas suas próprias casas. Intensificam-se assim as tensões e os conflitos sociais nas comunidades vizinhas à mina: além de a Vale lhes negar informações importantes, por exemplo sobre a poluição, ela não cumpre as promessas de emprego, de indenização e de compensação.

O bairro de Bagamoyo, por exemplo, convive ao lado de um repositório da Vale de material estéril, o que tem causado doenças nas famílias pela circulação do material com o vento, contaminação das águas etc. A comunidade de Nhantchere teve seu acesso à água negado quando a Vale poluiu o rio que abastecia a comunidade e cercou a área, impedindo o acesso das comunidades a estradas vicinais importantes. A Vale prometeu fornecer água e lenha para essas famílias, mas não tem feito isso em quantidade suficiente o que já levou essas famílias a perderem muitos animais por sede. Em fevereiro de 2021, a

72 Oliveira (matéria do Observatório do Carvão em Moçambique, matéria de 3 de junho de 2020).

73 Zacarias (matéria da Deutsche Welle, 9 de março de 2019).

Justiça de Moçambique condenou a mineradora Vale a indenizar (R\$ 1 milhão) camponeses que moram no entorno da mina de Moatize, depois que a empresa construiu uma barreira ao redor do seu complexo minerário que impossibilitava a população de chegar às suas casas⁷⁴. O juiz dizia na sentença que a vedação causou o bloqueio da estrada vicinal utilizada pelos camponeses e oleiros, impedindo que chegassem às suas áreas de trabalho e colocando em risco a segurança alimentar dessas famílias. A Vale diz que vai recorrer e, enquanto isso, as pessoas seguem sofrendo com os impactos da mineração em sua vida.

Há relatos de que essas comunidades vêm apresentando muitas doenças respiratórias que podem estar relacionadas com o excesso de particulados (em especial particulados finos) em suspensão no ar. O montante de poeira de carvão emitida no ar é um dos maiores problemas enfrentados pelas comunidades vizinhas à mina. Segundo informação de Maurício Simbine (engenheiro ambiental que trabalha com a Vale) nos primeiros meses de 2019, a Vale chegou mesmo a suspender as atividades na mina por 96 horas devido ao excessivo nível de poluição do ar. Para o especialista esse “é um dos grandes desafios ambientais” da extração de carvão a céu aberto em Moçambique⁷⁵. É também um dos principais problemas enfrentados pelas comunidades que vivem no entorno da mina. A Vale, contudo, segue negando sua responsabilidade na poluição e violando permanentemente os direitos dessas famílias a um meio ambiente seguro e saudável. Em 4 de outubro de

2018, após tentativas infrutíferas de negociação, um grupo de moradores de Nantchere, Bagamoyo, Primeiro de Maio e Liberdade invadiu a mina de Moatize e paralisou as atividades por cerca de 14 dias.

Essas comunidades estão muito receosas com relação ao futuro, e exigem da empresa o reassentamento e compensações dignas por todos os problemas que têm passado desde o início das operações da mina. Essas medidas tornam-se ainda mais urgentes na medida em que a Vale anunciou recentemente o aumento da produção de Moatize para 15 milhões de toneladas (o que por sinal aumentaria a intensidade dos impactos produzidos sobre as comunidades vizinhas) e o interesse de vender a planta para outra mineradora. Em outubro de 2018, moradores de Nhantchere e Bagamoyo paralisaram a mina para reivindicar os seus direitos, e denunciar os inaceitáveis níveis de poluição e degradação da saúde a que estão sujeitos. Até hoje esses moradores esperam ser reassentados pela Vale.

Outro grupo muito impactado pelas atividades da Vale são os produtores de tijolos (oleiros): eles usavam a terra tomada pela mina para fabricar tijolos (lá tinham suas oficinas e de lá extraíam a terra). A empresa destruiu seus meios de vida, pois não conseguem mais trabalhar. Cerca de 900 oleiros receberam compensação, mas alegam que o montante pago pela empresa não foi suficiente (perto de US\$ 1 mil). Há, contudo, cerca de 450 oleiros que ainda não receberam qualquer compensação pela perda do seu direito ao trabalho e à terra. Os oleiros têm



A Mineração é parte do dia a dia das famílias da Comunidade de Bagamoyo

Fonte: AAAJC

protestado muito. Eles exigem o aumento do valor da indenização e a inclusão dos oleiros que foram excluídos do acordo. Ademais exigem que tenham acesso aos rios e aos locais em que produziam tijolos. A Vale não tem se mostrado aberta ao diálogo.

74 Oliveira (Matéria da Brasil de Fato, 2 de fevereiro de 2021).

75 Matéria da LUSA de 9 de outubro de 2020.



No dia 01 de abril de 2021, 86 oleiros da comunidade Primeiro de Maio, em Moatize, invadiram o terreno a Vale para protestar após a Vale proibir o acesso ao rio Moatize. Em reunião com o governo municipal e representantes da Vale, ficou acordado que a Vale os indenizaria. A Vale contudo segue marcando inúmeras reuniões, mas sem indeniza-los de fato.

“As actividades da Vale com a Covid-19 continuaram iguais e a exploração do carvão não parou, nós moradores é que tivemos que continuar dentro das nossas casas rachadas devido às explosões da mina, sempre com medo que fossem desabar.”

Félix Manuel, morador do bairro de Bagamoyo em Moatize

Oleiros perderam seu direito ao trabalho

Fonte: Karina Kato (UFRRJ/GEMAP)



Casas com rachaduras

Fonte: AAAJC



A Proximidade da Comunidade de Bagamoyo das Operações da Vale em Moatize

Fonte: AAAJC

A Quem Serve o Trem do Desenvolvimento?

As violações de direitos e os crimes da Vale não se restringem aos locais de extração dos minérios. O Corredor Carajás corta comunidades e deixa um rastro de destruição pelo caminho. São mais de 100 comunidades direta ou indiretamente atingidas pelo escoamento de minério realizado pelos trens desde as minas de Canaã e Paraupébas (PA), até o Porto Ponta da Madeira em São Luís (MA). O constante fluxo de trens prejudica a vida dessas comunidades, que são literalmente cortadas ao meio pela ferrovia. Em muitos casos nada separa a ferrovia, com seus trens apressados, das comunidades. Há pouca sinalização e ausência de passagens seguras, o que ocasiona muitos acidentes, alguns fatais. Em março de 2017, moradores do bairro Vila Fufuca e protestaram quando um trem atropelou uma mãe com seu bebê de 11 meses. O bebê teve um dos braços decepados e a mãe perdeu três dedos de uma das mãos. Em 2019, manifestações na Estrada de Ferro Carajás paralisaram os trens por 16 horas. Normalmente a Vale ignora os protestos.

Em alguns trechos, a Vale construiu muros e cercas ao longo da estrada de ferro. Essa medida prejudica a mobilidade das comunidades. Restam para essas comunidades, normalmente, uma passagem de nível,



A Vida de Diversas Comunidades ao Longo da Estrada de Ferro Carajás é Cortada pelos Trens da Vale

Foto: Marcelo Cruz, Acervo da Justiça nos Trilhos

passarela ou um viaduto. Muitas vezes, no caso de passagem de nível, os moradores precisam esperar em média 7 minutos para que o trem passe (trens com 330 vagões). Só então podem atravessar a linha. Em algumas situações, os trens literalmente estacionam nas comunidades para realizar algum procedimento operacional, permanecendo por lá horas ou dias até sair do local. Isso ocorre demais na comunidade Vila União. O ininterrupto fluxo de trens, dia e noite, resulta numa imensa poluição sonora e do ar, deixando pó de minério de ferro por todo o lado. Os trens circulam durante toda a madrugada. As trepidações causadas pela movimentação dos trens pesados



▲ Proximidade das comunidades da Estada de Ferro do Corredor de Nacala

▼ Menino Atravessando a Ferrovia

Fonte: Karina Kato, Acervo da AIAAV



pelos trilhos têm causado também rachaduras nas casas próximas à ferrovia. No povoado Auzilândia cerca de 60 famílias processam a Vale por conta dos danos em suas moradias e comércios (rachaduras) após o início das obras de duplicação da ferrovia. Há dois anos, a Vale inaugurava o Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLN) com a promessa de que a ferrovia levaria o desenvolvimento para o Norte do país⁷⁶. Ele inclui uma linha ferroviária e um porto de águas profundas especializado na exportação de carvão mineral em Nacala-a-Velha e é uma peça central na viabilização da mina de Moatize. Segundo dados da Vale, a instalação do CLN, implicou o reassentamento de mais 1.816 famílias e a compensação de 13.733 famílias cujas atividades de moradia e produtivas foram alteradas com a instalação do Corredor. Muito embora os reassentamentos tenham sido posteriores aos de Cateme e 25 de Setembro, as mesmas violações de direitos observadas nos primeiros assentamentos se repetiram. Famílias relataram insatisfação com as casas recebidas que tinham problemas estruturais, como a ausência de ligações elétricas e deficiências no acesso à água. Adicionalmente, diziam que as casas recebidas eram diferentes do projeto original apresentado pelo CLN e aprovado pelas comunidades. Além de serem de má qualidade, vieram cheias de rachaduras e infiltrações, relatos mencionam que as casas são muito fechadas, impedindo que as famílias sigam com seus hábitos de sentarem-se à frente da casa, em áreas abertas, para conversarem ou trabalharem. A forma de seleção das famílias que seriam ou não aptas a obterem indenizações e os cálculos aplicados na definição dessas compensações são também muito questionadas. Até hoje, existem famílias que não re-

76 Kato (2019).



▲ Mulheres aguardando o trem passar para atravessar

▼ Reassentamento no Corredor de Nacala

Fonte: Karina Kato, Acervo da AIAAV



ceberam suas casas e nem foram compensadas. Não há justificativa por parte da Vale pela exclusão dos reassentamentos. Os camponeses têm se organizado para escreverem cartas para os governos provinciais e para a Vale em busca da garantia de seus direitos.

A priorização do transporte de carvão na linha férrea afetou enormemente a vida dos camponeses do Norte do país⁷⁷. Desde a privatização do corredor, os trens passam dia e noite, sem parar, inclusive durante a madrugada, provocando perturbações na dinâmica comunitária e muito ruído. Segundo o CLN, sua frota conta com 85 locomotivas e 1962 vagões para o transporte de carvão. Como na Estrada de Ferro Carajás, no Brasil, no Corredor de Nacala, frequentemente, o trem para e fica por longos períodos estacionado nas comunidades. Isso obstrui a passagem das famílias que precisam esperar o trem sair para passarem. Não há passagens aéreas ou subterrâneas. Em razão disso, as pessoas precisam esperar muito tempo para ir de um lado ao outro, onde frequentemente têm familiares, onde vão buscar água e onde ficam escolas, postos ou suas lavouras. Como não têm cercas, há muitos casos de acidentes com animais e crianças.

Além disso, os trens transitam com os vagões descobertos e a poeira do carvão deixa um rastro de poluição que provoca inúmeros danos no dia a dia das pessoas. Por respirarem constantemente esse pó de carvão, muitos moradores têm reclamado do aumento das doenças respiratórias, oftalmológicas ou dermatológicas, muitas das quais crônicas, nas comunidades cortadas pelo Corredor de Nacala.

A reabilitação da ferrovia e a chegada Vale, por outro lado, representaram a piora do transporte para as comunidades. Antes, o trem atendia ao transporte de passageiros. Depois da concessão, o número de trens de passageiros foi reduzido brutalmente. Com a maior dificuldade de acesso ao trem, muitos camponeses têm tido dificuldade de chegar aos maiores mercados regionais (como o da cidade de Nampula), aos postos de saúde e aos hospitais (que costumam ficar nas cidades). Mulheres grávidas têm tido dificuldades para chegar aos hospitais. Muitas acabam tendo partos nas estradas enquanto caminhavam rumo aos postos de saúde. O deslocamento para as escolas secundárias (na zona urbana) também foi limitado para muitos jovens. Algumas comunidades enfrentam uma situação ainda mais grave: elas não sofrem somente com a redução na frequência dos trens de passageiros, mas tiveram as estações próximas fechada (das 35 estações, 17 foram fechadas). Para essas comunidades de agricultores, as estações eram importantes não apenas para representarem o acesso ao trem (mobilidade), mas porque eram também um importante mercado para a venda dos excedentes de produção e para compra de produtos diversos. Com a estação fechada, os comerciantes fecharam suas barracas e as possibilidades de vender sua produção foram reduzidas. As ferrovias, portanto, servem ao transporte do carvão, deixando as famílias e suas necessidades sempre em segundo plano.



Trem com o carvão descoberto

Foto: Twitter da Vale



Estações e Apeadeiros Fechados no Corredor de Nacala

Foto: Aguiar e Kato (2020)

77 Aguiar e Kato (2019 e 2020).



Processar e Perseguir: a estratégia de diálogo da Vale

Entre 2013 e 2017, ao menos 57 ações judiciais (somadas as criminais e cíveis) foram movidas pela Vale nos sistemas de Justiça do Pará e do Maranhão, uma média de 11 por ano, conforme estudo realizado pela Pública⁷⁸. Somente uma das ações resultou em decisão judicial liminar desfavorável à Vale. Neste período de 5 anos, mais de 170 pessoas respondiam a processos movidos pela Vale por participarem de manifestações ou atos públicos que denunciavam ilegalidades ou irregularidades que afetavam suas vidas. São vítimas da perseguição judicial da Vale movimentos sociais, indígenas, quilombolas, agricultores, pesquisadores.

Dentre as 57 ações judiciais, 25 eram interditos proibitórios, utilizados pela Vale para impedir com antecedência que a Estrada de Ferro Carajá fosse paralisada. Essa é a principal resposta da Vale aos protestos e reivindicações das inúmeras comunidades que são cortadas pelo seu trem. Em segundo lugar, estão as ações de reintegração de posse, que somavam 17 casos.

78 Domenici (matéria publicada pela A Pública, em 23 de novembro de 2017).

79 Domenici (matéria publicada pela A Pública, em 23 de novembro de 2017).

“Nunca na minha vida fui chamada numa delegacia ou fórum. Nem quando eu era mais nova, pra hoje com 60 anos ser acusada pela Vale de algo que não devo.”

Dona Nicinha, lavradora aposentada, moradora de Alto Alegre do Pindaré (Maranhão), atingida e processada pela Vale¹

1 Domenici (matéria publicada pela A Pública, em 23 de novembro de 2017)

A Pública identificou ainda seis casos de processos criminais movidos pela Vale contra comunidades atingidas, manifestantes e militantes. Neles, o recurso “usado pela Vale foi uma queixa-crime [peça acusatória de uma ação penal de natureza privada] por ‘exercício arbitrário das próprias razões’, termo utilizado para aqueles que fazem justiça com as próprias mãos, com pena prevista de detenção que vai de 15 dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência”⁷⁹.

Em 2015, em Buriticupu, nas comunidades Vila Concórdia e Vila União, após uma manifestação para construção de uma passagem segura, o pai de uma liderança que não tinha nada que ver com a manifestação foi processado criminalmente pela Vale. Isso aparece como represália e ameaça para quem ousa se manifestar contra a empresa.

Em 2016, o povoado de Pedrinhas, em Anajuba (Maranhão), também decidiu organizar um protesto para demandar a construção de um viaduto sobre a EFC. Uma faixa foi colocada no povoado informando sobre a ação prevista. A Vale se antecipou entrando na justiça com uma ação de interdito proibitório e conseguiu uma decisão proibindo o protesto e estipulando uma multa de R\$ 50 mil para quem descumprisse essa ordem.

Em junho de 2016, em Auzilândia, a maior comunidade rural na área de influência direta da EFC, situada no município de Alto Alegre do Pindaré (Maranhão), a população interditou a travessa Carajás em protesto contra os problemas de saúde provocados pela duplicação da ferrovia: o excesso de poeira das obras estava causando problemas respiratórios. Um único morador da comunidade foi escolhido pela Vale para ser processado criminalmente. O lavrador estava trabalhando em sua roça no momento das manifestações. No ano seguinte, em julho, a Vale usou um interdito proibitório para processar os “Moradores do Povoado Auzilândia”.

Ao protesto organizado em Vila Fufuca, município de Alto Alegre do Pindaré (Maranhão), em março de 2017, demandando a construção de travessia segura sobre a EFC, cuja falta custara o braço de um bebê, a Vale respondeu processando criminalmente

12 pessoas, entre elas, um comunicador popular que somente registrou e publicizou a manifestação em suas redes sociais. Apesar de reconhecer o direito da comunidade e construir a passarela no local, ainda assim a Vale abriu processo criminal.

Outro perseguido pela Vale foi o professor Evandro Medeiros, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), em Marabá (Pará). Ele

foi processado nas esferas cível e criminal por ter participado de uma manifestação em novembro de 2015 em Marabá em solidariedade aos atingidos de Mariana (Minas Gerais). Conforme expôs para a Pública, os processos judiciais “são instrumentos políticos para desmobilizar aqueles que fazem a crítica” à empresa. Em todos esses casos, a Vale acabou perdendo as ações por não conseguir comprovar os fatos alegados e demonstrar suas autorias.



Crédito: Justiça Global



Terceirizar para Melhor Explorar

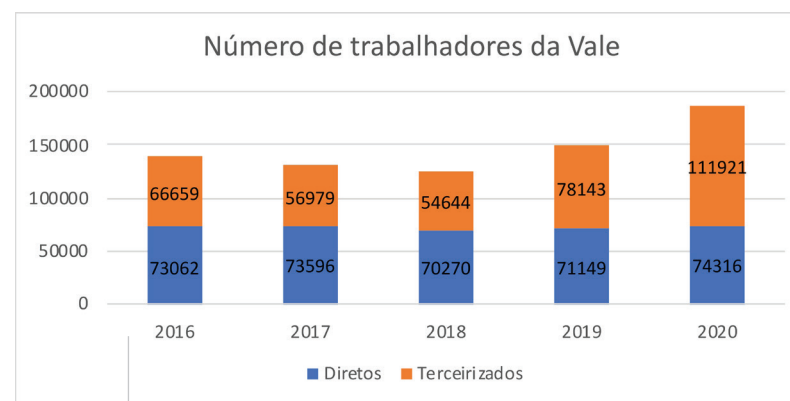
A Vale se relaciona com seus trabalhadores promovendo uma política de terceirização em massa, que reduz direitos e aumenta os riscos de acidentes.

Se, entre 2016 e 2018, a Vale adotou uma política de demissão em massa, dispensando quase 15 mil trabalhadores no período. A partir de 2019, novos trabalhadores passaram a ser recrutados como terceirizados. Em 2020, 60% da força de trabalho explorada pela Vale era terceirizada. A empresa lança mão desse recurso para reduzir a sindicalização e os custos da empresa com mão-de-obra, já que os trabalhadores têm muitos de seus direitos cortados.

No Canadá, onde estão as principais operações de níquel da Vale, mesmo com lucros crescentes ao longo de 2020, a empresa manteve sua política de demissões. Nas duas minas de Manitoba, em Thompson, os trabalhadores contratados foram reduzidos para cerca da metade em comparação com 2017⁸⁰. Como narrado pelo presidente do Sindicato dos Mineiros (Steelworkers Union - SWU) de Thompson, Warren Luky, “é horrível para todas as pessoas afetadas pelas demissões, especialmente em meio a uma pandemia global. Agora não é hora de uma empresa demitir funcionários”. O trabalho, contudo, não acabou. A Vale

vem substituindo os antigos trabalhadores contratados por hora pelos “empreiteiros”, mão de obra terceirizada, como descrito por Winterton (membro do SWU).

De mãos dadas com a terceirização em massa, estão os acidentes fatais de trabalho. Em Moçambique, e 2018 a 2020, o montante de trabalhadores terceirizados cresceu 44%. Em janeiro de 2020, um trabalhador morreu e outro ficou ferido enquanto faziam manutenção de uma correia de transporte de carvão na mina de Moatize (Moçambique). Conforme informado pela Vale, “a vítima mortal trabalhava para a Leebert Belting, uma empresa que presta serviços na mina de carvão de Moatize”⁸¹.



80 United Steelworkers – Méttalos. Matéria de 30 de outubro de 2020.

81 www.cmjornal.pt/mundo/africa/detalhe/um-morto-e-um-ferido-em-acidente- numa-mina-de-carvao-em-mocambique

Fontes: Relatórios da Administração 2019 e 2020

No Brasil, por sua vez, a situação é bastante semelhante. De 2018 a 2020, o número de trabalhadores terceirizados cresceu 125%, ao passo que os funcionários próprios cresceram míseros 5%. A precarização do trabalho é acompanhada de menores investimentos em segurança e na saúde dos trabalhadores. Em 13 de dezembro de 2020, Claudio Sales Maia Júnior (23 anos) morreu durante um serviço de manutenção que realizava na mina de Salobo, em Marabá (sudeste do Pará). Ele trabalhava para Komatsu, empreiteira contratada pela Vale para manutenção e montagem de equipamentos de mineração⁸². Em 18 de dezembro de 2020, o trabalhador Júlio César de Oliveira Cordeiro (34 anos) morreu soterrado enquanto operava uma retroescavadeira numa cava de rejeitos da Vale em Brumadinho, mesmo local onde a barragem rompeu em 2019. Júlio era contratado pela empresa Vale Verde. A Vale foi alertada sobre os riscos das operações na área, que chegaram a ser paralisadas. Os colegas de trabalho de Júlio se sensibilizaram com o ocorrido e se manifestaram quanto ao medo de seguirem trabalhando no local⁸³. A resposta que receberam foi: “você precisam saber que trabalham na mineração, numa área com risco de rompimento, e cada um de vocês precisa ter a consciência que, assim como Júlio, podem não voltar mais para casa”⁸⁴. Em 7 de fevereiro de 2021, o caminhoneiro José Luiz Aragão (68 anos), morreu após ser prensado pelo basculante de uma carreta no pátio da Mina Urucum, em Corumbá (Mato Grosso do Sul). José Luiz era contratado pela empresa Lenarge, que também presta serviços à Vale⁸⁵.

Vale foi condenada a indenizar trabalhadora terceirizada que foi atacada por uma onça enquanto trabalhava em Carajás (Pará)

Em 2012, uma trabalhadora terceirizada da Vale no Pará, contratada pela empresa TopGeo Topografia e Serviços Ltda. como auxiliar de serviços gerais, foi atacada por onça enquanto caminhava com uma colega até o refeitório da empresa. “O trajeto, de cerca de 300 metros, ficava no meio da floresta e não havia cerca lateral ou proteção. Ela disse que pediu à supervisora um carro, mas como não havia nenhum disponível, seguiram a pé. O ataque durou cerca de dois minutos e atingiu cabeça, rosto, pescoço, costas e braços da funcionária”¹. Condenada a pagar R\$ 700 mil por danos morais e R\$ 300 mil por danos estéticos na Justiça do Trabalho de Parauapebas (Pará), a Vale recorreu “alegando que não poderia figurar na ação por não ser a empregadora da auxiliar”. O caso chegou ao Superior Tribunal do Trabalho (TST), instância máxima de decisão sobre o assunto, que acabou condenando a Vale a pagar uma indenização de R\$ 300 mil². Naquele momento, estava em construção o projeto S11D, maior polo de extração mineral da Vale.

1 Notícia publicada pela UOL, “Atacada por onça, funcionária grávida da Vale deve receber R\$ 300 mil”.

2 Freitas (2015).

82 Maia Junior (matéria de O Liberal de 14 de dezembro de 2020).

83 Angelo (matéria do Observatório da Mineração de 23 de dezembro de 2020).

84 Haucke (matéria veiculada pelo CEDEFES de 21 de dezembro de 2020).

85 Cabral (matéria do Diário Corumbense, publicada em 8 de fevereiro de 2021).



VALE RECUA A PARTIR DA PRESSÃO DO SINDICATO, MAS MANTEM ATAQUE AOS NOSSOS EMPREGOS!

A Vale dá Liberdade aos seus Funcionários, desde que não se Manifestem

Em 19 de outubro de 2020, o Sindicato Metabase Inconfidentes organizou uma ação para informar e conversar com os trabalhadores da Vale, sua base sindical, sobre as negociações que estavam em andamento com relação ao reajuste salarial. A proposta da Vale estava abaixo da inflação. Nesta ação, representantes do Sindicato pararam um ônibus com trabalhadores na entrada da Mina de Timbopeba, em Antônio Pereira (Ouro Preto, Minas Gerais) para distribuir boletins informativos. Mantiveram o ônibus parado pelo tempo necessário ao diálogo. Essa foi a alternativa encontrada pelo Sindicato para conversar com os trabalhadores da empresa, já que a Vale, via de regra, não permite que o Sindicato adentre seus portões para fazer as panfletagens e dialogar com sua base. Era uma alternativa também às assembleias, visto que estávamos em meio à pandemia de COVID-19 e aglomerações deviam ser evitadas. A Vale respondeu a esta ação com um “interdito proibitório”¹ pedindo que os representantes do Sindicato fossem proibidos de organizar manifestações de qualquer espécie dentro da faixa de domínio minerário do Complexo Mariana (Minas Gerais), a qualquer momento. A empresa ainda solicitava presença da Polícia Militar para lidar com possíveis futuras manifestações. A Justiça mineira negou o pedido da Vale.

¹ Interdito Proibitório 0010992-03.2020.5.03.0069, Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.



Aterrorizar para se apropriar: novas estratégias para expandir complexos minerados

Depois do rompimento da barragem B-I em Brumadinho, ao longo do mês de fevereiro de 2019, uma série de comunidades localizadas nas chamadas Zonas de Auto-salvamento (ZAS) – áreas imediatamente impactadas em caso de rompimento de barragens – foram evacuadas, quando critérios, aparentemente, mais rigorosos para a definição da condição de estabilidade das barragens passaram a ser adotados pela Agência Nacional de Mineração (ANM). As remoções dessas comunidades ocorreram, em geral, sem cronograma definido para retorno das pessoas às suas casas e sem que um plano de ação concreto de medidas corretivas das barragens fosse apresentado. Comunidades inteiras foram retiradas de suas casas nos municípios de Barão de Cocais, Nova Lima e Ouro Preto, todos em Minas Gerais⁸⁶.

Esse processo de evacuação de pessoas e esvaziamento de territórios prosseguiu ao longo do ano de 2020, sendo exemplar o caso de Barão de Cocais. Além das quatro comunidades removidas em 2019,

“Isso aqui representa uma história, uma vida, um passado, que não tem palavra pra eu descrever pra você. Esse despejo que tá sendo falado aí, pra abandonar esse lugar aqui, tá levando a nossa vida embora.”

Márcio Gonçalves, agricultor de Barão de Cocais e atingido pela Vale¹

¹ Fala retirada de Reportagem da MGTV de 04 de março de 2021 intitulada Famílias de Barão de Cocais temem que obra da Vale aumente risco de rompimento de barragem.

em novembro de 2020, a Igreja de São José de Brumadinho e alguns moradores do entorno receberam um “aviso de despejo urgente” por residirem a 300 metros da barragem Norte Laranjeiras, supostamente em risco de rompimento. Esta barragem faz parte do complexo da Mina de Brucutu, segunda maior mina em operação no Brasil, e que está sendo ampliada. A menos de 100 metros da barragem Norte Laranjeiras,

⁸⁶ Milanez et al (2019)

a Vale está construindo uma outra barragem, a Torto, já licenciada pelos órgãos ambientais⁸⁷. Se o risco de rompimento é real, como é possível que obras e operações da Mina de Brucutu sejam mantidas? Esse caso indica que a Vale vem manobrando o medo de comunidades inteiras quanto ao risco de rompimento de barragens para esvaziar e se apropriar de novos territórios, verdadeira prática terrorista.

Para sustentar essa estratégia, a Vale vem tratando os moradores como se fossem “invasores” de suas próprias casas. Em Barão de Cocais, a empresa conseguiu que a justiça impedisse os moradores de entrarem nas áreas evacuadas não importa o pretexto: caso o façam, poderão responder pelo crime de desobediência, estando a Vale autorizada a solicitar reforço policial quando necessário⁸⁸. Assim, desde agosto de 2020, as famílias estão impedidas de entrarem nas suas comunidades. A Vale já conseguiu comprar algumas propriedades da Vila de Socorro, um dos distritos evacuados, mas alguns moradores resistem.

Igreja de São José de Brumadinho, Barão de Cocais, local em que teria ocorrido um milagre em 1742 e hoje é destino da peregrinação de fiéis. No canto superior direito, é possível ver a barragem Norte Laranjeiras; à esquerda, a barragem Torto

Fonte: MAM



87 Reportagem da MGTV de 4 de março de 2021 intitulada Famílias de Barão de Cocais temem que obra da Vale aumente risco de rompimento de barragem.

88 Ação judicial de número 5000511-10.2020.8.13.0054

Barão de Cocais, em primeiro plano, placa indicando rotas de fuga em caso de rompimentos de barragem

Fonte: Flávia Cristini/TV Globo



Comunidades despejadas pela Vale por suposto risco de rompimento de barragens em Minas Gerais

Socorro, Tabuleiro, Piteiras e Vila Gongo (Barão de Cocais)

Em 8 de fevereiro de 2019, 492 moradores das comunidades de Socorro, Tabuleiro, Piteiras e Vila Gongo foram obrigadas a sair de suas casas devido à alteração na condição de estabilidade e risco de rompimento da Barragem Sul Superior da Mina Gongo Soco de propriedade da Vale¹. As pessoas foram evacuadas de suas casas durante a madrugada. Moram provisoriamente em casas alugadas pela Vale, em hotéis ou casas de parentes.

São Sebastião das Águas Claras e Rio do Peixe (Nova Lima)

Em 16 de fevereiro de 2019, foram retirados 215 moradores de São Sebastião das Águas Claras, distrito de Nova Lima, mais conhecido como Macacos. A comunidade fica na ZAS da barragem B3/B4 da mina Mar Azul. Menos de uma semana depois, em 20 de fevereiro de 2019, a Vale realizou a evacuação de mais 100 pessoas na comunidade do Rio do Peixe (Nova Lima), que se encontra na ZAS da barragem Vargem Grande.

Engenheiro Correia (Ouro Preto)

Em 20 de fevereiro de 2019, a Vale realizou também a evacuação de outras 25 pessoas em Engenheiro Correia, Ouro Preto, que viviam na ZAS das barragens Forquilha I, II e III e barragem Grupo do Complexo Fábrica.

Uma série de treinamentos e simulações de evacuação também foram realizados nas Zonas Secundárias de Salvamento (ZSS) – regiões também impactadas pela enxurrada de lama em caso de rompimento. Ao todo, cerca de 8 mil moradores nos municípios de Nova Lima, Raposos e Itabirito foram obrigados a participar dessas simulações².

¹ Laboissière (matéria da Agência Brasil de 08 de fevereiro de 2019).

² Milanez et al (2019).



A Vale destrói a Vida das Mulheres

As mulheres sentem de forma desigual o avanço da mineração, e da Vale, nos territórios. É sobre elas que recai a maior parte dos impactos desses grandes projetos: são elas normalmente que se responsabilizam pelos afazeres da casa, que se encarregam da limpeza e cuidam dos idosos e das crianças, que buscam água e preparam os alimentos. Adicionalmente, como estão inseridas numa sociedade machista que subjuga as mulheres, elas são menos contempladas nas poucas vagas de emprego geradas por esses empreendimentos; quando o são, ficam com os postos de trabalho mais precários (normalmente nos serviços de limpeza), em geral, contratadas como terceirizadas e submetidas a condições mais arriscadas e inseguras de trabalho.

Uma publicação do PACS⁸⁹ destaca os principais impactos que recaem sobre as mulheres nas áreas de operação da Vale

- a.** Fortalecimento da divisão sexual do trabalho: os projetos extrativos caracterizam-se pela masculinização e pouca adaptação ao trabalho feminino.
- b.** Aumento da violência contra a mulher: a contratação de trabalhadores de fora e o inchaço das cidades em que se instalam os projetos extrativos

normalmente são acompanhados do aumento da violência que incide mais sobre as mulheres.

- c.** Precarização e contaminação: como são as mulheres que normalmente se ocupam da limpeza recai mais sobre elas os problemas derivados da poluição e da poeira.
- d.** Aumento do trabalho reprodutivo: maior carga de trabalho ao cuidar da família, incluindo a sobrecarga pelo aumento de doenças causadas pela poluição.
- e.** Aumento da violência doméstica.
- f.** Perda da soberania alimentar: a mineração e o deslocamento de comunidades de suas áreas (reassentamentos) comprometem a capacidade de produção de alimentos por essas famílias (e, normalmente, pelas mulheres que se encarregam do plantio e das hortas) o que coloca em risco a segurança alimentar das famílias.
- g.** Maior dependência econômica das mulheres e perda de autonomia: além de salários desiguais, as mulheres tendem a ser menos “incorporadas” nos projetos extrativos. Além disso, normalmente, os homens tendem a ser reconhecidos como os responsáveis pela casa e pelas famílias.

89 PACS (2021).

A Vale sufoca a gente

Desde que se instalou em Santa Cruz e começou a operar em 2011, a TKCSA (que era uma planta da Vale com a Thyssen Krupp, depois vendida para a Ternium) adoce a população com sua “chuva de prata”, resultado do processo produtivo da siderúrgica. Nessa longa história, são justamente as mulheres, sobretudo negras, que mais sofrem e as que mais se expõem aos materiais tóxicos emitidos pela siderúrgica. São elas também que mais sentem a deterioração dos equipamentos públicos de saúde e assistência social na região, pois são elas que cuidam dos doentes, em particular, dos idosos e das crianças que sofrem mais com a poluição. Até hoje essas mulheres, em grande parte chefes de família, brigam na justiça contra a Vale pelos danos causados à saúde de suas famílias.

O Medo como Companhia

Ao longo da estrada de ferro Carajás, duplicada para acelerar a extração e a exportação de recursos naturais, Anacleta Pires, liderança quilombola de Santa Rosa dos Pretos, no Maranhão, diz que o Corredor Carajás atropela comunidades, desrespeita formas de vidas nos territórios, destrói igarapés e modos de vida. O passo acelerado e violento da estrada de ferro aumenta a insegurança das mulheres, em particular, nas comunidades que ficam mais próximas às ferrovias, estradas, minas e portos. Além do aumento da violência, incluindo a violência sexual, não raro, os empreendimentos logísticos vêm acompanhado de seguranças privados que rondam as comunidades e ameaçam aqueles que criticam ou denunciam as operações das empresas.

Os impactos diferenciados dos rompimentos de barragens sobre as mulheres

Os rompimentos das barragens de rejeitos em Mariana e Brumadinho produziram também impactos diferenciados sobre as mulheres, muitos dos quais invisibilizados durante o longo processo de reparação que as comunidades vêm enfrentando. Quando se trata do reconhecimento enquanto atingidas e de medidas e programas de reparação e/ou compensação, as mulheres são um grupo especialmente atingido e excluído.

A Fundação Getúlio Vargas, ao analisar a situação das mulheres atingidas pelo desastre na bacia do Rio Doce⁹⁰, demonstrou alguns dos seus impactos diferenciados conforme o gênero, como:

- a.** Maiores dificuldades de participação das mulheres em processos de discussão coletiva e tomadas de decisão, dada a inadequação da forma de consulta;
- b.** Maiores dificuldades de acesso a auxílios financeiros e indenizações, visto que, quando estes são pagos, a responsabilidade pelo recebimento fica a cargo dos homens “chefes de família”;
- c.** Sobrecarga das tarefas domésticas;
- d.** Não reconhecimento de atividades produtivas como costura, artesanato, agricultura de fundo quintal etc. como atingidas;
- e.** Aumento dos índices de violência contra mulheres e meninas;
- f.** Negligência com relação às necessidades es-

“Mesmo no escuro a gente consegue andar no nosso território, mas quando ele está impactado, quando se coloca outras coisas dentro dele você fica com medo de andar à noite...no nosso tem 5 linhões, 3 estradas de Ferro, 1 BR 135, 1 assentamento, tem o problema com a falta de água e ainda tem os fazendeiros.”

Fala da moradora de Santa Cruz Maria Regina de Paulo (em 2020)¹

1 Fala de Anacleta Pires, liderança quilombola de Santa Rosa dos Pretos.

pecíficas de mulheres gestantes e lactantes, assim como a não garantia de atenção à saúde mental e à violência doméstica.

Na bacia do Paraopeba, como descrito acima, a Vale assumiu a responsabilidade de cadastrar as e os atingidos pelo desastre, resguardando-se o direito de negar seus pedidos a medidas mitigatórias como os pagamentos emergenciais. Como os documentos comprobatórios de moradia exigidos são, normalmente, contas ou boletos, muitas mulheres tiveram os seus direitos negados, tendo em vista que a maior parte das contas da casa vinham no nome dos maridos. Estas mulheres sofrem também com a desarticulação de suas famílias, com postos de trabalho extintos em decorrência do rompimento, maridos precisaram migrar em busca de novos empregos.

“Falo na qualidade de mulher. O comboio facilitava, se uma mãe estivesse a parir, o comboio facilitava ir ao hospital. Como foi cancelado, há problemas sérios para as mulheres. Estão a ver que eram nas paradas que funcionavam mercados, compravam arroz, óleo. [Hoje] para comprar sal é preciso se dirigir a Malema, uma distância muito longa. Nós conseguíamos dinheiro aqui, através dos nossos produtos, mas até então não estamos tendo dinheiro nem para matricular os nossos filhos na escola. O nosso mercado estava aqui neste corredor.”

Camponesa de Tui, no Corredor de Nacala, Moçambique

Mulheres camponesas do Corredor de Nacala

Foto: Karina Kato (UFRRJ/GMAP)



Descompromisso com o Planeta

- 68 Cercados pela Vale: a destruição de todas as formas de vida na Terra Indígena Xikrin do Cateté
- 71 O Pó que Adoece a Gente
- 73 Água: um bem que deve ser destruído
- 75 O Brasil na Lama: as barragens de rejeitos da Vale e o risco eminente de rompimentos
- 78 Devo, Nego e Não Pago: quando a Vale sai e deixa os seus passivos para trás



Cercados pela Vale: a destruição de todas as formas de vida na Terra Indígena Xikrin do Cateté

Cercada por seis minas da Vale (S11D, Sossego, Mina do Azul, Carajás, Salobo e Onça Puma) e ponto de partida da Estrada de Ferro Carajás, a Terra Indígena Xikrin do Cateté é um assombroso retrato de como a Vale se relaciona com os povos indígenas brasileiros. Ao todo, incidem sobre a TI Xikrin do Cateté quatorze empreendimentos da Vale, alguns deles já implantados, outros em fase de implantação⁹¹.

Conforme levantamento realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), 100% da área correspondente à TI Xikrin do Cateté está comprometida pela incidência de processos minerários, incluindo requerimentos para pesquisa ou concessões para lavra⁹². A Vale sozinha tem 37 requerimentos sobrepostos à TI Xikrin do Cateté⁹³.

Nessa TI, vivem os povos indígenas Mebêngôkre (o “povo das águas”, autodenominação dos indígenas

mais comumente conhecidos como Kayapó), os Xikrin do Cateté (parentes próximos dos Mebêngôkre, se separaram destes ao cruzarem as águas) e alguns outros indígenas isolados⁹⁴. Com 439 mil hectares o território Xikrin do Cateté foi declarado terra indígena em 1977, mas sua demarcação só foi concluída em 1991. Nesse processo, 13 mil hectares foram subtraídos do território original reivindicado pelos indígenas, parte deles nas serras do Puma e da Onça (esta última abriga um cemitério indígena)⁹⁵.

Nessas serras, a Vale extrai níquel. Sua usina está há 6 quilômetros da área indígena. Com Onça Puma, a Vale se tornou a maior produtora mundial de níquel. Desde que entrou em operação, em 2011, os rejeitos de mineração contaminam o rio Cateté..

Em resposta aos inúmeros protestos e ações dos Xikrin do Cateté, em 2015, Reginaldo Saboia, profes-

91 Ministério Público Federal de 10 de novembro de 2020.

92 Instituto Socioambiental (2013).

93 Amazon Watch (2020).

94 Website Terras Indígenas no Brasil.

95 Hofmeister e Cicero (matéria da A Pública, de 5 de dezembro de 2017).

sor da Universidade Federal do Pará (UFPA), “mediu a presença de metais pesados na água [do Cateté], encontrando níveis acima do recomendado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) – o dado para o ferro dissolvido na água era 30 vezes superior ao limite aceito pelo órgão. Havia também cromo, cobre e níquel em volumes e concentrações elevadas”⁹⁶. Conforme o relatório de Saboia, não havia índices elevados de níquel, cromo e cobre no trecho do rio Cateté antes dele passar por Onça Puma, “a contaminação ocorre depois de Puma”⁹⁷.

A contaminação do rio Cateté por metais pesados tem desencadeado o aparecimento de uma série de problemas de saúde entre os Xikrin do Cateté: doenças intestinais, dermatológicas (como coceiras na pele), ardência nos olhos após o contato com as águas do rio etc. Diabetes e má formação fetal tornaram-se recorrentes. O médico João Paulo Botelho Vieira Filho, Professor Adjunto da Escola Paulista de Medicina e Consultor Médico da Associação Indígena Porekrô, afirmava, em 2015, que “o rio [Cateté] está morto. Se nada for feito, estamos à beira de um etnocídio químico”⁹⁸.

Uma análise de amostras de solo coletadas próximas às aldeias Xikrin por laboratório da Universidade Federal de São Carlos, em abril de 2015, também identificou que as maiores concentrações de metais pesados estavam nas aldeias mais próximas às instalações da Vale. Dentre estes metais, estava o alumí-

nio, que pode provocar alterações neurológicas, além de estar associado à ocorrência do Mal de Alzheimer.

Apesar da vida de 1.300 Xikrin do Cateté e ainda dos Mebêngôkre ter sido profundamente afetada, a Mineração Onça Puma não apresentou estudos dos impactos do empreendimento sobre os povos indígenas. Quando ainda negociava a compra de Onça Puma, em 2004, a Vale teve acesso a um relatório antropológico que tratava do impacto sobre os indígenas. Ainda assim, a empresa concluiu sua aquisição em 2005⁹⁹.

Importantes batalhas vêm sendo travadas pelos Xikrin desde então. Por três vezes, os indígenas conseguiram que a Justiça Federal interrompesse as atividades da Onça Puma. Em 6 agosto de 2015, a Justiça Federal chegou a determinar o encerramento do projeto. Porém, em 31 de agosto de 2015, a Vale conseguiu obter uma decisão liminar de retomada da mineração em Onça Puma. Mas, no dia 09 de outu-

bro de 2015, os indígenas conquistaram nova ordem judicial de paralisação. Em 11 de dezembro de 2015, a Vale foi autorizada a continuar com parte de suas operações na usina, estando a lavra ainda proibida.

Em setembro de 2017, novamente, a Vale foi obrigada a paralisar suas atividades de extração em Onça Puma. Após denúncia das Associações Indígenas de que a Vale continuava mantendo as atividades de exploração de níquel, a Justiça Federal determinou mais uma vez, no dia 5 de outubro de 2017, a paralisação das atividades de mineração do empreendimento. Onça Puma seguiu funcionando por força de liminares obtidas pela mineradora até que, em novembro de 2020, os indígenas Xikrin do Cateté e Mebêngôkre estabeleceram um acordo com a Vale, mediado pelo Ministério Público Federal: foram feitas tratativas sobre a contaminação e a despoluição do rio Cateté e estabelecido um prazo para apuração e reparação dos danos socioambientais. Caso não haja consenso quanto aos danos e à sua reparação, as

A quem interessa a liberação da mineração em terras indígenas?

Conforme relatório elaborado em conjunto pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e Amazon Watch, “a Vale tem centenas de requerimentos para explorar dentro de Terras Indígenas na Amazônia. Entre os 236 pedidos, destacam-se os que incidem sobre o Território Indígena (TI) Trombetas/Mapuera, que está localizado entre Roraima, Amazonas e Pará, com 68 requerimentos; a TI Munduruku, no Pará, com 52 requerimentos; a TI Xikrin do Catete (Pará), com 37; a Kayabi (Pará), com 35; e a Menkragnoti/Baú (Mato Grosso/Pará), com 26.”¹

96 Hofmeister e Cicero (matéria da A Pública, de 5 de dezembro de 2017).

97 Hofmeister e Cicero (matéria da A Pública, de 5 de dezembro de 2017).

98 Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (Fiocruz).

99 Hofmeister e Cicero (matéria da A Pública, de 5 de dezembro de 2017).

1 Amazon Watch (2020).

ações judiciais voltarão a tramitar. A Vale deverá repassar mais de R\$ 26 milhões diretamente aos indígenas, por meio de suas associações representativas.

Os Xikrin do Cateté movem, ao menos, 15 processos na Justiça Federal contra a Vale. Na base deles estão procedimentos administrativos de licenciamento marcados pela ausência de estudos de componente indígena e/ou pelo descumprimento de condicionantes socioambientais durante o processo de instalação ou já na fase de operação. Ibama, Funai, ICMBio, ANM e BNDES também figuram como réus em algumas dessas ações. A empresa também descumpre e desrespeita os preceitos estabelecidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho por não consultar os povos indígenas antes de implementar seus projetos.

Além de Onça Puma, as operações de cobre da Mina Salobo também são denunciadas pelos indígenas por causarem danos socioambientais na TI Xikrin do Cateté. Conforme apurado pela Pública, “ao abrir as clareiras por onde passam as linhas de transmissão de energia, o mineroduto e a estrada de escoamento de Salobo, a Vale derrubou cerca de 300 castanheiras, que foram abaixo junto com o resto da mata que estava nesses trajetos, informação confirmada pelo ICMBio”¹⁰⁰. Este território, além de importante para reprodução material dos Xikrin, é espaço de uso ancestral e de recriação cultural (lá os jovens se tornam guerreiros). Os projetos S11D e Ferro Carajás, assim como todos os demais empreendimentos da Vale que cercam a TI Xikrin do Cateté, também geram impactos sobre o modo de

A S11D

- ◆ S11D (Serra Sul)
- Canaã dos Carajás
- ★ Usina
- ★ Casa de transferência
- ★ Pilhas

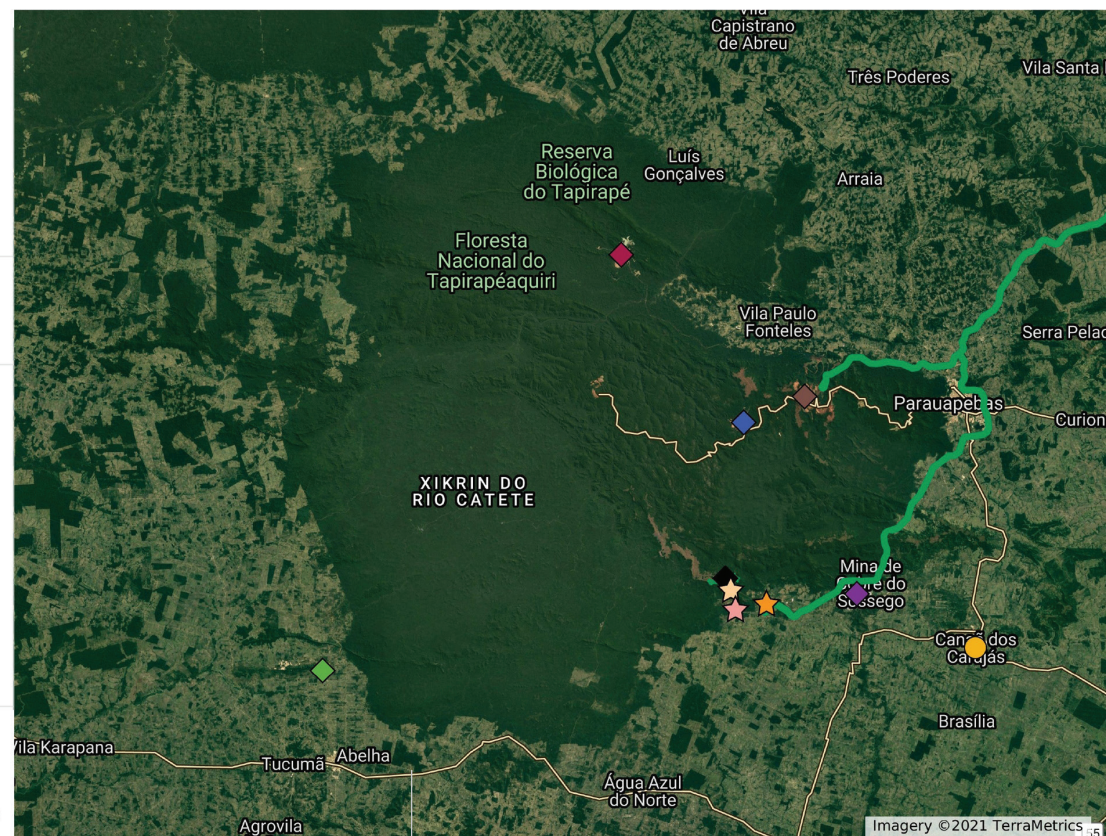
Estrada de Ferro Carajás

- Todos os itens

Outros projetos da Vale na região

- ◆ Sossego (Canaã dos Carajás)
- ◆ Mina do Azul
- ◆ Minas de Ferro de Carajás (Serra Norte)
- ◆ Salobo (Marabá)
- ◆ Onça Puma

O S11D inclui mina, usina, logística ferroviária e portuária; é o maior projeto de mineração da história da companhia



Empreendimento da Vale no Pará entorno da TI Xikrin do Cateté.

Fonte: Jorge Clésio (2017)

vida tradicional dos Xikrin, todavia, “não há nenhum cálculo sobre a ação em conjunto desses projetos na vida indígena”. No caso de Onça Puma, além do conflito com os indígenas, a instalação do empreendimento implicou ainda na expulsão de famílias de pequenos agricultores dos Projetos de Assentamento Tucumã e Campos Altos, estima-se que três mil famílias assentadas tenham sido atingidas¹⁰¹.

100 Hofmeister (matéria da A Pública, de 30 de julho de 2018).

101 Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (Fiocruz).



O Pó que Adoece a Gente

No seu Relatório de Sustentabilidade, a Vale afirma que adota procedimentos de aspersão, que utiliza produtos supressores de poeira, que enclausura correias transportadoras e casas de transferência, que constrói *windfences* (barreiras de vento artificiais que cercam os pátios de estocagem), que realiza a revegetação de taludes entre outras medidas, a fim de reduzir as emissões difusas. A empresa alega, sem apresentar evidências, que reduziu a emissão de materiais particulados de 10,4 mil toneladas em 2017 para 3,7 mil toneladas em 2019. Segundo a Vale, cada uma de suas unidades operacionais tem suas próprias metas e planos de redução de emissões e são obrigadas a reportar trimestralmente os dados de monitoramento das mesmas. Esses dados, contudo, não são publicizados, nem para os governos, nem para as comunidades.

Segundo dados da Vale, as operações com maiores impactos derivados de emissões de materiais particulados são a mina de Moatize (em Moçambique), o Complexo de Tubarão (em Vitória, no Espírito Santo) e a Estada de Ferro Vitória-Minas (EFVM). Na mina de Moatize, desde o início de suas operações, em 2011, as comunidades que vivem ao lado da mina, dentro da área de concessão cedida pelo governo

Foto divulgada pela Polícia Federal na ocasião da interdição em janeiro de 2016

Fonte: Reprodução TV Gazeta (Nobres et al, 2016).



moçambicano (mas fora da área operacional, segundo a empresa). Elas não foram reassentadas por determinação unilateral da Vale. Essas famílias convivem há cerca de dez anos com a poluição.

Nem a Vale, nem o governo moçambicano revelam a composição do material particulado. A Vale tem se mostrado incapaz, em todo esse tempo, de oferecer uma solução plausível e eficiente para os problemas do seu processo produtivo. As emissões não são apenas constantes, são permanentes e crescentes¹⁰². Elas impactam todos aqueles que moram no entorno da mina em especial nas comunidades de Nhantchere, 01 de Maio, Liberdade, Porto Seco e Bagamoyo. O mais grave são os particulados finos. A legislação moçambicana não coloca um limite legal para os particulados PM2.5 (o menor e mais perigoso). A Organização Mundial da Saúde recomenda um limite de concentração de 25 microgramas por

102 Lusa (2020).

metro cúbico de ar. Em Moatize, a média em agosto de 2018 foi de 104 microgramas, segundo informações da Source International e da Zitamar News¹⁰³. Houve emissão de 35 microgramas por metro cúbicos durante oito meses do ano e uma média de 51 microgramas por metro cúbico nos meses restantes. A legislação moçambicana limita o total de partículas suspensas TSP (que possuem dimensões maiores): máximo de 60 microgramas por metro cúbico. Em Moatize, em 2018, a média anual de TSP foi de 90 microgramas por metro cúbico de ar (1,5 vezes o limite legal!). Segundo informação da própria Vale, em agosto de 2018, a emissão de TSP chegou ao alcançar 209 microgramas por metro cúbico, mais de três vezes o limite imposto pela lei.

A poeira, contudo, não se limita às comunidades vizinhas à mina. Segundo Ana Piedade, pesquisadora da Universidade Zambeze: “tanto aqueles que estão próximos, quando aqueles que estão aqui na cidade [de Tete], com o andar do tempo vão sofrer dessas doenças [respiratórias causadas pela exposição ao pó de carvão]”¹⁰⁴. As reclamações com a poeira do carvão se fazem presentes também em todo o Corredor de Nacala. As comunidades que vivem próximas à linha férrea reclamam que o pó de carvão é devido ao intenso fluxo de trens carregados, cujos vagões são totalmente descobertos. O trem passa e vai deixando um rastro de pó preto e doenças pelo caminho.

Os portos operados pela Vale também são fonte

constante de poluição. O Porto de Tubarão, administrado pela Vale, vem sendo acusado há anos de ser fonte de poluição na Grande Vitória no Espírito Santo¹⁰⁵. As atividades do porto são responsáveis pela emissão de um pó preto sobre o mar e no ar. O pó preto é derivado do carvão que chega ao porto e do minério que é exportado. A poluição constante tem gerado muito incômodo nas pessoas, cujos relatos falam de aumento de doenças respiratórias e impactos no meio ambiente (em particular, marinho). Desde 1990, há reclamações sobre a atuação da Vale no estado. Naquele ano, o governador do Espírito Santo, Max Mauro chegou a interditar parcialmente a Vale. Em 2015, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a origem da poluição em Vitória, que concluiu que os principais responsáveis pela poluição do ar no estado eram a Vale, a Samarco e a Arcelor Mital. Em 2016, as estações de monitoramento de Vitória relataram que, em quatro das cinco unidades, os limites estabelecidos para a emissão haviam sido ultrapassados, o que levou à interdição por 5 dias das atividades com minério de ferro e carvão no Complexo de Tubarão. Nesse mesmo ano, muitas ações contra a empresa foram abertas por moradores. Em 2019, o Porto foi novamente interditado por uma semana e a Vale multada em R\$ 35 milhões pela Prefeitura de Vitória pelo despejo de rejeitos de mineração no mar. Em janeiro de 2019, o terminal de Guaíba também foi interditado e a Vale foi multada pela prefeitura de Mangaratiba em R\$ 20 milhões. Segundo o prefeito de Vitória,

Luciano Resende, a Vale pouco faz para acabar com os crimes ambientais que segue cometendo: “estamos aqui desde que tomei posse, em 2013, dialogando, multando, fazendo apelos e nada muda”¹⁰⁶.

Nada parece mudar, mesmo. Em 2020, em plena pandemia, as emissões do pó preto aumentaram novamente na Grande Vitória (a concentração de pó preto aumentou em 8 das 10 estações de monitoramento quando comparados os meses de abril de 2018, 2019 e 2020). Para piorar a situação,, em 23 de janeiro de 2020, a Vale lançou no ar, no Complexo de Tubarão, uma imensa nuvem vermelha de minério de ferro¹⁰⁷ que deixou a população de Vitória preocupada.

“A minha casa é vizinha da Vale [vivemos juntos]. Quando eles detonam as rochas, toda aquela poeira entra na nossa farinha. Uma vez pedi à minha mulher para tirar as folhas de moringa para servir de caril e elas estavam completamente sujas de poeira de carvão. Lavamos e comemos, mesmo sabendo que é prejudicial para a saúde.”

João Tomo, morador da comunidade de Nhantchere (Moçambique) e atingido pela Vale¹

103 Zitamar (matéria de 30 de outubro de 2019).

104 Oliveira (matéria publicada no Observatório do Carvão de 3 de junho de 2020).

105 Nobres, Arpini, Rezende e Machado (matéria publicada em 26 de janeiro de 2016, O Globo).

106 Brasil Econômico (matéria publicada em 8 de fevereiro de 2019).

107 Portal Novo Tempo (matéria publicada em 22 de janeiro de 2020).

1 Oliveira (matéria publicada no Observatório do Carvão de 03 de junho de 2020).



Água: um bem que deve ser destruído

Desde as minas até os portos, a Vale polui e destrói um bem comum essencial à vida: a água. Lençóis freáticos, igarapés, rios, mares, por todos eles escorre e navegam minérios e seus rejeitos, no Brasil ou alhures. Em Minas Gerais, no município de Catas Altas, a Vale pretendia expandir suas atividades de extração no [Complexo Fazendão, onde está a Mina São Luiz](#). Essa expansão atingiria uma área de manancial, rebaixando em até 200 metros um lençol freático, o que diminuiria 40% o seu volume de água, além de atingir o [Morro d'Água Quente, que](#) tem águas termais. A Serra do Caraça, monumento natural protegido pela Constituição de Minas Gerais, também está ameaçado. Todavia, no início de 2020, a população de Catas Altas conseguiu uma importante vitória contra a Vale: por pressão das moradoras e moradores, o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Codema) revogou uma autorização para expansão das atividades da mineradora ¹⁰⁸. Na sequência, a Vale teve seu pedido de reativação das atividades nas minas Tamanduá e Almas também rechaçado ¹⁰⁹.

Na Nova Caledônia, em fevereiro de 2019, a Vale foi condenada a pagar 11 milhões de francos CFP à

EPLP (Ensemble pour la Planète) por danos morais e ambientais ¹¹⁰ devido a dois episódios ocorridos em 2011 e 2014. O primeiro envolveu o declínio anormal da vegetação de carvalhos, uma espécie endêmica, numa floresta localizada nos arredores de uma de suas usinas (a usina Sul). O segundo foi um vazamento de solução ácida, em maio de 2014, em North Bay Creek, que resultou na morte de milhares de peixes e crustáceos. A Vale Nova Caledônia já havia sido condenada, em 2017, a indenizar a Província Sul. De acordo com EPLP, a “Vale NC é considerada culpada de negligência”. Segundo a *Época Negócios*, a Vale vem sendo alvo de grandes protestos no país, o que teria levado a empresa buscar se desfazer dos seus negócios na ilha ¹¹¹.

Os portos também causam muitos transtornos para as populações que convivem com as suas estruturas em terra (em conexão com ferrovias e rodovias) e com o entra e sai de navios. Não raro, essas estruturas têm um impacto direto sobre comunidades litorâneas pesqueiras. Com a instalação dos portos e o tráfego de grandes navios, esses pequenos pescadores e seus barcos ficam proibidos de acessar áreas de

108 Matéria do Brasil de Fato, de 19 de fevereiro de 2020.

109 MAM (matéria de 7 de março de 2020).

110 Mourenaux e Souche (matéria publicada em 12 de fevereiro de 2019).

111 *Época Negócios*, matéria de 4 de dezembro de 2019.

pesca (áreas de exclusão de pesca) de onde retiram seu ganha pão. Além disso, não é difícil acontecerem acidentes como afundamentos de navios e vazamentos de cargas, contaminando os mares e colocando em risco ecossistemas litorâneos e os oceanos.

Em 25 de fevereiro de 2020, o navio Stellar Banner, cheio de minério de ferro da Vale (145 mil toneladas) que partia para a China, sofreu duas fissuras no seu casco, logo após ter saído do Terminal Portuário da Ponta da Madeira em São Luiz. Após três meses encalhado, o navio foi afundado na costa maranhense. Em setembro de 2020, o navio Wakashio, da Mitsui, bateu num recife de corais nas Ilhas Maurício, ocasionando o vazamento de cerca de 1.000 toneladas de óleo combustível. O navio partiu da China rumou ao Brasil, onde atracaria no Porto de Tubarão, controlado pela Vale, para ser carregado com minério. O vazamento de óleo colocou em risco um ecossistema composto por corais e diversificadas espécies de peixes (parque ecológico Blue Bay). Pouco se falou aqui no Brasil da relação da Vale com esse navio, que era detido por uma das principais donas da mineradora, a Mitsui, e que vinha ao Brasil para buscar minério de ferro extraído pela Vale.

Porto de Nacala em Moçambique

Foto: Karina Kato (UFRRJ/GEMAP)





O Brasil na Lama: as barragens de rejeitos da Vale e o risco eminente de rompimentos

Conforme levantamento feito pela Environmental Justice Atlas e Justiça nos Trilhos, a Vale possui 162 barragens de rejeitos de mineração em quase todos os estados do Brasil, dentre elas, 65 estão classificadas como de danos de alto potencial¹¹². Essas barragens estão representadas no mapa abaixo.

De acordo com os levantamentos e análises da Agência Nacional de Mineração para o ano de 2020, a Vale tem 36 barragens sem estabilidade garantida no Brasil, de um total de 45 barragens em risco de rompimento no país¹¹³, a maioria delas em Minas Gerais.

Considerando o conjunto de empreendimentos e barragens de propriedade da Vale que estão condenadas ou apresentam alto risco para vidas das pessoas e para o meio ambiente, em setembro de 2020, o Ministério Público Federal ingressou com uma ação civil pública¹¹⁴ pedindo que seja determinada intervenção judicial na Vale visando à elaboração e à implementação de planos e políticas de segurança interna. O objetivo seria a reestruturação

da governança da Vale em consonância com padrões internacionalmente reconhecidos em termos de medidas preventivas de desastres, de transparência e responsabilidade. Esta ação pede ainda a suspensão do pagamento de dividendos aos acionistas.

Conforme exposto na ação civil pública, os rompimentos das barragens em Mariana e Brumadinho não são exceções, mas sim uma forma reiterada de comportamento da Vale, que adota uma política sistemática de gestão de riscos que objetiva exclusivamente os lucros, em detrimento da segurança. “Vigora na Vale um verdadeiro sistema de irresponsabilidade corporativa: o que, à primeira vista, pode transparecer uma só omissão quanto aos procedimentos e ao trato dos riscos das atividades empresariais, ao olhar mais acurado e investigativo revela um sem número de ilegalidades reiteradamente cometidas no âmbito de uma das maiores mineradoras do mundo. Quem paga a conta: as pessoas atingidas, o Estado e a sociedade brasileira. Quem deve estar blindado de responsabilidade: os membros do alto esca-

112 Saes (2019) no Mapa de Conflitos da Vale no Brasil.

113 Angelo em matéria de 15 de outubro de 2020 do Observatório da Mineração.

114 ACP nº 1035519-02.2020.4.01.3800

lão empresarial (irresponsabilidade organizada)”¹¹⁵.

Após o desastre de Brumadinho, em fevereiro de 2019, a Justiça de Minas Gerais determinou que a Vale parasse de lançar rejeitos em 8 barragens em Minas Gerais: Laranjeiras (Barão de Cocais); Menezes II (Brumadinho); Capitão do Mato, Dique B e Taquaras (Nova Lima); Forquilha I, Forquilha II e Forquilha III (Ouro Preto)¹¹⁶. Essa decisão impactava as atividades da Mina de Brucutu (situada em São Gonçalo do Rio Abaixo, é o segundo maior polo de extração de minério de ferro da Vale, utiliza a barragem Laranjeiras), do Complexo Vargem Grande (Nova Lima), do Complexo Paraopeba (Brumadinho) e da Mina Fábrica em Ouro Preto, todas essas minas tiveram atividades suspensas.

Uma ação do MPMG também levou à interrupção dos trabalhos na mina de Timbopeba (Ouro Preto) em março de 2019. Apesar de 174 famílias¹¹⁷ já terem sido removidas de suas casas entre 2019 e 2021 devido ao alto risco de rompimento da barragem Doutor (uma das barragens que formam o Complexo Timbopeba), a Vale foi autorizada a retomar as atividades na mina em abril de 2020¹¹⁸. Só em agosto de 2020, a empresa deu início às obras de descomissionamento da barragem Doutor¹¹⁹.

Apesar dessas barragens condenadas não terem sido descaracterizadas e do risco de rompimento permanecer alto em várias delas, a Vale tem con-

Mineração e Conflitos da Vale no Brasil

Fonte: Agência Nacional de Mineração (ANM)

Organização: Environmental Justice Atlas e Justiça nos Trilhos (Saes, 2019).

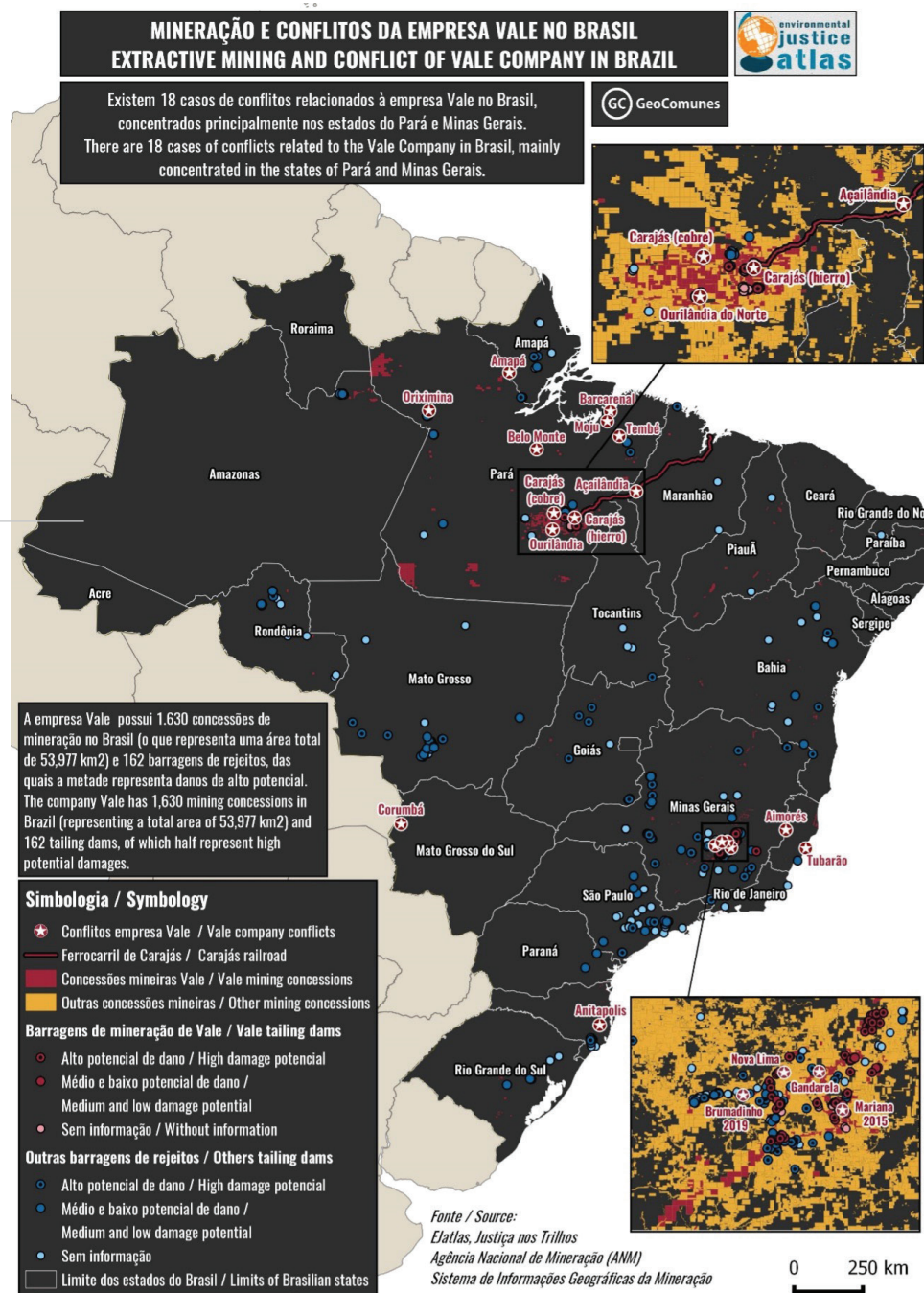
115 Ministério Público Federal, matéria de 3 de setembro de 2020.

116 Matéria do G1 de 4 de fevereiro de 2019.

117 Matéria do G1 de 10 de fevereiro de 2021.

118 Matéria do G1 de 29 de abril de 2020.

119 Estado de Minas, matéria de 24 de agosto de 2020.



seguido librações para retomar suas atividades na maioria delas. Em junho de 2019, a Vale retomou as atividades na mina de Brucutu. Em julho de 2019, a AMN também autorizou a retomada das atividades no Complexo Vargem Grande. As atividades na Mina da Alegria, interrompidas em março de 2019, foram liberadas pela AMN em novembro de 2019.

Depois de Brumadinho, a Vale correu para anunciar que iria descaracterizar, em caráter emergencial, 9 barragens até o final de 2019. Porém, até dezembro de 2019, somente uma barragem havia sido descaracterizada, a 8B em Nova Lima (Minas Gerais). Em 2020, outras 2 barragens teriam sido desmontadas: Dique Rio do Peixe (Itabira, Minas Gerais) e Pondes de Rejeitos (Parauapebas, Pará), em 2020. A Vale informa também que as barragens 2 Kalunga e 3 Kalunga, ambas em Parauapebas (Pará), foram descaracterizadas¹²⁰. Ou seja, das nove barragens, quatro ainda não foram desmontadas.

120 Apesar de aparecerem no Relatório da Administração do 2020 como tendo sido descaracterizadas em 2019, no Relatório referente a 2019, essa informação não constava.



Ao centro da foto, a Barragem Doutor. A placa contém instruções a serem seguidas pela população em caso de rompimento.

Foto: Lui Pereira/Agência Primaz

“A Vale vem e fala que a gente não está em risco. A Defesa Civil já voltou falando que a gente está em risco. Então a vida da gente parou, os minutos são poucos se soar a sirene de hoje para amanhã. Uma sirene que a gente não tem e que não escuta. Como que eu tenho sossego, como que eu tenho paz, sabendo que a lama vai parar ali. Quem me garante? Quem é a Vale?”

Lucilene Santos Matias, moradora de Antônio Pereira (Ouro Preto, MG) e atingida pela Vale



Devo, Nego e Não Pago: quando a Vale sai e deixa os seus passivos para trás

Em agosto de 2017, a ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), originalmente uma *joint venture* estabelecida entre a Vale e a ThyssenKrupp, foi vendida para a Ternium. A Vale se retirou do projeto em 2016, mas permanece até hoje como a única fornecedora de minério da siderúrgica. A TKCSA foi inaugurada em 2010. Desde o começo, apresentou um erro de projeto, mais especificamente na sua linha de produção. A planta operou por seis anos sem licença, escancarando seus problemas operacionais, ambientais e sociais. Houve desmatamento ilegal de manguezal, utilização ilegal de mão de obra chinesa, denúncias de utilização de trabalho análogo a trabalho escravo, denúncias de acidentes e mortes no canteiro de obras, poluição etc. Uma vez iniciadas suas operações, estimava-se que a siderúrgica teria a capacidade de, sozinha, ampliar em 76% as emissões de gás carbônico na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Todos esses impactos e violações foram logo sentidos pelas comunidades do entorno da siderúrgica. Desde a sua inauguração, em 2010, essas famílias convivem diariamente com uma forte poeira prateada,

que invade as casas e os corpos que estão próximos à usina: pescadores perderam acesso à baía e aos rios por conta do intenso tráfego de navios, casas ficaram rachadas e as famílias são incomodadas com uma constante poluição sonora derivada dos trens da MRS, que levam o minério da Vale para a planta siderúrgica e terminais portuários da região. Se, com o tempo, essa chuva de prata se tornou mais fina, ela continua a incomodá-los diariamente, aumentando os casos de rinite alérgica, de dores de cabeça, de inflamações na pele, olhos e ouvidos, sensação de cansaço e fadiga. A composição do pó prateado, segundo a Secretaria do Estado do Meio Ambiente ¹²¹ do Rio de Janeiro era alumínio, cádmio, cálcio, carbono, chumbo, cobre, cromo, enxofre, ferro, fósforo, magnésio, manganês, níquel etc.

A luta dos moradores e pescadores de Santa Cruz contra a empresa tem sido longa. Existem, hoje, ações de associações de pescadores correndo na justiça cobrando compensações pelos danos causados aos pescadores artesanais da Baía de Sepetiba pela instalação e operacionalização da planta siderúrgica desde 2007. Correm também na 1ª e 2ª varas

121 Seabra, Kato e Sá (2014), publicação A Chuva de Prata em Santa Cruz: um desenvolvimento que adoece a gente.

de Santa Cruz 238 ações movidas pela Defensoria Pública que procuram cobrar os danos causados pelas operações da TKCSA sobre os moradores do entorno da planta siderúrgica. Os principais danos identificados são: impactos da operação da linha férrea da MRS, que leva o minério até a TKCSA, sobre as casas e a vida das famílias que estão próximas à ferrovia (trepidações, rachaduras, poluição pelo pó de minério, poluição sonora); impactos da chuva de prata sobre a saúde dos moradores de Santa Cruz (em particular, na Reta da João XXIII); e alagamentos causados no conjunto habitacional São Fernando, pelas mudanças que a TKCSA provocou nos rios da região (em particular no Canal São Fernando). Em 2010, momento do início de sua operação, a empresa chegou a ser ré em duas ações do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro por crimes ambientais, que pediam a punição de seus executivos. As mesmas, contudo, caducaram.

Os danos causados pela empresa seguem existindo, mas, com a venda (desinvestimento), a responsabilidade pelos mesmos se diluiu: afinal, quem responde pelos danos causados e a quem caberá a responsabilidade de compensá-los? Foi exatamente isso que aconteceu na Baía de Sepetiba: tanto a Vale quanto a TKS saíram do negócio, repassando a planta para a Ternium que, hoje, não assume a responsabilidade pelos danos causados nos primeiros anos de operação. As condições de vida das famílias do entorno da siderúrgica (na Reta João XXIII) e dos pescadores da Baía de Sepetiba, contudo, permanecem deterioradas e seus direitos mais básicos violados.

“A gente foi pego de surpresa. Tem que ver se o grupo que comprou vai arcar com os prejuízos. A poeira continua, todo mundo doente, os pescadores sem trabalhar. E aí, como fica?”

Maria Regina, moradora de Santa Cruz (Rio de Janeiro) e atingida pela Vale¹

¹ Matéria no site do PACS de 24 de fevereiro de 2017.

A Vale, contudo, continua responsável pelos crimes ambientais e sociais cometidos na Baía de Sepetiba. Importante lembrar que a TKCSA foi construída pela Vale e pela TKS. Ambas são responsáveis pelos danos causados aos moradores e pescadores com a instalação e operação da siderúrgica. A Vale é a principal fornecedora de minério de ferro, além de ter participação acionária na MRS, que é a responsável pelo transporte do minério de ferro. As operações da ferrovia ainda causam inúmeros danos e incômodos às famílias cujas casas estão próximas à ferrovia. O intenso transporte de minério de ferro pelos trens gera trepidação nas casas (que ficam literalmente rachadas), deixa um rastro de pó preto derivado dos vagões descobertos e incomoda os moradores com o barulho intenso causado pelos trens. A Vale, portanto, segue responsável pelos danos causados antes da venda e permanece responsável pelos impactos que atualmente ainda são causados à Baía de Sepetiba e às famílias que lá vivem, pois tem responsabilidade solidária por ser a única fornecedora de minério e acionista da ferrovia.

Na Bahia, no distrito de Cotegipe, moradores convivem há 55 anos com uma fuligem constante resultante do processamento de manganês da Siderúrgica Vale Manganês. Essas famílias relatam que suas casas e corpos ficam repletas de uma poeira escura e com “cheiro de remédio” que tem causado muitos problemas de saúde como tosse, falta de ar, náusea, crises alérgicas e pneumonia. A Vale diz que a siderúrgica seria fechada até o final do ano (2020). Hoje, os moradores do entorno da planta se questionam se a Vale, após o fechamento, resolverá o enorme passivo ambiental e social que deixa na região. Em 1999, quando a Vale assumiu o controle da planta siderúrgica, foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público da Bahia e a Prefeitura de Simões Filho que obrigava a empresa a destinar verbas para compensar os danos ambientais provocados pela siderúrgica. Isso não resolveu, contudo, os problemas vividos pelos moradores. Pelo acordo, foi contratada uma consultoria (Vereda) para avaliar a contaminação no ambiente e nas pessoas. Ela concluiu que a poeira de manganês não era algo a se preocupar. Contudo, parecer feito pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a pedido da Promotoria de Simões Filho, fez duras críticas ao estudo da Vereda que não estava fundamentado em metodologia sólida. Nesse parecer, o pesquisador da UFBA e sua equipe relatam que, em pesquisa, detectaram uma elevada concentração de manganês no cabelo dos habitantes (até 50 vezes superior ao valor de referência), o que poderia ter impactos psicológicos graves, em especial, nas crianças. Contudo, nada foi feito na época e o parecer da Vereda seguiu válido. Atualmente, a equipe da UFBA está investigando os impactos

da poluição sobre gestantes e as possibilidades de ocorrência de contaminação intra-uterina ¹²².

Situação semelhante ocorre em Moçambique. Em janeiro de 2021, a Vale anunciou um acordo com a Mitsui retirando a companhia japonesa das minas de Moatize e do Corredor Logístico de Nacala. Segundo a empresa, esse é o primeiro passo para a Vale seguir com o desinvestimento na exploração do carvão de Moçambique. O Centro de Integridade Pública de Moçambique, num estudo de 2021, alerta que a Vale anuncia a intenção de desinvestimentos na mina de Moatize e no Corredor de Nacala justamente no período em que os fartos benefícios fiscais concedidos pelo governo Moçambicano ao projeto chegam ao fim ¹²³. Segundo estudo da Iniciativa de Transparência na Indústria Extrativa, desde que iniciou suas atividades em Moçambique até 2019, somente de impostos sobre a produção, seguro e transportes, a Vale deixou de pagar ao governo moçambicano cerca de 4,6 milhões de meticais (ou cerca de 64 mil dólares com cotação de 23 de março de 2021). Fora isso, a empresa ainda ganhou isenção de direitos aduaneiros (IVA sobre importação de materiais de construção, máquinas e equipamentos etc.), redução da alíquota de Imposto sobre Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC) entre outros. Segundo o CIP, a Vale chegou e se instalou em Moçambique, se aproveitou do carvão e das fartas isenções fiscais que o Estado moçambicano lhe concedeu e, depois, como nos demais casos observados nesse relatório, pretende sair do negócio deixando um rastro de passivos e destruição para trás.

O anúncio da intenção de venda da mina e de sua participação no Corredor de Nacala deixa muitas interrogações e receios. Os trabalhadores não sabem como ficará a sua situação, que ainda é de muita insegurança (boa parte dos trabalhadores são terceirizados). As comunidades vizinhas à mina, que lutam pelo reassentamento, receiam que a mina seja vendida e os danos que lhes vêm sendo impostos pela Vale sigam sem ser reparados: essas famílias convivem até hoje com sérios danos à sua saúde causados pela poluição derivada das operações na mina; tiveram sua mobilidade prejudicada pelas cercas colocadas pela Vale, tendo o acesso a fontes de água e estradas vicinais negado. Os oleiros que tiveram seu acesso à terra prejudicado, o que lhes impedem de seguir trabalhando como sempre fizeram, não sabem se serão compensados. As famílias reassentadas, que lutam por melhorias nas suas casas e também por compensações derivadas das perdas tidas com o reassentamento (lavouras, casas e outras melhorias) não sabem se suas demandas serão atendidas. Ao longo do Corredor de Nacala, também há muitas famílias que foram reassentadas e que lutam por compensações transparentes e dignas, bem como por melhorias nas casas que foram entregues pela Vale, que apresentam muitos problemas de infraestrutura. Ao mesmo tempo, outras famílias que não foram identificadas pela Vale como tendo direito ao reassentamento, lutam para serem reconhecidas como atingidas e para terem seus direitos garantidos. A sociedade moçambicana, de um modo geral, também indaga se valeu a pena

conceder uma área tão grande para exploração de recursos naturais e garantir tantas isenções fiscais para multinacionais, como a Vale, que não têm o menor compromisso com o desenvolvimento do país. Essas questões ficam abertas e aguardam uma resposta da Vale. Nesse momento, pelas informações que pudemos levantar, a Vale corre para realizar o desinvestimento, deixando seus passivos para trás.

Na América Latina, a Vale também vendeu projetos de mineração sem assumir responsabilidade pelos passivos ambientais e sociais deixados, como é o caso das suas explorações de cobre no Chile, de fosfato no Peru e de potássio na Argentina. No Peru, “a comunidade local denuncia a apropriação ilegal de terras e os pescadores protestam contra a poluição do mar e do ar” ¹²⁴, dois deles inclusive foram mortos, em 2012, durante os protestos.

“A Vale, sobre a sua venda, nunca nos disse nada. As pessoas aqui da comunidade só ficam a ouvir boatos de um lado para o outro, que a empresa vai sair, mas ninguém nos esclarece nada. Nem o governo”

Fátima Lenade, moradora do bairro Primeiro de Maio em Moatize

122 Matéria de Barba e Rocha na Repórter Brasil em 1 de outubro de 2020.

123 Pesquisa feita pelo Centro de Integridade Pública lançada no dia 27 de janeiro de 2021.

124 Saes (2019), O Mapa dos Conflitos Ambientais no Brasil.

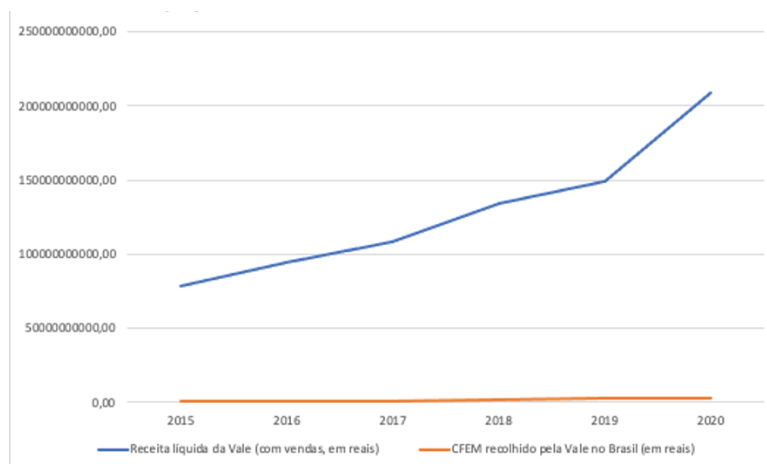
Enriquecendo poucos às custas da destruição de muitos

- 82 O que a Vale deixa nos municípios?
- 83 Quanto vale a Vale? A número 1 em destruição
- 85 Quando as mortes geram lucros
- 86 Extinguindo a Vida e distribuindo Juros
- 87 Corrupção, Subornos e Jogos de Poder: a política maior da Vale
- 89 Para a Vale não é Necessário ser Social e Ambientalmente Responsável, Basta Parecer...



O que a Vale deixa nos municípios?

Se o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) tem um impacto muito grande nas economias dos municípios minerados, o pagamento desse tributo pela Vale é desprezível se comparado com a receita da mineradora (a CFEM incide sobre o faturamento líquido da Vale, receita menos tributos e custos de transportes e seguros). A mineradora lucra bilhões com a venda dos recursos minerais que extrai, deixando para os municípios um retorno pequeno em termos de impostos, além de muitos impactos ambientais e sociais.



Comparação entre as receitas da Vale e o recolhimento de CFEM

Fonte: Relatórios de Administração da Vale (vários anos) e sítio eletrônico da Agência Nacional de Mineração.



Quanto vale a Vale? A número 1 em destruição

Nem duas barragens rompidas abalaram a Vale. No final de 2019, ela figurava no topo da lista das maiores empresas do Brasil ¹²⁵. Ao longo de 2020, com o mundo parado devido à pandemia de COVID-19, seu valor de mercado mais do que dobrou, chegando perto dos R\$ 500 bilhões ¹²⁶, conforme pode se observar no gráfico a seguir.

Ainda que o preço dos minerais no mercado internacional tenha oscilado no mercado internacional (com uma tendência de crescimento desde 2016) e que tenham havido diversas interrupções de atividades determinadas pela Justiça brasileira pelo rompimento de barragens ou por descumprimento de condicionantes ambientais ou desrespeito aos direitos das populações indígenas, a receita líquida da Vale manteve-se em vigoroso crescimento desde 2015.

Mesmo assim, a Vale gasta rios de dinheiro com advogados e se recusa a pagar pelos danos e estragos que causa às populações dos territórios em que opera e pela destruição ambiental que provoca. A empresa reluta em pagar para finalizar o reassentamento da comunidade de Piquiá de Baixo (Maranhão), se nega a resolver os problemas nas casas dos reassentados em Moçambique e a pagar todas as

indenizações pelas machambas (roças) destruídas, não reconhece famílias inteiras que vivem hoje ao lado da mina de Moatize e que veem sua saúde se deteriorar pela poeira da mina, bem como reluta em compensar todos os oleiros que perderam a possibilidade de exercerem seus ofícios e garantirem sua renda e sustento. No Brasil, a Vale é uma das campeãs em colecionar multas ambientais, que nunca chegam a ser reconhecidas ou pagas pela mineradora.

O gráfico a seguir demonstra os lucros crescentes da Vale, obtidos às custas da destruição de muitas vidas e territórios. Apesar da Vale registrar em suas demonstrações financeiras prejuízos nos anos de 2015 e 2019, quando teria perdido R\$ 44 bilhões e R\$ 7 bilhões, respectivamente, esses números enganam. A Vale não chegou a perder dinheiro de fato em nenhum desses anos. Por exemplo, em 2019, a Vale “descontou” de sua receita o montante de R\$ 28 bilhões como provisões de gastos com Brumadinho. Todavia, a Vale não gastou esse dinheiro ou indenizou as famílias, pois ele é somente uma “provisão”, uma espécie de reserva.

125 Bona (matéria de 22 de julho de 2020).

126 Segundo informações constantes no Relatório da Administração 2020, Vale S.A.

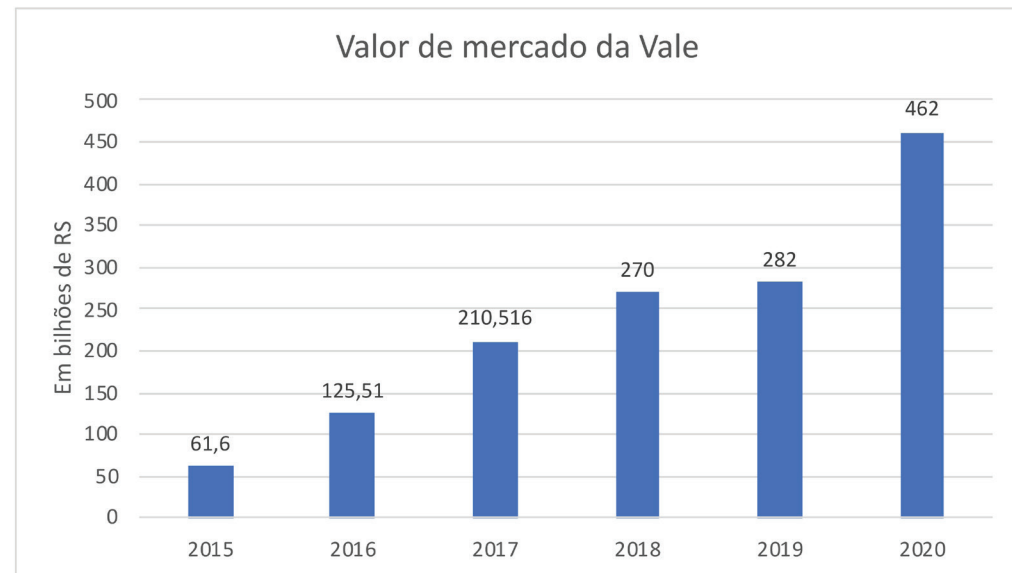


Foto: Vale S.A. Relatórios da Administração para os anos 2017, 2018, 2019 e 2020

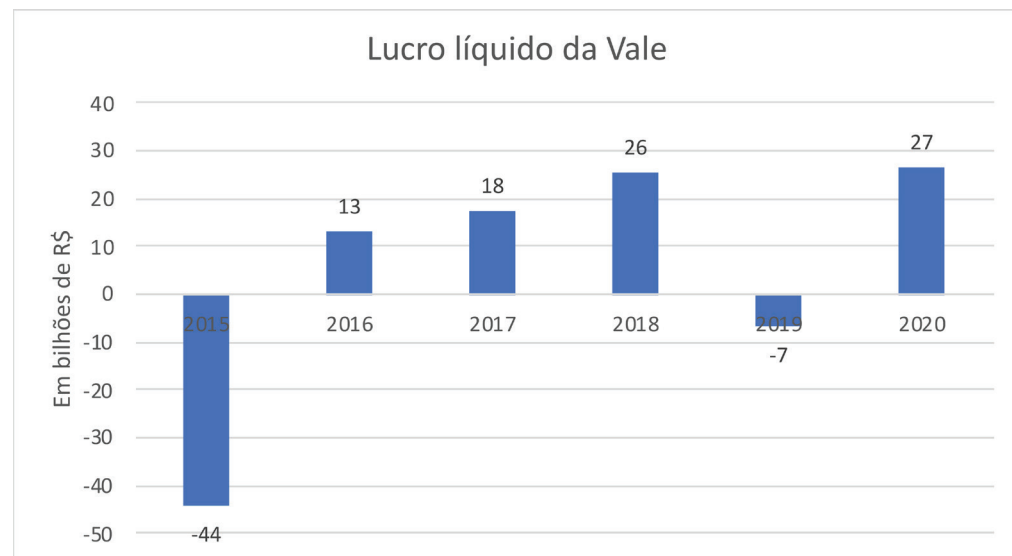


Foto: Vale S.A. Relatórios da Administração para os anos 2017, 2018, 2019 e 2020

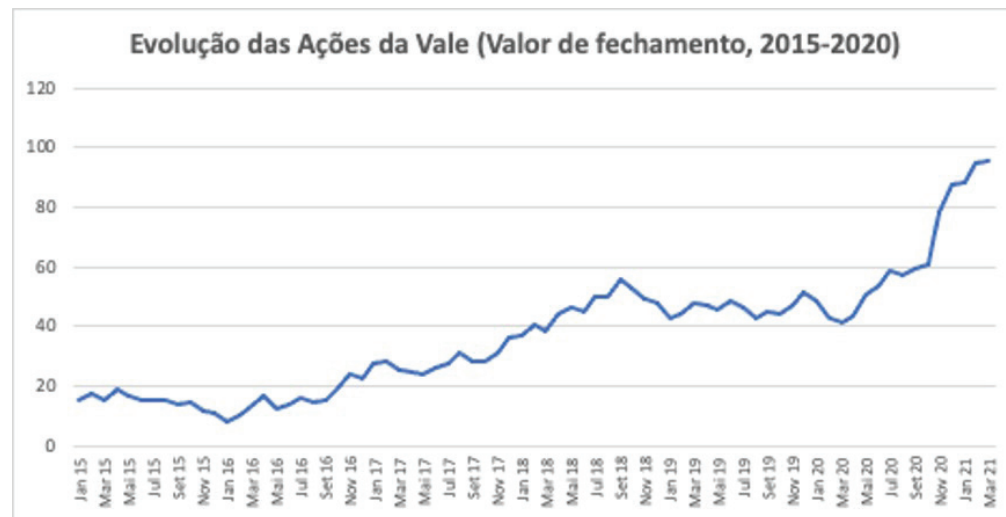


Quando as mortes geram lucros

Em cerca de três anos, a Vale cometeu dois megacrimes ambientais, matou rios e destruiu cidades inteiras, deixou um enorme rastro de destruição e causou a morte de mais de 290 pessoas. Enquanto as vítimas tentam reestabelecer suas vidas e aguardam, sem sucesso, compensações justas, a mineradora segue lucrando, fazendo dos desastres um bom negócio. Acompanhando os movimentos do preço do minério no mercado internacional e a valorização do câmbio, de novembro de 2015 (mês do crime de Mariana) até dezembro de 2020, as ações da Vale (valor de fechamento) apresentaram uma valorização de 748%!

O gráfico a seguir, que mostra a evolução das ações da Vale no Brasil, revela uma tendência contínua de crescimento no valor de mercado da empresa. Entre novembro e dezembro de 2015, logo após o rompimento da barragem de Fundão, as ações da Vale chegaram a apresentar uma queda, que logo se reverteu. Em fevereiro de 2016, as ações da empresa já voltaram a se valorizar. Em janeiro de 2019, quando houve o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, num primeiro momento, as ações da Vale apresentaram uma queda acentuada, causando uma perda de valor de mercado de mais de R\$ 70 bilhões. Contudo, isso não durou muito. No mês seguinte, as ações da mineradora já voltaram a se valorizar.

A valorização das ações da empresa se acentuou a partir de março/abril de 2020, durante a pandemia quando a mineração passou a ser atividade essencial, e após janeiro de 2021, quando a empresa anunciou o fechamento de um acordo bilionário com o governo de Minas Gerais.

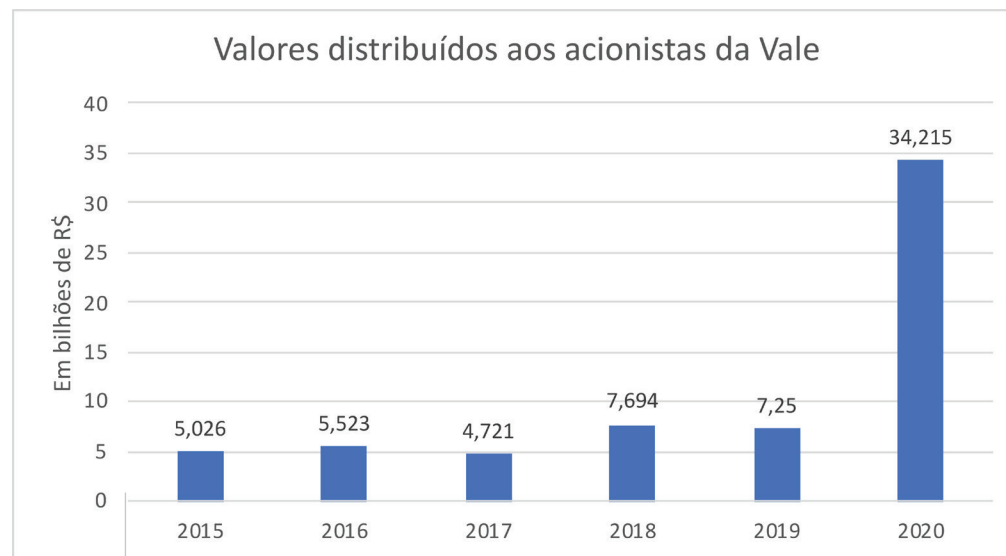


Fonte: Investing.com



Extinguindo a Vida e distribuindo Juros

Entre 2015 e 2020, a Vale distribuiu aos seus acionistas mais de R\$ 64 bilhões, entre juros sobre capital próprio e dividendos. Dinheiro acumulado às custas da destruição e sofrimento de milhares ou milhões de pessoas, às quais a Vale nega o direito à reparação ou compensação justas. Enquanto isso, desde o rompimento da barragem em Mariana em novembro de 2015 até março de 2021, a Fundação Renova gastou R\$ 12,22 bilhões¹²⁷ em todas suas ações de reparação (lembrando que a Vale é responsável por somente metade desse valor, ou seja, cerca de R\$ 6 bilhões). Já em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho, desde janeiro de 2019 até fevereiro de 2021, a Vale gastou o equivalente a mísera quantia de R\$ 6,28 bilhões¹²⁸. Como resultado do seu bom desempenho, somente em 2020 mais de R\$ 34 bilhões serão distribuídos aos seus acionistas, como mostra o gráfico a seguir.



Fonte: informações constantes no site da Vale S.A., na seção Investidores, subseção Dividendos e JCP. Abril de 2021

127 Sítio eletrônico da Fundação Renova.

128 Conforme informado pela empresa no texto do acordo estabelecido com o estado de Minas Gerais. Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 4 de fevereiro de 2021.



Corrupção, Subornos e Jogos de Poder: a política maior da Vale

Jeitinhos e esquemas duvidosos são a máxima da Vale quando se trata de abocanhar um território para ser explorado. A Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas do Rio de Janeiro (DRAECO) abriu investigação para apurar crimes cometidos por executivos da Vale envolvendo as negociações em torno da Mina de Simandou na República da Guiné. As negociações que culminaram na entrada da Vale como sócia na mina são cercadas de denúncias de corrupção que respingam no atual CEO da Vale, Eduardo Bartolomeu, que, na época, era diretor de logística (outros executivos da empresa também estavam envolvidos)¹²⁹. A investigação apurará se a Vale violou as regras dos mercados de capitais ao não informar corretamente os seus acionistas sobre os riscos dos negócios em que a Vale estava se envolvendo (a entrada na Guiné se deu em 30 de abril de 2010).

A Vale e seu antigo sócio no negócio Beny Steinmetz (da empresa BSGR) vêm travando uma intensa disputa judicial em diferentes cortes. A última decisão da Corte Internacional de Arbitragem de Londres determinou que Steinmetz pagasse uma indenização bilionária à Vale, alegando que a Vale

desconhecia que havia corrupção na obtenção da Mina de Simandou. Steinmetz é acusado de falsificação, suborno e corrupção na obtenção de direitos de exploração de minério de ferro na Guiné.

Mas, Steinmetz tenta reverter a multa devida à Vale. Em 2020, o executivo apresentou à Justiça de Nova Iorque gravações de ex-diretores da Vale (como José Carlos Martins, Alex Monteiro e Denis Thirouin) que comprovam que a Diretoria, o Conselho e a Presidência tinham conhecimento da corrupção envolvendo a concessão da mina. José Carlos Martins, ex-diretor de minério de ferro, afirmou nas gravações que o Conselho de Administração tinha conhecimento de tudo. Ele, na época, recomendou que os conselheiros assinassem o acordo “de nariz fechado, pois cheira[va] mal”. A Política Anticorrupção da Vale determina que empregados e administradores tenham “tolerância zero” para subornos e corrupção. Se suspeitas e evidências como essas recaem sobre o Conselho, a Diretoria e o próprio CEO da Vale, podemos supor os limites dessa política anticorrupção em termos de aderência às práticas organizacionais.

129 O Globo (matéria de 25 de março de 2021)

Novo código de mineração foi escrito por advogados da Vale e BHP

Em dezembro de 2015, veio a público a denúncia de que o documento oficial do projeto de lei proposto na Câmara dos Deputados para o novo Código da Mineração foi criado em computadores do escritório de advocacia Pinheiro Neto, que tem como clientes as mineradoras Vale e BHP. Apesar de assinado pelo deputado Leonardo Quintão (MDB-MG), dados criptografados revelavam a origem do documento¹. O projeto de lei que deu origem ao Novo Código começou a tramitar em 2013, acabou aprovado, em 2017, após a edição de um conjunto de Medidas Provisórias por Michel Temer.

Indicadores de Insustentabilidade da Vale

Em 2020, o Fundo Soberano da Noruega, o maior do mundo, excluiu a Vale de seu portfólio por ausência de um compromisso com a mitigação das mudanças climáticas e do desmatamento.

Em 2019, após pressão da sociedade civil, a Vale se retirou do Pacto Global da ONU, a maior rede de responsabilidade social e corporativa do mundo.

Em 2019, a operadora da bolsa de valores de São Paulo (B3) excluiu as ações da mineradora Vale do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

Em 2019, a Vale foi suspensa do quadro de associados do Instituto Ethos pelo descumprimento da Carta de Princípios do Instituto no que diz respeito aos Compromissos de Responsabilidade Social, Confiança e Integridade.

¹ Senra (2015).



Para a Vale não é Necessário ser Social e Ambientalmente Responsável, Basta Parecer...

Sob o rótulo de “investimento social”, a Vale afirma fazer investimentos voluntários em ações sociais, culturais, ambientais e científicas. Desvinculadas dos impactos das suas operações, essas ações são realizadas com recursos próprios ou provenientes de mecanismos de incentivo fiscal (como a Lei Rouanet). A pesquisadora Raquel Giffoni (2019), no livro *Conflitos Ambientais, Corporações e as Políticas do Risco*, entende que o crescimento desses programas de responsabilidade social corporativa reflete a profissionalização da “gestão do risco social” nas empresas. E “risco social”, nesta visão, não seria aquele que as operações da empresa oferecem à vida das pessoas e ao meio ambiente, mas sim os riscos que as comunidades mobilizadas em prol dos seus direitos podem oferecer à lucratividade das empresas.

Essas iniciativas vêm sendo institucionalizadas nas corporações como princípios e normas que as empresas devem seguir e que não são simplesmente “filantropia” ou “boa intenção”, mas são estratégias mercadológicas voltadas para controlar fatores de risco que podem atrapalhar o processo produtivo. Esses programas de responsabilidade social voltam-se para o enfrentamento dos “riscos sociais”, procurando neutralizar as demandas das partes interessadas e afetadas pelas atividades da empresa, que passam a

ser vistas do ponto de vista gerencial como prováveis “ameaças”. No caso das empresas extrativas, como a Vale, os programas de responsabilidade social corporativa voltam-se, sobretudo, para arrefecer disputas e para garantir seu domínio sobre recursos naturais, tornando a opinião pública favorável à empresa.

A Vale, assim, tem investido fortemente em propaganda e *marketing* verde, ao mesmo tempo em que tem procurado reforçar suas iniciativas de relacionamento com as comunidades, se profissionalizando na gestão dos *stakeholders* locais, garantindo o engajamento, a identificação e o monitoramento do relacionamento com esse público. A Vale dispõe hoje, segundo seu relatório de sustentabilidade, de equipes voltadas para esse fim compostas por 147 profissionais e subordinadas à Diretoria Executiva de Sustentabilidade, Relações Institucionais e Comunicação. Diante de todo esse aparato voltado para seus objetivos de responsabilidade social, é curioso como a Vale siga apresentando ainda tantos problemas, denúncias e ocorrências de paralisações em suas plantas produtivas devido a protestos de comunidades, indígenas e trabalhadores. Ou o trabalho é muito mal coordenado e realizado, o que não parece ser o caso diante da quantidade de recursos e pessoas envolvidas, ou o objetivo

dessas atividades é tão somente monitorar as críticas, enquanto a empresa segue tocando suas operações em busca do maior lucro possível e incorrendo em sérios impactos sociais e ambientais e riscos operacionais.

Deve ser inserida nessa estratégia a Fundação Vale, que foi criada para promover o desenvolvimento integrado (econômico, ambiental e social) dos territórios onde a Vale opera. Segundo a Vale, a Fundação, em 2019, alcançou mais de 770 mil pessoas com projetos sociais em 68 municípios de seis estados brasileiros. Relatos dos territórios em que esses projetos são realizados, contudo, informam que a empresa tem usado esses projetos sociais para neutralizar as críticas às suas operações. A realização desses projetos em pequenos municípios tem funcionado, na prática, como um decisivo instrumento de poder por parte da Vale, pois permite que a empresa “premie” aqueles grupos e municípios que não criticam suas operações e que não pressionam para que a empresa corrija seus impactos sociais e ambientais, facilitando suas operações e dividindo as comunidades.

No entanto, a magnitude dos impactos da Vale nos territórios, por outro lado, faz com que as críticas à atuação da mineradora também sejam crescentes e cada vez mais globais. Muitas comunidades, grupos sociais, sindicatos e ONGs seguem mantendo sua autonomia e capacidade crítica e implementando ações que buscam desmascarar a Vale e contornar todos esses investimentos corporativos visando à neutralização das críticas.



Em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados no dia 15 de fevereiro de 2019, Fábio Schvartsman, presidente da Vale à época, recusou-se a se levantar durante o minuto de silêncio feito em homenagem às vítimas da tragédia de Brumadinho/MG.

Foto: Reproduzido pela TV Câmara

ADLER, M. Vale monta operação para repatriar mais de 500 funcionários brasileiros em Moçambique. Estado de Minas, 03/04/2020. Acesso em: março de 2021. Disponível em: www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/04/03/interna_gerais,1135542/vale-monta-operacao-para-repatriar-funcionarios-brasileiros.shtml.

AGUIAR, D. ; KATO, K.Y.M. . À espera do trem do desenvolvimento: A vida das comunidades cortadas pelo Corredor de Nacala, dois anos após sua inauguração. Le Monde Diplomatique, v. 1, p. 16-18, 2019.

AGUIAR, D. ; KATO, K.Y.M. Que Caminhos para a Agricultura Camponesa Moçambicana? O corredor de Nacala e os projetos para a transformação do campo. 2020.

ALVES, L. Acaba Prazo para Entrega de Bento Rodrigues, e multa é de R\$ 1 mi por dia. O Tempo, Tragédia em Mariana, 27 de fevereiro de 2021. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.otempo.com.br/cidades/acaba-prazo-para-entrega-de-bento-rodrigues-e-multa-e-de-r-1-mi-por-dia-1.2452742

AMAZON WATCH. Cumplicidade na Destruição III. Brasília: APIB e Amazon Watch, 23 de setembro de 2020. Acesso em março de 2020. Disponível em: amazonwatch.org/assets/files/2020-cumplicidade-na-destruicao-3.pdf

ANGELO, M. “É preciso separar as lideranças”, diz juiz do Caso Samarco em Novos Vídeos. Observatório da Mineração, 17 de março de 2021. Acesso em março de 2021. Disponível em: mab.org.br/2021/03/18/e-preciso-separar-as-liderancas-diz-juiz-do-caso-samarco-em-novos-videos/

ANGELO, M. Coronavírus: mesmo com empregados contaminados, Vale mantém operação e aglomeração em Minas. Intercept Brasil, 26 de março de 2020. Disponível em: theintercept.com/2020/03/26/coronavirus-vale-mantem-minas-operacao/. Acesso em março de 2021.

ANGELO, M. Criança Morre em explosão de Mina em Área de Assentamento feito pela Vale em Moçambique. Observatório da Mineração, 21 de dezembro de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/crianca-morre-em-explosao-de-mina-em-area-de-assentamento-feito-pela-vale-em-mocambique/

ANGELO, M. Desastre de Mariana Completa 5 Anos: impunidade e acordo de reparação em xeque. Observatório da Mineração, 5 de novembro de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/e-preciso-separar-as-liderancas-diz-juiz-do-caso-samarco-em-novos-videos/

ANGELO, M. Desastre de Mariana Completa 5 Anos: impunidade e acordo de reparação em xeque. Observatório da Mineração, 5 de novembro de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/desastre-de-mariana-completa-5-anos-impunidade-e-acordo-de-reparacao-em-xeque/

ANGELO, M. Desastre de Mariana Completa 5 Anos: impunidade e acordo de reparação em xeque. Observatório da Mineração, 5 de novembro de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/exclusivo-vale-e-bhp-podem-pegar-de-volta-dinheiro-que-deveria-ir-para-a-reparacao-do-desastre-de-mariana/

ANGELO, M. Desastre de Mariana Completa 5 Anos: impunidade e acordo de reparação em xeque. Observatório da Mineração, 5 de novembro de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/exclusivo-video-de-reuniao-indica-possivel-suspeicao-do-juiz-responsavel-pelo-caso-do-desastre-de-mariana/

ANGELO, M. Exclusivo: Vale e BHP podem pegar de volta dinheiro que deveria ir para a reparação do desastre de Mariana. Observatório da Mineração, 27 de julho de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/exclusivo-vale-e-bhp-podem-pegar-de-volta-dinheiro-que-deveria-ir-para-a-reparacao-do-desastre-de-mariana/

ANGELO, M. Exclusivo: Vídeo de Reunião Indica Possível Suspeição do Juiz Responsável pelo Caso do Desastre de Mariana. Observatório da Mineração, 11 de março de 2021. Acesso em março de 2021. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/exclusivo-video-de-reuniao-indica-possivel-suspeicao-do-juiz-responsavel-pelo-caso-do-desastre-de-mariana/

ANGELO, M. Fundação Renova deve ser extinta e Vale, BHP e Samarco precisam pagar R\$ 10 bilhões em danos morais, pede o MPMG. Observatório da Mineração, 25 de fevereiro de 2021. Acesso em março de 2021. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/

[fundacao-renova-deve-ser-extinta-e-vale-bhp-e-samarco-precisam-pagar-r-10-bilhoes-em-danos-morais-pede-o-mpmg/](#)

ANGELO, M. Infecção por COVID-19 explode entre trabalhadores da Vale no Pará e cidade entra em colapso. Observatório da Mineração, 27 de maio de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/infeccao-por-covid-19-explode-entre-trabalhadores-da-vale-no-para-e-cidade-entra-em-collapso/

ANGELO, M. Itabira (MG), berço da Vale, vive “surto descontrolado” de COVID 10 causado pela mineradora. Observatório da Mineração, 3 de junho de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/itabira-mg-berco-da-vale-vive-surto-descontrolado-de-covid-19-causado-pela-mineradora/

ANGELO, M. Mais de 1000 dias depois, falta de punição e “Novo Acordo” entre SAMARCO/Vale/BHP e. Justiça mostra que o crime compensa, e muito. Observatório da Mineração, 4 de julho de 2018. Acesso em março de 2021. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/mais-de-1-000-dias-depois-falta-de-punicao-e-novo-acordo-entre-samarcovalebhp-e-a-justica-mostra-que-o-crime-compensa-e-muito/

ANGELO, M. Mineradoras usam a pandemia como oportunidade para “marketing espontâneo” em rede nacional. Observatório da Mineração, 20/08/2020. Acesso em: março de 2020. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/mineradoras-usam-a-pandemia-como-oportunidade-para-marketing-espontaneo-em-rede-nacional/

ANGELO, M. Ministérios Públicos e Defensorias pedem retomada de ação de R\$ 155 bilhões contra a Vale, Samarco e BHP. Observatório da Mineração, 1 de outubro de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/ministerios-publicos-e-defensorias-pedem-retomada-de-acao-de-r-155-bilhoes-contra-a-vale-samarco-e-bhp/

ANGELO, M. Novo Ataque de Seguranças da Vale a Agricultores acima conflito por terra no Pará. Repórter Brasil. 27 de Junho de 2020. Disponível em: reporterbrasil.org.br/2020/06/novo-ataque-de-segurancas-da-vale-a-agricultores-acirra-conflito-pela-terra-no-para/. Acesso em 20 março de 2021.

ANGELO, M. Pressionado, governo federal considera mineração atividade essencial e se torna cúmplice de mineradoras. Observatório da Mineração, 3 de abril de 2020. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/pressionado-governo-federal-considera-mineracao-atividade-essencial-e-se-torna-cumplce-de-mineradoras/

ANGELO, M. Vale foi Alertada sobre Riscos na Área em que Trabalhador foi Soterrado em Brumadinho. Observatório da Mineração, 23 de dezembro de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/vale-foi-alertada-sobre-riscos-na-area-em-que-trabalhador-foi-soterrado-em-brumadinho/

ANGELO, M. Vale tem Barragens sem Estabilidade Garantida no Brasil. Observatório da Mineração, 15 de outubro de 2020 Acesso em março de 2021. Disponível em: observatoriodamineracao.com.br/vale-tem-33-barragens-sem-estabilidade-garantida-no-brasil/

ANGELO, M. Novo Ataque de Seguranças da Vale a Agricultores acirra Conflito pela Terra no Pará. Repórter Brasil. 27 de junho de 2020. Acesso em 20 março de 2021. Disponível em: reporterbrasil.org.br/2020/06/novo-ataque-de-segurancas-da-vale-a-agricultores-acirra-conflito-pela-terra-no-para/

ARTICULACAO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA VALE. Vale reassenta famílias em terras minadas em Moçambique. Rio de Janeiro: AIAAV, 2020.

BARBA, M. D.; ROCHA, L. Vale fecha siderúrgica na Bahia, mas deixa moradores com legado de contaminação e problemas neurológicos. Repórter Brasil, 01/10/2020.

BEDINELLI, T. Os Sem-Terra Desafiam a Gigante Vale na Amazônia. El País, Brasil, 11/12/2016. Acesso em 20 março de 2021. Disponível em: brasil.elpais.com/brasil/2016/11/23/politica/1479905291_797076.html

BNDES. Privatização da Vale do Rio Dove: o estado no lugar certo. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.

BONA, A. Maiores Empresas do Brasil: as 20 companhias com maior valor de mercado da bolsa. 22 de julho de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em:

andrebona.com.br/maiores-empresas-do-brasil-as-20-companhias-com-maior-valor-de-mercado-da-bolsa/

BRASIL DE FATO. População de Catas Altas (MG) consegue revogar expansão da Vale no município. Brasil de Fato, mineração, 19 de fevereiro de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2020/02/19/populacao-de-catas-altas-mg-consegue-revogar-expansao-da-vale-no-municipio

BRASIL ECONOMICO. Vale é Multada em R\$ 35 milhões por Despejo de Rejeitos no Mar. IG Economia, 08/02/2019. Acesso em 28 de março de 2021. Disponível em: economia.ig.com.br/2019-02-08/multa-vale-vitoria.html

CABRAL, L. Caminhoneiro morre Prensado por Basculante no Pátio de Mineradora. Diário Corumbaense. 8 de fevereiro de 2021. Acesso em março de 2021. Disponível em: diarionline.com.br/?s=noticia&id=122645

CÂMARA, Luciene; FRANCO, Pedro Rocha. Do banho no rio, restou aos índios a caixa-d'água. Instituto Socioambiental (ISA), 05/11/2017. Acesso em abril de 2021. Disponível em: pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias?id=184444

CANOFRE, F.; ANIZELLI, E. Comunidades buscam ser Reconhecidas como Atingidas dois Anos Após Desastre em Brumadinho. Folha de São Paulo, 23 de janeiro de 2021. Acesso em março de 2021. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/01/comunidades-buscam-ser-reconhecidas-como-atingidas-dois-anos-apos-desastre-em-brumadinho.shtml

CARTA CAPITAL. Vale pagou indenizações “indignas” a famílias de Moçambique por carvão. Carta Capital, Economia. 07/02/2019. Acesso em 21 de março de 2021. Disponível em: www.cartacapital.com.br/economia/vale-pagou-indenizacoes-indignas-a-familias-de-mocambique-por-carvao/

CASTRO, M. Comunidade Citada na ONU por Sofrer Efeito da Mineração Cobra Bolsonaro por Silêncio. Brasil de Fato, Direitos Humanos, 24 de setembro de 2020. Acesso em 21 de março de 2021. Disponível em www.brasildefato.com.br/2020/09/24/comunidade-citada-na-onu-por-sofrer-efeitos-da-mineracao-cobra-bolsonaro-por-silencio

CIP. Depois de Usufruir de generosos benefícios fiscais a Vale decide desinvestir em Moçambique: é urgente a análise custo-benefício dos benefícios fiscais

concedidos aos grandes projetos do setor extrativo. Maputo: CIP, 27 de janeiro de 2021. Acesso em março de 2021. Disponível em: cipmoz.org/2021/01/27/depois-de-usufruir-de-generosos-beneficios-fiscais-a-vale-decide-desinvestir-em-mocambique-e-urgente-a-analise-custo-beneficio-dos-beneficios-fiscais-concedidos-aos-grandes-projectos-do-sector-extr/

CLÉSIO, Jorge. S11D, Carajás, Salobo, Onça Puma e Sossego: Veja os projetos da Vale na região. Portal Canaã, 11/02/2017. Acesso em fevereiro de 2021. Disponível em: portalcanaa.com.br/site/canaa-dos-carajas/s11d/s11d-carajas-salobo-onca-puma-e-sossego-veja-os-projetos-da-vale-na-regiao/

CNBB. Em Relatório, ONU cobra responsabilidade do governo brasileiro em relação à Comunidade de Piquiá, Açailândia. 21/09/2020. 24 de setembro de 2020. Acesso em 21 de março de 2021. Disponível em www.cnbb.org.br/em-relatorio-onu-cobra-responsabilidade-do-governo-brasileiro-em-relacao-a-comunidade-de-piquia-acailandia-ma/

COELHO, Tádzio Peters. Dilema e Obstáculos na Economia de Brumadinho frente à Mineração-dependência. In. Ciência e Cultura, volume 72, número 2, abril-junho de 2020.

COLODETI, E. ANDRADE, N. Trabalhadores terceirizados da Vale denunciam abusos de poder da mineradora. Brasil de Fato, 20 de dezembro de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2020/12/20/trabalhadores-terceirizados-da-vale-denunciam-abusos-de-poder-na-mineradora

COUZEMENCO, F. De Atingido para Atingido: primeira assessoria técnica do ES é quilombola. Século Diário, 15/05/2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/de-atingido-para-atingido-primeira-assessoria-tecnica-contratada-no-es-e-quilombola

COUZEMENCO, F. Emissões de Pó Preto Aumentam na Grande Vitória durante a Pandemia, aponta ONG. Século Diário. 21/06/2020. Acesso em 28 de março de 2021. Disponível em: www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/emissoes-de-po-preto-aumentam-na-grande-vitoria-durante-a-pandemia-aponta-ong

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 790/DF. Brasília: DFU, 9 de março de 2021. Acesso em abril de 2021. Disponível em: www.dpu.def.br/images/stories/pdf_noticias/2021/

peticao_DPU_ADPF_790.pdf

DOMENICI, T. Processados pela Vale. A Pública. 23 de novembro de 2017. Acesso em março de 2021. Disponível em: apublica.org/2017/11/processados-pela-vale/

DUCHIADE, A. Seguranças da Vale são indiciados por ataque violento contra agricultores no Pará. The Intercept, 3 de março de 2017. Acesso em 20 março de 2021. Disponível em: theintercept.com/2017/03/03/segurancas-da-vale-sao-indiciados-por-ataque-violento-contra-agricultores-no-para/

ÉPOCA NEGÓCIOS. Vale vai Deixar Nova Caledônia, mira Indonésia para alavancar produção de Níquel. Época Negócios, 4 de dezembro de 2019. Acesso em março de 2021. Disponível em: epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/12/epoca-negocios-vale-vai-deixar-nova-caledonia-mira-indonesia-para-alavancar-producao-de-niquel.html

ESTADO DE MINAS. Vale inicia obras de descaracterização da Barragem do Doutor em Ouro Preto. Estado de Minas, 24 de agosto de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/08/24/interna_gerais,1178967/vale-inicia-obras-de-descaracterizacao-da-barragem-doutor-ouro-preto.shtml

FELIPE, S. A Vale está Atropelando Quilombolas com Processos para Duplicar Ferrovia no Maranhão. The Intercept Brasil, 13 de agosto de 2018. Acesso em 21 de março de 2021. Disponível em theintercept.com/2018/08/13/vale-quilombos-maranhao/

FGV. Análise das Matrizes de Danos no Contexto da Reparação do Desastre do Rio Doce. São Paulo: FGV, dezembro de 2019.

FIDH e JnT. Piquiá foi à Luta: um balanço do cumprimento das recomendações para abordar as violações aos direitos humanos relacionadas à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia, Brasil. FIDH e JnT, 2019.

FIOCRUZ. Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Acesso em março de 2021. Disponível em: mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-mineracao-de-niquel-expulsa-pequenos-trabalhadores-rurais-e-povos-indigenas-no-sudeste-do-para/

FREITAS, Danielli Xavier. TST: Vale é condenada a indenizar trabalhadora atacada por onça em reserva de Carajás. Jusbrasil, 2015. Acesso em abril de 2021. Disponível em: daniellixavierfreitas.jusbrasil.com.br/noticias/192046272/tst-vale-e-condenada-a-indenizar-trabalhadora-atacada-por-onca-em-reserva-de-carajas

Fundação Renova. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.fundacaorenova.org/dadosdareparacao/

G1. Agricultores denunciam ataques de seguranças da Vale em fazenda invadida em Parauapebas, no Pará. G1, Pará, 22/06/2020. Acesso em 20 março de 2021. Disponível em: g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/06/22/agricultores-denunciam-ataques-de-segurancas-da-vale-em-assentamento-rural-em-parauapebas-no-para.ghhtml

G1. Agricultores Denunciam Ataques de Seguranças da Vale em Fazenda Invadida em Parauapebas, no Pará. G1, Pará, 22 de junho de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/06/22/agricultores-denunciam-ataques-de-segurancas-da-vale-em-assentamento-rural-em-parauapebas-no-para.ghhtml

G1. Justiça manda Vale parar de Lançar Rejeitos em Barragem da Maior Mina de MG. G1, Minas Gerais, 4 de fevereiro de 2019. Acesso em março de 2021. Disponível em: g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/04/justica-manda-vale-parar-de-lancar-rejeitos-em-barragem-da-maior-mina-de-mg.ghhtml

G1. Por Causa de Barragem, cerca de 30 famílias serão retiradas de comunidades em Ouro Preto. G1, Minas Gerais, 10 de fevereiro de 2021. Acesso em março de 2021. Disponível em: g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/02/10/por-causa-de-barragem-cerca-de-30-familias-serao-retiradas-de-comunidades-em-ouro-preto.ghhtml

G1. Vale informa retorno das atividades da mina de Timbopeba em Ouro Preto. G1, Minas Gerais, 29 de abril de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/04/29/vale-informa-retorno-das-atividades-da-mina-de-timbopeba-em-ouro-preto.ghhtml

G1. Vale vende participação minoritária em siderúrgica para a Thyssenkrupp. G1, Economia, 04/04/2016. Acesso em março de 2021. Disponível em: g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/04/

[vale-vende-participacao-minoritaria-em-siderurgica-para-thyssenkrupp.html](#)

GOMES, M. Carta Quilombola denuncia violação de direitos no acordo entre Vale e Governo de MG. Brasil de Fato: Minas Gerais, 1 de abril de 2021. Acesso em abril de 2021. Disponível em: www.brasildefatoming.com.br/2021/04/01/carta-quilombola-denuncia-violacao-de-direitos-no-acordo-entre-vale-e-governo-de-mg

GUIMARAES, J. Problemas na Barragem da Samarco Existiam desde sua Construção, aponta Relatório. Brasil de Fato, Geral, 5 de fevereiro de 2019. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.brasildefato.com.br/2019/02/05/problemas-na-barragem-da-samarco-existiam-desde-sua-construcao-aponta-relatorio

HAUCKE, C. Trabalhadores Terceirizados da Vale Denunciam Abusos de Poder na Mineradora. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. 21 de dezembro de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.cedefes.org.br/trabalhadores-terceirizados-da-vale-denunciam-abusos-de-poder-na-mineradora/

HOEFMEISTER, N.; WENZEL, F. Uma Morte a cada Quatro Dias: povo Xikrin é o mais afetado pela COVID 19 no Pará. A Pública, 17 de junho de 2020. Disponível em: apublica.org/2020/06/uma-morte-a-cada-quatro-dias-povo-xikrin-e-o-mais-afetado-pela-covid-19-no-para/

HOFMEISTER, N. Indígenas Xikrin abrem Nova Batalha Judicial contra a Vale. A Pública, 30 de julho de 2018. Acesso em março de 2021. Disponível em: apublica.org/2018/07/indigenas-xikrin-abrem-nova-batalha-judicial-contra-a-vale/

HOFMEISTER, N.; CICERO, J. Quanto Vale um Rio? A Pública, 5 de dezembro de 2017. Acesso em março de 2021. Disponível em: apublica.org/2017/12/quanto-vale-um-rio/

terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3646#direitos

INSTITUTO GUAICUY. Plano de Trabalho de Assessoria Técnica às Comunidades da Área 5 – Felixlândia, Três Marias, Abaeté, Morada Nova De Minas, Paineiras, São Gonçalo Do Abaeté E Biquinhas – Atingidas pelo Rompimento da Barragem B-I e Soterramento das Barragens B-IV E B-IV-A da Mina Córrego Do Feijão da Empresa Vale S.A. Acesso em janeiro de 2021. Disponível em: guaicuy.org.br/planos-de-trabalho-ati/

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. Acompanhamento da Qualidade das Águas do Rio Paraopeba após 1 Ano do Rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho (MG). Belo Horizonte: IGAM, abril de 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Mineração em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira 2013. São Paulo: ISA, 2013. Acesso em março de 2021. Disponível em: acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/mineracao2013_v6.pdf

INVESTING.COM. Série Histórica VALE3. Acesso em março de 2021. Disponível em: br.investing.com/equities/vale-on-n1-historical-data

JUSTIÇA GLOBAL. Vale de lama: Relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão, março de 2016. Acesso em novembro de 2020. Disponível em: www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Vale-de-Lama-Justi-a-Global.pdf

KATO, K.Y.M. Traçando a saída para o desenvolvimento: o caso do Corredor de Nacala em Moçambique. ESTUDOS SOCIEDADE E AGRICULTURA (UFRRJ), v. 27, p. 229-254, 2019.

LABOISSIÈRE, P. Vale diz que evacuação em Barão de Cocais foi preventiva. Agência Brasil. 8 de fevereiro de 2019. Acesso em março de 2021. Disponível em: agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-02/vale-diz-que-evacuacao-em-barao-de-cocais-foi-preventiva

LUSA. Covid 19: Vale mantém ritmo de produção de carvão, principal exportação de Moçambique. 09/04/2020. Acesso em 20 março de 2021. Disponível em: visao.sapo.pt/visaosaude/2020-04-09-covid-19-vale-mantem-ritmo-de-producao-de-carvao-principal-exportacao-de-mocambique/

LUSA. Mineradora Vale diz que poeiras continuam “grande desafio ambiental” em Moçambique. RTP Notícias, 09/10/2020. Acesso em 21 de março de 2021. Disponível em: www.rtp.pt/noticias/mundo/mineradora-vale-diz-que-poeiras-continuum-grande-desafio-ambiental-em-mocambique_n1265467

MAIA JUNIOR, C. S. Funcionário morre em Acidente na Mina Salobo em Marabá, no Sudeste Paraense. O Liberal, Amazônia, Polícia. 14 de dezembro de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.oliberal.com/policia/funcionario-morre-em-acidente-na-mina-salobo-em-maraba-no-sudeste-paraense-1.336259

MAM. Eixo Carajás, no Sudeste do Pará, tem números alarmantes de contaminação pela COVID 19. Veja balanço. Pará: MAM, 18 de junho de 2020.

MAM. Eixo Carajás, no Sudeste do Pará, tem números alarmantes de contaminação pela COVID 19. Veja balanço. Pará: MAM, 18 de junho de 2020.

MAM. População de Catas Altas diz Não à Reativação de Minas da Vale. MAM, 7 de março de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: mamnacional.org.br/2020/03/07/populacao-de-catas-altas-diz-nao-a-reativacao-de-minas-da-vale/

MANSUR, R. PF Conclui que Perfurações Feitas pela Vale Causaram Rompimento da Barragem em Brumadinho. O Globo, Minas Gerais, 26 de fevereiro de 2021. Acesso em março de 2021. Disponível em: g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/02/26/pf-conclui-que-perfuracoes-feitas-pela-vale-causaram-rompimento-da-barragem-em-brumadinho.ghtml

MILANEZ, B.; SANTOS, R.; WANDERLEY, L.; MANSUR, M.; PINTO, R.; GONÇALVES, T.; COELHO, T. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Relatório Final, dezembro de 2015. Acesso em outubro de 2020. Disponível em: www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2015-Antes-fosse-mais-leve-a-carga-vers%C3%A3o-final.pdf

MILANEZ, B.; MAGNO, L.; SANTOS, R.; WANDERLEY, L.; MANSUR, M.; PINTO, R.; GONÇALVES, T.; COELHO, T. Minas não há mais: Avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 3(1), 1-114, 2019. Disponível em: www.ufjf.br/poemas/publicacoes/desastre-no-rio-paraopeba/

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL. A Situação das Mulheres Atingidas pelo Desastre do rio Doce a partir de Dados da Ouvidoria da Fundação Renova - Relatórios da FGV. Rio de Janeiro e São Paulo: FGV, 2019. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/fgv_a-situacao-das-mulheres-atingidas-pelo-desastre-do-rio-doce-a-partir-dos-dados-da-ouvidoria-da-fundacao-renova

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL. Caso Samarco - Pareceres e Relatórios - Relatórios da FGV. Rio de Janeiro e São Paulo: FGV, 2019. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/atuacao-do-mpf/

pareceres-e-relatorios

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL. MPF pede Intervenção Judicial na Vale para Garantir Segurança de Barragens. 3 de setembro de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-pede-intervencao-judicial-na-vale-para-garantir-seguranca-de-barragens

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL. MPF, Vale e Indígenas Xikrin e Kayapó fazem acordo preliminar sobre Onça Puma. Ministério Público Federal, de 10 de novembro de 2020. Acesso em: março de 2021. Disponível em: www.mpf.mp.br/regiao1/sala-de-imprensa/noticias-r1/mpf-vale-e-indigenas-xikrin-e-kayapo-fazem-acordo-preliminar-sobre-onca-puma

MOUREAUX, C. E SOUCHE, A. Vale NC Nouvelle Fois Condamnée pour Dégradation Écologique. La Première. 12 de fevereiro de 2019. Acesso em março de 2021. Disponível em: la1ere.francetvinfo.fr/nouvellecaledonie/vale-nc-nouvelle-fois-condamnee-degradation-ecologique-679123.html

NOBRES, J.; ARPINI, N.; REZENDE, R.; MACHADO, V. Entenda o que é o pó preto que polui o ar e o mar de Vitória há anos. O Globo, Espírito Santo, 26/01/2016. Acesso em 28 de março de 2021. Acesso em: g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/01/entenda-o-que-e-o-po-preto-que-polui-o-ar-e-o-mar-de-vitoria-ha-anos.html

NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO. Beny Steinmetz afirma que Vale sabia de Corrupção em Projeto Simandou. Notícias de Mineração, 22 de maio de 2020.

NOTÍCIAS DE MINERAÇÃO. Estrangeiros já detêm 55% das ações da Vale. Notícias da Mineração, 15/03/2021/. Disponível em: www.noticiasdemineraacao.com/ações/news/1404290/estrangeiros-já-detêm-55-das-ações-da-vale. Acesso em março de 2021.

O GLOBO. Polícia do Rio vai investigar possíveis crimes da Vale contra o mercado de capitais envolvendo uma mina na Guiné. O Globo, 25/03/2021.

O rio morreu. Uma gota no oceano, 05/11/2020. Acesso em abril de 2021. Disponível em: umagotanooceano.org/o-rio-morreu/

OBSERVATORIO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS DE Minas Gerais. O Desaste do Rio

Doce: rompimento da Barragem da Samarco/Vale/BHP. MG: Gesta, 21/08/2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=579

OLIVEIRA, C. Vale é Condenada a Pagar R\$ 1 milhão a Camponeses em Moçambique. Brasil de Fato, Internacional. 2 de fevereiro de 2021. Acesso em 21 de março de 2021. Disponível em www.brasildefato.com.br/2021/02/02/vale-e-condenada-a-pagar-r-1-milhao-a-camponeses-em-mocambique

OLIVEIRA, N. Comida com Carvão e Água Contaminada: o cotidiano dos moradores de Moatize. Observatório do Carvão, 3 de junho de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.observatoriodocarvao.org.br/comida-com-carvao-e-a-gua-contaminada-o-quotidiano-dos-moradores-de-moatize/

PACS. Moradores de Santa Cruz cobram reparações após venda da TKCSA. Rio de Janeiro: PACS, 24 de fevereiro de 2017. Acesso em março de 2021. Disponível em: pacs.org.br/noticia/moradores-de-santa-cruz-cobram-reparacoes-apos-venda-da-tkcsa/

PACS. Mulheres Atingidas: territórios atravessados por megaprojetos. Rio de Janeiro: PACS, 2021.

PADILHA, S. C. C. Estado, Território e Mineração no Brasil: o caso do Projeto S11D/Vale em Canãa dos Carajás (PA). Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Orientador Sergio Leite. 10 de dezembro de 2020.

PAMPLONA, N. Vale Distribui R\$ 34 bilhões em dividendos, mas atrasa reparos a vítimas de acidentes. Folha de São Paulo, 06/03/2021. Acesso em março de 2021. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/03/vale-da-r-34-bi-em-dividendos-mas-atrasa-reparos-a-vitimas-de-acidentes.shtml

PEREIRA, Lui. Moradores da ZAS na Vila Antônio Pereira ficam de fora de remoção anunciada pela Vale. Agência Primaz, 05/03/2021. Acesso em abril de 2021. Disponível em: www.agenciaprimaz.com.br/2021/03/05/moradores-da-zas-na-vila-antonio-pereira-ficam-de-fora-de-remocao-anunciada-pela-vale/

PIMENTEL, T. Samarco Retoma Atividades em Mariana 5 anos Após Tragédia que Matou 19 Pessoas. O Globo, Minas Gerais, 11 de dezembro de 2020. Acesso em

março de 2021. Disponível em: g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/12/11/cinco-anos-apos-rompimento-de-barragem-prefeito-de-mariana-anuncia-retoma-da-das-atividades-da-samarco.ghtml

PINTO, J. Violações de Direitos Humanos na Siderurgia: o caso TKCSA. Rio de Janeiro: PACS e Justiça Global, 2017.

PINTO, L. F. Vale no Sul e no Norte. 13/02/2019. Acesso em março de 2021. Disponível em: amazoniareal.com.br/vale-no-sul-e-no-norte/

PINTO, R G. Conflitos Ambientais, Corporações e as Políticas do Risco. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

PORTAL TEMPO NOVO. Vale diz que Nuvem Vermelha de Pó Lançada no Ar entre Vitória e Serra não é Tóxica. Portal Tempo Novo, 22 de janeiro de 2020. Acesso em 28 de março de 2021. Disponível em: www.portaltemonovo.com.br/vale-diz-que-nuvem-vermelha-de-po-lancada-no-ar-entre-vitoria-e-serra-nao-e-toxica/

SAES, B. O Mapa dos Conflitos da Vale no Brasil. Le Monde Diplomatique Brasil. 25 de março de 2019. Acesso em março de 2021. Disponível em: diplomatique.org.br/mapa-conflitos-mineracao-extrativista-vale-brasil/

SALES, Y. Tocaia da Vale contra posseiros no Pará teve bala de borracha e perseguição com drones. De Olho nos Ruralistas. 25/06/2020.

SEABRA, J.; KATO, K.; SÁ, M. B. de. A Chuva de Prata em Santa Cruz: um desenvolvimento que adocece a gente. Rio de Janeiro: PACS, 2014.

SENRA, Ricardo. Novo código da mineração é escrito em computador de advogado de mineradoras. BBC News Brasil, 07/12/2015. Acesso em abril de 2021. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151202_escritorio_mineradoras_codigo_mineracao_rs

TAFFARELLO, R.; GIORDANI, R.; CUNHA, H.; LOPES, M.; BARBOSA, M.; FANTINI, P. Vale Mais - Minas Gerais (primeiro semestre). Minas Gerais: Vale, 2020.

TRIBUNAL DE JUSTICA DE Minas Gerais. Acordo Judicial para Reparação Integral Relativa ao Rompimento de Barragens B-I, B-IV e B-IVA/Córrego do Feijão. Belo Horizonte: TJMG, 4 de fevereiro de 2021. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.tjmg.jus.br/data/files/8D/20/B5/1A/87D67710AAE827676ECB08A8/

[Minuta%20versao%20final.pdf.pdf](#)

TRIBUNAL PERMANENTE DOS POVOS. Third Session on Transnational Corporations in Southern Africa. Johannesburg: TPP, 2018.

UOL. Atacada por onça, funcionária grávida da Vale deve receber R\$ 300 mil. UOL: Empregos e carreiras, 28/05/2015. Acesso em abril de 2021. Disponível em: economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2015/05/28/atacada-por-onca-funcionaria-gravida-da-vale-deve-receber-r-300-mil.htm?cmpid=copiaecola

USW. Steelworkers: elimination of 156 jobs as Vale is Appalling. Canada: USW, 30 de outubro de 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.usw.ca/news/media-centre/releases/2020/steelworkers-elimination-of-156-jobs-at-vale-is-appalling

VALE S.A. Relatório da Administração 2017.

VALE S.A. Relatório da Administração 2018.

VALE S.A. Relatório da Administração 2019.

VALE S.A. Relatório da Administração 2020. Acesso em março de 2021. Disponível em: www.vale.com/PT/investors/information-market/quarterly-results/ResultadosTrimestrais/RELATORIO%20DA%20ADMINISTRACAO%202020_p_vf.pdf

VALE S.A. Relatório de Sustentabilidade 2019. Acesso em agosto de 2020. Disponível em: www.vale.com/brasil/PT/sustainability/relatorio-de-sustentabilidade-2019/Paginas/default.aspx

VITTI, G. “UM DANO QUE SE RENOVA”: Estado e Fundação de processos de neoliberalização na bacia do Rio Doce”, 2019.

Vozes da Terra: como a indústria da mineração global está se beneficiando da pandemia de COVID 19.

ZACARIAS, A. Famílias ainda aguardam reassentamento da Vale em Moatize. Deutsche Welle, Moçambique, 09/03/2016. Acesso em março de 2021 e disponível em: www.dw.com/pt-002/fam%C3%ADlias-ainda-aguardam-reassentamento-da-vale-em-moatize/a-19104541

ZHOURI, A. A Efetivação do Big Business Brumadinho. Folha de São Paulo, Opinião, 9 de fevereiro de 2021. Acesso em: março de 2021. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/02/a-efetivacao-do-big-business-brumadinho.shtml?origin=folha#

ZHOURI, A. Big Business Brumadinho: as mortes geram lucro. Outras Palavras. 10/02/2021.

CAMPERA, F. Vale, exemplo mundial de incompetência e descaso. El País, Opinião, 28 de janeiro de 2019.

ZITAMAR. Vale and Government hide dangerous pollution levels from Moatize Community. Zitamar, 03/10/2019. Acesso em 21 de março de 2021. Disponível em: zitamar.com/vale-government-hide-dangerous-pollution-levels-moatize-community/

ZUCARELLI, M. C. A Mineração Não Parou! Os efeitos de uma essencialidade forjada durante a pandemia da COVID 19 no Brasil. Brasil: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, 2020.

ZUCARELLI, M. C. A Mineração Não Parou! Os efeitos de uma essencialidade forjada durante a pandemia da COVID 19 no Brasil. Brasil: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, 2020.